

GIRLEI VELOSO MARINHO

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA PERICIAL

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Deborah Moraes Zouain.

Rio de janeiro

2011



GIRLEI VELOSO MARINHO

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA PERICIAL.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa para obtenção do Grau Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 05\12\2011

Aprovado em: 05\12\2011

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Deborah Moraes Zouain
Orientador (a)

Rogério Sobreira Bezerra

Valderez Ferreira Fraga

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Marinho, Girlei Veloso

**Cadeia de custódia da prova pericial / Girlei Veloso Marinho. - 2011.
110 f.**

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientadora: Deborah Moraes Zouain.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento organizacional. 2. Cultura organizacional. 3. Planejamento estratégico. 4. Inovações tecnológicas. 5. Prova pericial. I. Zouain, Deborah Moraes. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 658.406

D e d i c a t ó r i a

Aos meus pais, que me levam ao caminho do saber.

A g r a d e c i m e n t o s

Agradeço ao Perito Criminal Federal Helvio Pereira Peixoto pela iniciativa e a luta para viabilização do presente mestrado que está contribuindo para o desenvolvimento da perícia brasileira.

Agradeço aos professores da Fundação Getúlio Vargas pela competência e motivação durante o curso.

Agradeço ao Delegado de Polícia Civil Morio Ikegawa pela confiança disponibilizada quando a frente da Direção Geral de Polícia Civil do Estado de Rondônia.

RESUMO

O objetivo deste estudo exploratório e aplicado é justificar a necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia a fim de se adequar às mudanças ocorridas no mundo contemporâneo estimuladas pelo avanço tecnológico. O resultado obtido com as entrevistas mostra a não percepção, por parte dos profissionais das organizações responsáveis pela autenticidade e idoneidade da prova pericial, das mudanças provocarem a necessidade de uma busca pela qualidade da prova pericial. E que ocorre em razão da falta de uma cultura para o fiel cumprimento da cadeia de custódia. Destarte, neste programa não pode faltar o desenvolvimento de uma cultura voltada para o cumprimento da cadeia de custódia, por esse ser o elemento que tem o poder de transformar e de formar consciências para a percepção da importância da cadeia de custódia na elaboração da prova pericial com qualidade, bem como mostrar como podemos agir diante desta inovação estimulada pelas mudanças do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Cadeia de Custódia. Mudança. Qualidade da prova pericial. Cultura. Avanço tecnológico.

ABSTRACT

The aim of this exploratory and applied study is justify the necessity of a program implantation known as chain of custody in the Criminal Laboratory Institute of Scientific and Technique Police of Rondônia's State, in order to follow the changes that happened due to technological progress. Those changes cause the necessity of improve the quality of evidence in judicial process. The result obtained with the interviews show the lack of observation of professionals from organizations responsible to guarantee the authenticity and fitness of evidence in judicial. And what process due to the lack of a culture to a faithful compliance of chain of custody. Thereby, in this program can not miss a culture development related with chain of custody compliance because that is the element that has the power to transform and form consciences to the importance of a chain of custody to create an evidence with quality as well as show how to act in face of technological changes.

Keywords: Chain of Custody. Change. Quality of evidence in judicial. Culture. Technological progress.

APRESENTAÇÃO

O estudo foi motivado pela percepção das profundas mudanças ocorridas no mundo contemporâneo estimulada pelo avanço tecnológico que provocam a necessidade de inovação para sanar as ameaças que comprometem a qualidade do produto elaborado pelas organizações de perícia oficial. E neste sentido, elaborar um produto que possa oferecer a significância da mostra para a gestão das organizações de perícia oficial com a manifestação na consequência da ação de elaboração de um produto de qualidade e possibilitando a relevância para o humano com a legitimação do mundo da vida.

O estudo está descrito em oito capítulos. No capítulo 1 são descritos o problema investigado, bem como o objetivo final e as questões respondidas da pesquisa. Também são expostas neste capítulo a suposição, delimitação do estudo e sua relevância para o campo da Administração Pública, para a comunidade científica e para a sociedade em geral, além de termos - chave utilizados no projeto.

O capítulo 2 Clarifica a metodologia que conduziu a pesquisa. Foram descritos os tipos de pesquisas que foram utilizados, o universo e a amostra que foram explorados, como os dados foram coletados e tratados, de forma a relacioná-los com os objetivos almejados. Também se delineou as limitações como forma de melhorar a análise das informações.

O capítulo 3 é abordado o referencial teórico até agora pesquisado e que fundamenta as idéias aqui expostas. A linha de raciocínio iluminada é iniciada pelo conceito e aspectos da cadeia de custódia, mudança no mundo contemporâneo, cultura das organizações de perícia oficial. Também são expostas a inovação nas organizações de perícia oficial, motivação uma força buscada nas organizações de perícia oficial, uma a visão holística da cadeia de custódia, a cadeia de custódia na gestão pública e padrões morais necessários nas organizações de perícia oficial.

O capítulo 4 discute o resultado apresentado pela pesquisa que é dividido em duas seções: Essência dos dados coletados durante as entrevistas e Abordagem do resultado.

O capítulo 5 mostra a resposta ao leitor com a conclusão do que foi discutido anteriormente. Também são mostradas no capítulo 6 as sugestões para exploração de outras pesquisas relevantes ao objeto de estudo. E nos capítulos 7 e 8 são mostradas as referências bibliográficas e a bibliografia, respectivamente.

SUMÁRIO

1 O PROBLEMA

1.1 .Introdução	11
1.2 .Objetivo central	15
1.3 .Questões respondidas	15
1.4 Suposições	16
1.5 Delimitação do estudo	17
1.6 Relevância do estudo	18
1.7 Definição dos termos	20

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de situações a pesquisa	21
2.2 Universo e amostra	23
2.3 Coleta de dados	24
2.4 Tratamento de dados	25
2.4.1 A atitude fenomenológica na pesquisa de campo da cadeia de custódia	25
2.4.1.1 Intuição e a cadeia de custódia	26
2.4.1.2 Mundo da vida das organizações de perícia	28
2.4.1.3 Agente fenomenológico da ação do cumprimento da cadeia de custódia	30
2.4.1.4 Relevância da ação do cumprimento da cadeia de custódia	31
2.4.2 Análise do discurso na perspectiva pragmática	35
2.4.2.1 Social, histórico e cultural	35
2.4.2.2 Ideologia	36
2.4.2.3 Discurso	37
2.4.2.4 Sujeito é ideológico e algo mais	39
2.5 Limitações do método	40

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceito e aspectos da cadeia de custódia	42
3.1.1 Cadeia de custódia e a natureza das amostras	45
3.1.1.1 Amostras sólida	45
3.1.1.2 Amostras líquida.....	47
3.1.1.3 Matriz biológica.....	48
3.2 Mudança no mundo contemporâneo	50

3.3	Cultura das organizações de perícia oficial	53
3.4	Inovação nas organizações de perícia oficial	58
3.5	Motivação: força buscada nas organizações de perícia oficial	60
3.6	Uma visão holística da cadeia de custódia	64
3.7	Cadeia de custódia na gestão pública	67
3.8	Padrões morais necessários nas organizações de perícia oficial	68
4	RESULTADO	
4.1	Essência dos dados coletados durante as entrevistas	73
4.1.1	Profissionais responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial	73
4.1.2	Profissionais que utilizam a prova pericial para formar juízo de valor	76
4.1.3	Especialistas na área da pesquisa	80
4.1.3.1	Primeiro especialista.....	80
4.1.3.2	Segundo especialista	82
4.1.3.3	Terceiro especialista	82
4.1.3.4	Entrevista com o primeiro perito oficial de outro Estado	83
4.1.3.5	Entrevista com o segundo perito oficial de outro Estado	84
4.2	Abordagem do resultado	85
4.2.1	Das limitações	85
5	CONCLUSÃO	91
6	SUGESTÕES	101
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
8	BIBLIOGRAFIA	105

1 O PROBLEMA

Este capítulo se destina a apresentar o problema investigado, bem como o objetivo final e as questões respondidas da pesquisa. Também são expostas neste capítulo a suposição, delimitação do estudo e sua relevância para o campo da Administração Pública, para a comunidade científica e para a sociedade em geral, além de termos- chaves utilizadas no projeto.

1.1 Introdução

Visando à apresentação do problema que motivou esta dissertação, uma introdução que o contextualize se faz necessária, passando pela complementação de definições e explanações que clarifiquem qual é o seu sentido.

Dando início a esse proceder, podemos definir cadeia de custódia como a sucessão de eventos seguros e confiáveis que tendo início na investigação, mantém a integridade e idoneidade do vestígio até sua utilização pela justiça como elemento probatório. Envolve todos os procedimentos praticados desde o isolamento do local do fato, a coleta, o manuseio, análise dos vestígios e armazenamento.

O convívio cotidiano possibilita supor que o cumprimento da cadeia de custódia não faz parte da cultura dos profissionais peritos oficiais e policiais, com a finalidade de preservar os vestígios de natureza química e biológica destinados a exames toxicológicos no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia. Na prática, observamos o não cumprimento por simples negligência ou por falta de percepção da sua importância para a qualidade da prova pericial.

A importância da cadeia de custódia não se restringe apenas à qualidade focalizada no trabalho da polícia técnica e científica, mas também, a todo sistema no qual a prova pericial está inserida, abrangendo os atores responsáveis pela sua preservação, integridade, idoneidade e valoração. Na verdade a valoração da prova acontece desde o inquérito, passando pela denúncia e chegando até a sentença, envolvendo todos os operadores do direito. A significância dessa questão está no fato de que a prova pericial é uma garantia individual do cidadão e importante para tutela dos direitos humanos e difuso.

Cada ato praticado da cadeia de custódia da prova pericial é interligado de forma a não deixar lacuna, bem como documentados para possibilitar seu rastreamento na ordem que desejar,

logo, fator importante para se comprovar a qualidade da prova e averiguar qualquer desconfiança que possa existir.

A natureza do vestígio é primordial para definir a cadeia de custódia, ou seja, a coleta, acondicionamento, transporte e armazenamento. Para substâncias químicas de natureza sólida e líquida não volátil têm um procedimento e para substância volátil outro. A cadeia de custódia para amostra de natureza biológica é determinada pela pesquisa do agente químico que se pretende pesquisar, a via de administração e a metodologia empregada nas análises laboratoriais.

Outro ato que compõe a cadeia de custódia que é de suma importância principalmente para pesquisa de substância no vivo e pós morte é o encaminhamento do histórico no envio do material biológico ao laboratório criminal por permitir direcionamento da pesquisa e evitar em certos casos resultados não concordantes com a verdade. Todas as etapas devem ser registradas sem importar a natureza dos vestígios, bem como as pessoas que manusearam com o material em cada etapa e localizando-as no tempo e espaço.

A legislação brasileira não apresenta de forma precisa uma regulamentação da cadeia de custódia apenas faz menção de forma dispersa no Código de Processo Penal Brasileiro (CPP). Com a nova reforma do CPP, especificamente no parágrafo sexto do art. 159, o material probatório que serviu para elaboração da prova pericial pelo perito oficial poderá ser a matéria-prima para reexame pelo assistente técnico. O Estado passa a ter uma responsabilidade ainda maior, pois antes, a guarda da contraprova era feita de modo relativo. Porém o Estado passa a ter a responsabilidade de custodiar o elemento de prova de maneira a garantir que o material periciado em todas as organizações de perícia oficial conserve as mesmas características intrínsecas e extrínsecas.

O Estado também não tem apenas o dever de preservar a integridade e idoneidade da prova, mas, também de mostrar a história da prova, ou seja, a sua origem, sua natureza, como foi coletada, hora e data de cada ato, como foi acondicionada, transportada, armazenada e analisada com registro de todos os atos integrante da cadeia de custódia. Desse modo, podemos dizer que a prova fora produzida de forma transparente e com qualidade, permitindo assegurar a memória de todas as fases. Os destinos da vítima e do réu dependem do resultado do trabalho realizado pelo perito oficial no que tange a materialidade de um fato pretérito que deixa vestígios, por essa razão, qualquer desconfiança na qualidade da prova poderá ser analisada após o rastreamento dos procedimentos de cadeia de custódia.

O princípio da eficiência da Administração Pública criado pela emenda constitucional nº 19/1998 e incluído no art. 37 da Constituição Federal de 1998 estabelece um caráter diferente

dos demais princípios. O princípio confere à Administração Pública uma natureza gerencial impondo aos seus agentes a busca da qualidade de modo imparcial, transparente, participativo, neutro, eficaz e com uma burocracia profissionalizada para consecução de resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da sociedade.

Deste modo, afirma Campos (1992, p. 2) que “um produto ou serviço de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades do cliente”. Este cliente é considerado o cidadão, o alvo da Administração Pública moderna gerencial.

Segundo o exposto acima, é possível dizer que o programa de cadeia de custódia quando implantado e cumprido fielmente em todas as etapas passará a oferecer uma prova pericial de qualidade contribuindo para a implantação de uma cultura de gestão gerencial na Administração Pública com o aprimoramento e melhoria da qualidade e eficiência de serviços públicos.

A supervalorização da prova pericial é um pensamento construído em nossa sociedade, mas a cada dia vem sendo desconstruído por falta de conhecimento profundo por parte dos operadores do direito a respeito da prova pericial produzida. Não existem registros que possa demonstrar sua história e, portanto permitir a rastreabilidade dos procedimentos adotados quando de sua produção. Em outras palavras, a vivência na atividade leva a supor que falta criar uma cultura para o fiel cumprimento da cadeia de custódia visando a manter e documentar a história cronológica da prova pericial com a finalidade de preservar sua integridade e idoneidade, bem como adotar mecanismo que possa averiguar qualquer desconfiância que apareça quando da valoração da prova pericial pelos operadores do direito.

O mundo globalizado vem criando profundas mudanças na sociedade em diversas áreas, tais como: econômicas, sociais, ambientais, culturais e tecnológicas. O novo mundo está provocando mudanças nas relações sociais e profissionais com a busca de mecanismos inovadores para administrar essa nova realidade quando o setor público se mostra como um desses desafios a enfrentar, podendo ser citado como exemplo todo o processo relacionado à prova pericial.

No mundo contemporâneo as organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial têm a missão de buscar a adequação às mudanças provocadas com a finalidade de produzir uma prova pericial com qualidade, ou seja, íntegra, idônea, cristalina e transparente.

A mudança de paradigma faz surgir nova realidade, faz nascer um mundo competitivo com oportunidades de criar e inovar para se adequar às exigências externas e internas no modo de funcionamento de uma determinada organização.

A implantação de um programa de cadeia de custódia é uma necessidade para adequar as organizações responsáveis pela preservação da prova pericial a uma nova forma de funcionamento. Nas organizações de perícia oficial as transformações são exigidas pelo avanço tecnológico, amadurecimento profissional, facilidade e velocidade com que trafegam as informações e a nova reforma do Código de Processo Penal elencada no parágrafo sexto, art. 159 no que tange ao contraditório da prova pericial.

O desenvolvimento de uma cultura organizacional é de fundamental importância por ser uma forma de atuar no comportamento dos indivíduos da organização. Cultura não é inata, é aprendida pode ser desenvolvida para se buscar a qualidade do produto oferecido por uma determinada organização. Envolvem valores, crenças, estrutura a forma de visão do mundo e organiza o modo de nosso raciocínio perceber o mundo a sua volta. As organizações buscam mudar suas culturas para a adequação às mudanças do ambiente e incentivar e incorporar o aprimoramento da qualidade dentre outras necessidades que faz parte de um conjunto mais amplo da estratégia da organização.

Pelo fato de estarmos mencionando cultura na organização em estudo, é prudente lembrar que embora o estudo de cultura organizacional tenha emergido na década de 1930 (Russo, 2010 p.15), já avançou bastante em sua concepção e compreensão pelos autores da atualidade e, lembrar, ainda, que tem interessado tanto aos que se dedicam ao setor público quando ao privado. Isso, por uma razão especial, neste estudo. De acordo com Fraga o que pode distinguir público de privado são as implicações, em especial para os diretamente envolvidos, isto é, as consequências para todos, das discussões, omissões ou ações de poucos (2009, p.37). Neste ponto em que incluímos cultura nessa discussão, ainda que brevemente, é importante clarificar do que se está tratando. Segundo Russo;

“As definições mais utilizadas pelos autores sobre o termo cultura organizacional apresentam diversos significados em comum, como costumes, valores, crenças, modos de agir entre outros”(Russo, 2010,p.17). De acordo com o mesmo autor, cultura organizacional é também vista como “filosofias, ideologias, pressupostos, expectativas, atitudes e normas compartilhadas que mantêm a comunidade unida”.

A partir dessa breve citação, já é possível perceber que, por um lado, cultura organizacional mantém vínculo direta com cultura, enquanto conceito amplo, que ela é uma questão complexa e simultaneamente de grande riqueza para a compreensão das formas como uma

organização se posiciona e do que ela realmente é em termos de postura, relações, política e até ética.

Voltando ao programa de cadeia de custódia da prova pericial passa a ser uma necessidade para a organização de perícia oficial no Estado de Rondônia diante do mundo contemporâneo mutável. A implantação do referido programa será uma inovação frente a estas mudanças da nova realidade surgida. A inovação cria recurso e a implantação do programa de cadeia de custódia será um recurso que as organizações terão para elaborar uma prova pericial integra e idônea, bem como aproveitar a oportunidade para mudança e estabelecer padrões morais, tais como: verdade, transparência, dignidade, integridade, idoneidade, segurança, confiança, credibilidade, compromisso, solidariedade e responsabilidade.

O programa de cadeia de custódia da prova pericial deve abranger a formação de profissionais para a percepção dos estímulos necessários para que o objetivo seja alcançado, o comprometimento de todos os profissionais responsáveis pela preservação da prova pericial e a percepção da necessidade de elaboração de uma prova pericial com qualidade. Diante de um mundo mutável que exige cada vez a necessidade à adequação ao ambiente externo e interno, os profissionais das organizações precisam ser estimulados para o alcance de resultados satisfatório. O estímulo visa comprometer o profissional com os objetivos, metas e missão da organização influenciando na percepção dos fatos e mostrando a nova forma de agir diante das mudanças.

Neste ponto chega-se ao problema em que se baseia a presente pesquisa, formulado na seguinte questão: Por que implantar um programa de cadeia de custódia no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia?

1.2 Objetivo central

Justificar a necessidade de implantar um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia.

1.3 Questões respondidas

- a. o nosso Código de Processo Penal é preciso no tratamento dado a cadeia de custódia da prova pericial?
- b. existe a idéia da prova pericial como sendo a rainha das provas?

- c. os profissionais responsáveis pela preservação da prova pericial percebem o que representam as mudanças do mundo contemporâneo para as organizações?
- d. existe uma cultura de conhecimento da cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia?
- e. a implantação de um programa de cadeia de custódia é uma inovação necessária para a busca da qualidade da prova pericial?
- f. a importância da cadeia de custódia limita-se ao Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia?
- g. qual a importância da cadeia de custódia para a gestão pública?
- h. quais os valores necessários para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial e os resultantes após o seu cumprimento?

1.4 Suposições

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia é necessária em razão de hoje não existir uma cadeia de custódia com a finalidade de preservar a integridade e idoneidade das amostras de natureza química e biológica enviadas para exames toxicológicos. Foi percebida a necessidade da sua implantação e que o mesmo pode compreender as seguintes realizações:

- a) estabelecer e padronizar protocolos de procedimentos para adequar-se às alterações do Código de Processo Penal e do uso de avançadas tecnologias;
- b) criação de código de rastreamento para rastrear material de natureza sólida, líquida e biológica enviados para exame toxicológico no interior do laboratório;
- c) fornecimento as demais unidades policiais da descrição do tipo de material usado para coleta, acondicionamento, individualização, armazenamento, conservação e transporte de vestígios destinados a exame no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica;
- d) treinamento dos profissionais das unidades policiais para cumprimento da cadeia de custódia e iniciando com a importância da preservação do local do fato;
- e) adoção de práticas educacionais visando o desenvolvimento cultural para percepção da importância da preservação da qualidade da prova pericial no interior e no ambiente externo da organização laboratorial e nas demais organizações policiais envolvidas no processo;

f) promover o conhecimento das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo que provocam a necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial, bem como mostrar a mutabilidade do mundo globalizado e a possibilidade para inovação.

Destarte, será alcançada a solução para o problema constatado com a implantação do programa de cadeia de custódia da prova pericial.

1.5 Delimitação do estudo

O tema cadeia de custódia é abrangente em razão de inúmeras possibilidades de abordagem. Neste projeto, cadeia de custódia, é causa motivadora do problema ora exposto, sendo focalizado o aspecto da preservação da integridade e idoneidade do material de natureza sólida, líquida, e biológica enviado ao laboratório para exame toxicológico, mas também situando o tema sob a ótica holística, cultural, mudança organizacional, inovação, motivação, sua importância para a gestão de gerenciamento das organizações de perícia oficial da Administração Pública com foco na qualidade da prova pericial, valores necessários para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial e os consequentes relevantes para estabelecer a filosofia de valores nas organizações responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial e possibilitar não apenas o bem-estar institucional, mas a relevância para a humanidade como um todo.

Os vestígios foram tratados conforme sua natureza e a percepção da importância da necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia que permitirá manter a integridade física e idoneidade, bem com a documentação da história cronológica da prova. Abrangendo o acondicionamento, transporte, individualização, histórico do caso, recebimento pelo laboratório, código de rastreamento no interior do laboratório, armazenamento adequado do material conforme sua natureza visando à preservação das amostras de origem química e biológica enviadas para exames toxicológicos forenses. Para uma perfeita documentação da história da prova se faz necessário o registro das pessoas que manusearam e de todo procedimento para possibilitar um completo rastreamento das etapas da cadeia de custódia externa e interna quando a situação exigir.

O estudo não abrangeu aos exames realizados e se restringirá aos procedimentos *a priori* necessários para proporcionar a produção de uma prova pericial isenta de suspeição por erro técnico e científico ou má fé das pessoas que manusearam durante o desenvolvimento das etapas que compõe a cadeia de custódia e aos procedimentos *a posteriori* aos exames que visa

manter a idoneidade e integridade da contraprova e o material destinado a devolução aos órgãos requisitantes.

1.6 Relevância do estudo

O investimento tecnológico nas organizações de perícia oficial por si só, não é a garantia de que a prova seja aceita pela Justiça por não mostrar se a prova foi originada de forma clara e cristalina e se os vestígios foram tratados cientificamente com a precisão exigida para a preservação da sua integridade e idoneidade. A prova pericial que chega pronta aos tribunais tem a sua história que precisa ser demonstrada para afastar qualquer dúvida que possa prejudicar o destino do réu e da vítima, bem como sanar qualquer desconfiança quanto a sua autenticidade e idoneidade.

A cadeia de custódia é constituída por um conjunto de procedimentos técnicos e científicos que irão oferecer conhecimento aos operadores do direito se aquela prova que está no tribunal e que representa a materialidade de um fato pretérito foi tratada com o necessário rigor técnico e científico desde a sua origem. É o meio de garantir a autenticidade e a integridade das amostras desde o isolamento do local do fato, da coleta, do encaminhamento ao laboratório, armazenamento no interior do laboratório, análise e devolução.

Caso a elaboração da prova pericial não seja providenciada nos primeiros minutos da ocorrência do fato, em regra, não poderá ser mais realizada durante a fase de instrução judicial em razão dos vestígios desaparecerem por falta de preservação do local do fato ou por falta de tratamento com rigor técnico e científico oferecidos durante seu processo de produção, o que não acontece com a prova testemunhal e documental. No Processo Penal Brasileiro, em regra, a prova pericial tem que ser realizada na fase policial, justamente em virtude do princípio da imediatidade que exige sua realização com urgência, sob pena de desaparecerem os vestígios. Nos tribunais, só chega parte da história da prova, como a descrição do material, os exames e conclusão e tudo que aconteceu *a priori* a respeito da prova pericial não é conhecido pelos operadores do direito. Desta forma, pode-se dizer que os operadores do direito não conhecem a prova pericial produzida. Justamente a prova que tem importância relevante para formar a convicção do juiz e é objeto de questionamento pelas partes nas infrações que deixam vestígios. Não deve esquecer que a Justiça brasileira tem natureza probatória e a perícia oficial produz uma prova de caráter eminentemente científica e sendo um dos meios de se buscar a verdade de um fato pretérito.

País como os Estados Unidos da América (EUA) apresenta uma cultura da exigência do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial, um exemplo disto está na demonstração de Mingard (2005, p.75) no relatório final intitulado *A Investigação de Homicídios – Construção de Um Modelo* destaca o caso de O. J. Simpson, ex-jogador de futebol americano dos Estados Unidos, “Nesse caso, a polícia encontrou uma cena que revela o caminho do criminoso.”

O advogado de defesa do Caso *Simpson*, como ficou conhecido, contestou dizendo que as provas materiais foram implantadas, mal coletadas, falta de preservação do local do crime, os policiais manipulando os vestígios sem trocar as luvas contribuindo para o risco de contaminação. Sendo os principais motivos para absolver o seu cliente mesmo com o resultado dos exames realizados através de avançada tecnologia, revelando o Simpson como culpado. Daí verificar-se a necessidade de manter o cumprimento da cadeia de custódia em todos os seus aspectos, caso contrário, pode contribuir para a impunidade ou punir um inocente.

No Brasil, no dia 29 de março de 2008, o caso de homicídio denominado Isabella Nardoni, perpetrado com perversidade capaz de comover o País, a garota Isabella Nardoni, de cinco anos de idade, foi lançada da janela do sexto andar de um edifício, é um exemplo da falta de cultura quanto ao cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. No referido caso, ocorreu a falta de preservação do local do crime e causou verdadeiro embaraço nas investigações realizadas, e sendo motivo de contestação pelo Senador Romeu Tuma em um brilhante discurso no Senado brasileiro realizado no dia 7 de maio de 2008.

A criação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial nas organizações de perícia oficial faz parte da gestão gerencial da Administração Pública que tem sua base não apenas nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, mas também no princípio da eficiência que tem como essência o gerenciamento e visa o desenvolvimento de uma cultura de qualidade.

A cadeia de custódia é o alicerce das organizações de perícia oficial que tem como função na Administração Pública de produzir a prova material. Porém não poderemos deixar de construir esse arcabouço nas organizações de perícia oficial por ser importante para oferecer à sociedade um produto de qualidade, ou seja, uma prova pericial confiável, segura, acessível e que atenda no tempo certo as necessidades do cidadão.

As organizações de perícia oficial são responsáveis pela realização das perícias criminais na Administração Pública que tem como produto a prova pericial relacionada à materialidade de um fato pretérito. A prova pericial tem natureza científica e é uma garantia do indivíduo e

uma das maneiras de se ver respeitado os preceitos constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa para o esclarecimento da verdade visando o desvelamento do valor justiça, valores almejados por todos os cidadãos em uma determinada sociedade.

Por essa razão há os que acreditam que: não existe crime insolúvel, o que existe é investigação malfeita começando por falta de preocupação pela preservação do local de fato e dentre outros cuidados com a manipulação dos vestígios.

1.7 Definição dos termos:

a) contraprova: o material examinado com emissão do resultado através de laudo, portanto já periciado por perito oficial, é guardado em quantidade suficiente para a eventualidade realização de uma segunda avaliação pelo assistente técnico, conforme as exigências legais. Isto é o que se denomina contraprova.

b) prova pericial: o vestígio material encontrado e coletado no local do fato tipificado como crime é examinado sob critério científico e técnico, permitindo-se extrair conclusão segura e confiável acerca da existência do crime. O vestígio após analisado sob critério científico e técnico e extraído conclusão segura e confiável acerca da existência do crime é denominado prova pericial.

c) vestígios: sinal que o homem ou animal deixa com os pés no lugar por onde passa, rastro, rasto, pegadas, pista; no sentido figurado, indício, sinal, pista, rastro, rasto. Todo material encontrado no local do crime que apresenta lastro de autenticidade jurídica entre o tipo criminal, autor e vítima.

Este capítulo foi destinado a clarificar aspectos fundamentais do problema da pesquisa, seu objetivo central e questões a serem respondidas da investigação, assim como as suposições, os limites, a relevância do estudo e, finalmente, a definição de termos-chaves utilizados.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade descrever o tipo de pesquisa adotada, os meios pelos quais os dados foram coletados, o universo e amostra, a abordagem na qual fundamentou o tratamento dos dados e, finalmente, as limitações encontradas no método fenomenológico e análise do discurso aplicado.

2.1 Tipos de situações a pesquisar.

A decisão sobre que métodos de pesquisa assumir, é sempre trabalhosa e crucial ao bom andamento dos estudos e de suas possibilidades de obter retornos interessantes. Devido ao método fenomenológico, em geral, enfocar fenômenos subjetivos, acreditando que verdades essenciais acerca da realidade são baseadas em experiência vivida (Moreira, 200, p.108), dá início à inclinação do pesquisador por essa opção diante do tema. Isso quer dizer que a atenção estará voltada à “experiência tal como ela se apresenta e não o que possamos pensar, ler ou dizer a cerca dela”(Moreira, 2002,p.108).

Outro aspecto, também, precisa ser levado em consideração, sugerindo ao pesquisador uma nova atenção, conforme a seguir.

A escassez de literatura que ofereça informações sistematizada e reflexões a respeito do assunto cadeia de custódia da prova pericial, leva a classificar a metodologia desta pesquisa como “exploratória” (Vergara, 2009).

Neste ponto Moreira (2002) recorre a Streuber e Carpenter (1995) sobre a ajuda que o emprego de três questões podem oferecer à tomada de decisão, a saber: existe necessidade de maior clareza? Há pouca publicação? É preciso descrição em maior profundidade? A experiência vivida compartilhada seria a melhor fonte de dados?

Em terceiro lugar recursos, tempo e estilo pessoal do pesquisador. Sua habilidade de engajar-se em um método rigoroso nesse sentido poderia se considerados em condições aceitáveis para enfrentar a atividade?

O que emerge como importante neste ponto é a preocupação de Streuber, Carpenter, e Forhieri (1993) quanto à certa fragilidade dos métodos observacionais, para lidar com aspectos do psiquismo humano, fundamentais a este estudo (p.109).

Voltando à questão central desde estudo percebe-se que ele se apresenta tanto pela via legal, quando pela procedimental técnica especializada, ainda quanto por questões de gestão, quando as problemáticas humanas relacionais ganham peso e é, ainda, envolvida por questões

relacionais inerentes à pessoa humana, no trabalho, com suas singularidades, experiências profissionais e de vida e que irão implicar, também a forma de lidar com o legal, com o operacional técnico bem como nas relações com outras pessoas independentemente de nível hierárquico, em se âmbito de atuação funcional que pode ser amplo.

Porém, além do aspecto exploratório, o que é ainda, em boa parte, consequência do emprego desse método, surgiu a necessidade e uma compreensão mais aprofundada desse processo, com seus procedimentos e inter-relações, exigindo a complementação do método descritivo, o qual é muito familiar à postura fenomenológica que busca uma descrição densa.

Seguindo-se essa linha de reflexão começa-se a perceber que a postura fenomenológica tenha a contribuir com a qualidade do resultado desta pesquisa tendo-se em vista que:

- a) o centro do problema tende à subjetividade;
- b) a experiência vivida precisa ser considerada por possibilitar volta à coisa mesma, não ao idealismo filosófico;
- c) há escassez de matéria escrita e os contatos com os sujeitos poderão ser fontes valiosas para fazer aparecer a realidade, a partir do exploratório ao qual a atitude fenomenológica é aberta;
- d) os atores acima citados não dariam preferência à observação, nesse caso, pelos argumentos que apresentam;
- e) além desses aspectos, a abordagem fenomenológica supõe uma descrição densa.

Nesses termos, fica suficientemente justificada a opção que conta com a pesquisa de campo, mantendo a postura descrita, buscando fazer aparecer a realidade como ela se mostra nos depoimentos dos sujeitos da forma como manifesta. Além da discussão e base teórica que a sustenta a pesquisa apresenta uma possibilidade prática: a de ser aplicada, podendo oferecer um mecanismo que possa ser utilizado para resolver a carência quanto a um programa para implantação da cadeia de custódia da prova pericial, com o escopo da manutenção da integridade e idoneidade da prova pericial no Estado de Rondônia.

Os meios bibliográficos, tradicionalmente empregados da pesquisa científica, possibilitaram, em especial, a construção do referencial teórico, inclusive com alguma reflexão filosófica imbricada na metodologia, contando tanto com obras de autores renomados quanto com a complementação informativa selecionada como matérias publicadas em revistas, jornais e redes eletrônicas.

Em termos de fontes a pesquisa também foi documental devido ao acesso a (os) documentos internos ao âmbito do órgão de perícia oficial e da polícia civil que tratam do assunto, isto é, do fenômeno estudado.

Durante o trabalho de campo, momentos foram tomados como pesquisa qualitativa tradicional, empregando questões formuladas, em contraste com outros momentos, o espaço para escutar e dialogar foi considerado fundamental no campo. Uma forma de entrevistas semi-abertas poderia descrever o que foi realizado, contanto que fique clara a postura de inserção e não de intervenção pelo pesquisador entre os sujeitos, com os diversos atores envolvidos na busca por preservação da integridade e da garantia da idoneidade da prova pericial e os atores envolvidos na utilização da prova pericial no desenvolvimento.

2.2 Universo e amostra

A pesquisa foi realizada no âmbito dos órgãos de Perícia Oficial, Polícia Civil, Polícia Militar, Poder Judiciário, Ministério Público e Escritórios de Advocacia conforme descrito. O universo da pesquisa incluiu profissionais ocupantes dos cargos de Perito Oficial, Delegado de Polícia Civil, Oficial da Polícia Militar, Advogado, Promotor do Ministério Público estadual e Juiz de Direito do Poder Judiciário estadual. Foram, também, entrevistados especialistas no tema em apreço visando às condições para validade interna, credibilidade e autenticidade da pesquisa.

O processo de seleção do universo de profissionais entrevistados foi não probabilísticos, intencional e por acessibilidade (VERGARA, 2009). Foi escolhida a amostra com número de setenta e quatro profissionais e selecionados de forma intencional segundo a inserção no tema de alguma forma na prática diária, bem como por acessibilidade. Desta forma, foram escolhidos cinco informantes para averiguação da validade interna, credibilidade e autenticidade da pesquisa.

Foram escolhidos intencionalmente quarenta peritos oficiais para realização das entrevistas que, em tese, não apresentam percepção da importância do fenômeno estudado e que apresentam a percepção. Foram realizadas entrevistas com seis oficiais da Polícia Militar e seis Delegados de Polícia Civil. Sendo o primeiro responsável, em regra, pela preservação do local do fato e o segundo, responsável pela preservação do local do fato e envio de elemento de prova para os órgãos de perícia oficial. Foram escolhidos, em tese, os que apresentam a percepção da importância do cumprimento da cadeia de custódia para a qualidade da prova e os que não apresentam.

Neste diapasão, foram escolhidos os profissionais que usam a prova pronta e acabada para formar um juízo de valor, tais como: seis Delegados de Polícia, três Promotores de Justiça,

três Juízes de Direito e dez Advogados. Logo, percebe-se que a escolha foi intencional e considerando-se, também a acessibilidade entre os que apresentam a percepção da importância da cadeia de custódia para a qualidade da prova pericial e os que não apresentam. Para averiguar os quesitos validade interna, credibilidade e autenticidade da presente pesquisa foram escolhidos especialistas com conhecimento do fenômeno pesquisado desde o tratamento dos dados coletados, averiguar a importância da cadeia de custódia da prova pericial para a qualidade da prova pericial e a realidade quanto ao cumprimento da cadeia de custódia no mundo que estão inseridos.

O critério de escolha foi com base na percepção do profissional quanto à importância do cumprimento da cadeia de custódia para a elaboração da prova pericial.

2.3 Coleta de dados

Os dados foram obtidos por intermédio de uma pluralidade de meios com a finalidade de responder as questões formuladas na presente pesquisa, conforme abaixo:

- a) pesquisa bibliográfica: foram consultadas publicações em geral, como livros, revistas, jornais e materiais disponíveis na internet;
- b) pesquisa documental: portaria interna da instituição policial;
- c) pesquisa de campo: foram realizadas entrevistas semiabertas para averiguar a percepção dos profissionais responsáveis pela preservação da autenticidade e da garantia da idoneidade da prova pericial: o que entende por cadeia de custódia da prova pericial e se conhece todas as etapas necessárias a sua fiel execução; os profissionais percebem as mudanças do mundo contemporâneo e o que representam as mudanças para a organização de perícia oficial; é costume o cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia da prova pericial; os profissionais estão motivados para a aceitação de mudança na organização de perícia oficial; a implantação da cadeia de custódia da prova pericial é considerada uma inovação para a organização de perícia oficial; os profissionais conseguem perceber as virtudes morais a se desenhar na organização de perícia oficial com o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial; o benefício para a gestão pública do Estado de Rondônia; os profissionais conhecem a importância da preservação do local de crime para a qualidade da prova pericial; é costume a preservação do local de crime; os profissionais da organização estão motivados para a aceitação de mudança inovadora quanto a implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial; a importância da prova pericial para o inquérito policial civil e para o inquérito policial militar.

Para os profissionais que utilizam a prova pericial pronta e acabada para formar um juízo de valor foi averiguado: se percebem as mudanças no mundo contemporâneo que afeta o uso da prova pericial pela justiça; se é costume saber como a prova pericial que chega ao processo foi produzida; se considera a prova pericial como sendo a “rainha” das provas; a importância da prova pericial para o produto do seu trabalho. (sentença, inquérito, denúncia e defesa).

Foram entrevistados especialistas para obter as informações referentes ao fenômeno estudado no mundo que está inserido; a perspectiva quanto a elaboração de um programa nacional de cadeia de custódia, se os profissionais das organizações de perícias no Brasil estão motivados para aceitar a inovação; se existe a cultura de cumprimento da cadeia de custódia no mundo que está inserido.

O entrevistador favoreceu ao entrevistado oportunidades para falar livremente sobre o assunto, mas sempre retomando quando se afastava do tema original. Foram escritas no momento das entrevistas e submetidas para validação. Preocupou-se para não ocorrer à limitação das pesquisas, e assim, não originar um resultado diferente da realidade.

2.4 Tratamento de dados

Considerando a natureza da pesquisa realizada, os meios buscados e as informações coletadas, o tratamento dos dados foi analisado qualitativamente procurando manter uma postura fenomenológica somada à análise de discurso na perspectiva pragmática.

O mundo das organizações em sua forma ampla com seus problemas e sucessos favorecem a incursão na fenomenologia em razão da vivência ser mais antiga do que o convívio social e do que o aprendizado, e situado a nível da instância fundante e está relacionado a coexistência histórica-cultural em que cada um vive em pessoal e em comum no mundo de possibilidades a novos horizontes (Fraga, 2009).

2.4.1 A atitude fenomenológica na pesquisa de campo da cadeia de custódia

A partir das entrevistas enquanto abertas, isto é, nos momentos em que os temas centrais estavam disponíveis aos sujeitos para os abordarem livremente como seus, o pesquisador procurou assumir uma atitude de inserção no mundo de cada manifestante, procurando captar cada fala, reação ou silêncio singular de cada participante, isto é, procurou assumir uma postura fenomenológica diante dos depoentes, a fim de captar os resultados como foram por eles próprios manifestados.

Essa atitude exigiu grande esforço de um pesquisador principiante, ao qual o diálogo baseado em propostas definidas a priori e mais familiar em decorrência da educação mais tradicionalmente se não, pelo menos quase cientificista. A pesquisa de campo em atitude fenomenológica é compartilhar com o outro aquilo que ele nos oferece e da forma como ele nos oferece, é a vivência de uma intersubjetividade.

2.4.1.1 Intuição e a cadeia de custódia

Não há neste ponto a mínima intenção em aprofundar o tema intuição e percepção o que nem caberia no escopo deste estudo, apenas a intenção de lembrar caros à fenomenologia. A intuição é uma atividade mental inconsciente e estranha a lógica que age através de aptidões evolutivas, ou seja, a experiência com o tempo transforma em uma capacidade. Como diz Jagdish Parikh (2008, p. 45) “Isso implica que estamos nos movendo coletivamente para uma maior percepção e maior acesso a nossa dinâmica interior, ao nosso “espaço interior”.”

É uma forma de alcançar o conhecimento de algo, como diz García Morente (1980, p.48) “Consiste num único ato do espírito que, de repente, subitamente lança-se sobre o objeto apreendido, fixa-o, determina-o com uma só visão da alma.” Através da intuição obtém-se o conhecimento direto, imediato e não está localizado ao nível da experiência, mas ao nível da instância fundante, e está relacionado com o vivido da intencionalidade.

A intuição é um nível de percepção como é o biopsíquico e o cognitivo relacionado com o intelecto. A percepção é um ato que busca dar significado a algo existente e a espera de uma interpretação. Como acontece com a cadeia de custódia da prova pericial, que é algo que está velado no mundo vivido das organizações de perícia oficial e que diante da necessidade de produzir uma prova pericial com qualidade está sendo desvelada através da percepção, da intuição da essência e identificando o fenômeno, como assevera DARTIGUES (1992, p. 15-16) “Esta identidade da essência consigo própria, portanto esta impossibilidade de ser outra coisa que o que é se traduz por seu caráter de necessidade que se opõe à facticidade.”

O novo paradigma substitui aquele antigo pensamento que tem o fundamento no pensamento mecanicista de Newton, com visão reducionista positivista e materialista. No novo paradigma, a subjetividade e a visão holística do universo passa a ver o mundo como uma rede complexa de relacionamento considerando a realidade, apresentando algum tipo de ordem, padrão e consciência. No novo pensamento, os sistemas fechados, controlados são substituídos pelos que delegam responsabilidade às pessoas em uma dinâmica em que as pessoas são mobilizadas pelo conhecimento nesta complexa rede. A intuição no novo paradigma ganha

destaque em razão da necessidade de rapidez nas tomadas de decisões decorrentes da grande velocidade nas informações e mudança globalizada da realidade.

A intuição, nível da percepção, parte do mundo vivido, daquilo que é dado na intuição, como diz Husserl, das coisas mesmas, desvela algo que se mostra por si mesmo deixando para trás tudo que esteja fora do ato de sua consciência. É o concreto que é percebido e não o ideal. Busca o que o mundo é de fato, como é dado ao sujeito, mas sem haver separação do sujeito-objeto. A cadeia de custódia da prova pericial foi percebida intuitivamente de uma vivência de mundo e desvelada por necessidade da produção de uma prova integra e idônea nas organizações de perícia oficial no Estado de Rondônia e sendo percebida por ato da consciência, uma intuição da essência.

Segundo DARTIGUE (1992, p. 18) “a consciência é sempre a “consciência de alguma coisa”, isto é ela só é consciência estando dirigida a um objeto”. Existe uma intencionalidade do sujeito com relação ao objeto, bem com uma singularidade. Cada sujeito tem sua percepção intuitiva sobre o objeto conforme sua vivência, mas não deriva do mundo vivido, apenas parte do mesmo.

A intencionalidade operante da correlação sujeito-objeto acontece no mundo concreto e se mostra como a coisa mesma na vivência deste mundo onde a coisa foi desvelada na sua essência e não sendo um ato volitivo. Esta intencionalidade é a significação, é quem fundamenta nossos atos, é o saber que a nossa intuição capta e compreende, bem antes daquela lógica do consciente.

Ao recorrer à análise intencional não iniciamos da cadeia de custódia da prova pericial em si, da qual não conhecemos, partiremos como assevera Husserl “das coisas mesmas”, ou seja, do modo enquanto é percebida, do ato da vivência do mundo onde a essência estava velada. A cadeia de custódia da prova pericial é sempre objeto para uma consciência e não em si. A intencionalidade operante obriga a percepção da relação entre a consciência e o objeto, mas não formando duas entidades distantes, pois a correlação consciência – objeto se fosse separadas não haveria nem consciência e nem objeto.

Como assevera MOREIRA (2002, p.3) “fenômeno é a percepção desse objeto que se torna visível à nossa consciência”. A cadeia de custódia da prova pericial é objeto percebido na consciência e desvelado da experiência vivida no mundo pré-dado. Este fenômeno é o estímulo para a busca de novo conhecimento e a base para todo conhecimento necessário para chegar a produção de uma prova pericial com qualidade. É esse, também, o sentido que move o pesquisador em direção ao trabalho de campo, a fim de fazer aparecer o vivido por cada um dos envolvidos nessa cadeia e que são sujeitos desta investigação.

A intuição é reforçada com o aprendizado da vivência do mundo com o passado e com a expectativa criada pelo futuro, esse por vir para um novo presente. O presente é a percepção intuitiva do objeto intencionalmente percebido naquele momento.

A cadeia de custódia da prova pericial foi percebida na consciência, intencionalmente com ajuda da forma que se mostrava no passado, a necessidade do presente e a forma que poderá ser no futuro após implantação de um programa visando o seu cumprimento com escopo da produção de uma prova pericial isenta de qualquer desconfiança, íntegra e idônea.

2.4.1.2 Mundo da vida das organizações de perícia

O mundo fenomenológico é o do cotidiano criado no desenvolver de um processo histórico – cultural que necessita ser apreendido e compreendido para seu desenvolvimento natural. No mundo fenomenológico existem inúmeros fenômenos que podem ser percebidos pelo sujeito em sua consciência e servir de um ponto de partida para uma investigação aberta e de verificação por qualquer pessoa.

Como assevera García Morente (1980, p.57) “...essa vivência do homem antes que o homem tenha resolvido crer que há coisas, então teremos que descobrir essa vivência do homem anterior à crença na existência das coisas...”. O mundo vivido é o mundo que pode ser compreendido e a ser desvelado não da forma que eu penso, mas da forma que eu vivo. A cadeia de custódia da prova pericial foi compreendida no seu sentido fenomenológico, ou seja, com a apreensão do seu sentido, segundo Husserl “das coisas mesmas”, daquilo que é mostrado e percebido na forma que é dado a intuição.

Daí, novamente, o desafio do pesquisador que segue esse sentido; fazer aparecer o que realmente é como é.

O mundo cultural recheado de sentido e significado precisa ser desvelado no sentido de sua relevância para o agir ético do co-humano. Necessita ser mostrado, conforme diz Fraga (2009, p.127) “Cada um dos fenomenólogos citados percebe a mostraçã do fenômeno de acordo com a singularidade própria de suas vivências.” Da mesma forma acontecem com os sujeitos na mostraçã perceptiva do fenômeno cadeia de custódia da prova pericial em que a verdade é alcançada na possibilidade universal da singularidade surgindo a verdade polissêmica.

É nesses termos que os resultados da pesquisa de campo de mostram: um conjunto de singularidades, cujo enredamento das relações fará aparecer a verdade em sua polissemia.

O homem singular mergulhado no campo fenomenológico é o homem concreto dotado de cultura, portanto humanizado e espiritualizado direcionado a legitimação do mundo da vida. Como assevera BETTO (2008, p.226) “ Ao nascer nos integramos no ciclo holístico da natureza.”

O mundo da vida é o que é comum a todos nós, o habitual, onde o homem concreto está inserido com sua história e cultura buscando transformação do mundo natural pelo saber. A apreensão do homem concreto acontece no mundo da vida, afastado da abstração, no seu ato de vivência, intersubjetivo e ao mesmo tempo pessoal e coletivo, como assevera DARTIGUE (1992, p.21) “O mundo, na atitude fenomenológica, não é uma existência, mas um simples fenômeno.”.

Singularidade do mundo fenomenológico não é do homem isolado e sim, do homem perceptível de um fenômeno singular com relação ao outro, como a percepção de cada sujeito para o fenômeno da cadeia de custódia da prova pericial. Cada homem tem sua percepção intuitiva a respeito de um fenômeno singular conforme sua vivência no mundo da vida em que o fenômeno abordado fenomenologicamente está na sua essência inserido.

O mundo abordado fenomenologicamente é um mundo aberto que possibilita novos horizontes em virtude de está no mundo buscando consequências relevantes para o co-humano no sentido ético. O mundo é considerado de forma holística e concreto com a possibilidade de desvelamento de valores que propicie o sentido do agir ético. Com a mostração podem surgir novos horizontes que antes não era observado, como o que pode ocorrer com a cadeia de custódia da prova pericial na sua importância holística para a qualidade do produto da organização de perícia oficial e de todas as organizações que tem o dever moral de preservar a integridade e idoneidade e as que formam um juízo de valor utilizando a prova pericial no desenvolvimento de seus trabalhos de ofício. Oferecendo consequências relevantes para o mundo jurídico por ocasionar um significado positivo para a justiça com a produção de uma prova pericial íntegra e idônea.

A intencionalidade operante parte do modo enquanto é percebida, do ato da vivência do mundo onde a essência estava velada, mas esta intencionalidade não restringe o horizonte deste mundo. A fenomenologia na correlação sujeito-objeto busca o homem concreto na percepção de um fenômeno singular que pode originar várias percepções por diferentes sujeitos alcançando verdades polissêmicas no sentido do agir ético. Destarte, não podendo delimitar o mundo vivido em razão da perda da relevância para o co-humano.

O mundo da vida é em aberto e quando compartilhado, é fértil em constante trânsito, fluxo. Não existem verdades fechadas, mas podem haver posturas , posições, interpretações

cristalizadas no tempo e no espaço, seu “inacabamento não é uma defeito mas pura possibilidade (Fraga, 2009, p.204),” e é compreendido como aberto. No mundo fenomenológico, o homem é concreto na posição de co-humano agindo subjetivamente e intersubjetivamente sempre se movendo para consecução de necessidades e não se definindo como acabado. O humano concreto, em seu estado de impermanência em busca intencional de desvelar algo singular com sua percepção intuitiva, na sua essência, da forma que é dado e pensado e pensado e dado, como assevera Fraga (2009, p.54) “quando se visa o mundo como completamente constituído e óbvio, está se abdicando das operações próprias da consciências que dão significado humano”.

O mundo vivido das organizações de perícia oficial, envolvido pela globalização e pelas informações surgindo em uma velocidade assustadora, provoca a necessidade de buscar a qualidade do produto elaborado pelas organizações, por meio do fenômeno percebido intuitivamente em uma relação sujeito-objeto-objetivo.

No mundo contemporâneo, a busca pela qualidade não é um “capricho” e sim uma necessidade. Sendo a cadeia de custódia da prova pericial em conjunto com uma tecnologia de ponta e o desenvolvimento de uma cultura voltada para o cumprimento do fenômeno, a forma de mostrar a possibilidade de produção de uma prova pericial com qualidade e que tenha relevância no mundo em comum.

2.4.1.3 Agente fenomenológico da ação do cumprimento da cadeia de custódia

O agente na percepção do fenômeno é o sujeito transcendental com horizonte de possibilidades que percebe o fenômeno em sua essência deixando entre parênteses as crenças existenciais. Por meio da intuição, o agente procura identificar a estrutura e os elementos do fenômeno partindo da vivência em comum, seus atos e conteúdos. O que importa para a fenomenologia é a consciência do sujeito com relação ao objeto mostrado de forma intencional na sua essência, ou seja, da forma que é para consciência.

Esta correlação sujeito-objeto é percebida pela consciência por meio da vivência no mundo em que o fenômeno estava velado, da vivência do eu e Outro e se inter-relacionando. Buscando a compreensão da totalidade do mundo vivenciado no sentido de assumir responsabilidade para a vida. DARTIGUES (1992, p. 50) “...situado no meio humano que lhe dá seu sentido, que materializa nele a intenção em direção à qual procuramos remontar”.

A cadeia de custódia da prova pericial é o objeto de apreensão, de significação e de análise do agente da ação, percebido de forma intencional que passa a ser mostrada em nova

possibilidade diante dos valores desvelados para o seu cumprimento. A responsabilidade, compromisso e solidariedade são as virtudes morais que possibilita um novo comportamento no sentido ético relevante para uma existência com o mundo na sua totalidade. Como assevera Capra (2006, p.23) “Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente.”

A ação na abordagem fenomenológica é consciente e intencional, portanto significativa e que parte da experiência humana conferindo dinamicidade a mesma. O agente da ação compreende a razão da ação, ou seja, o sentido que pode orientar no mundo da vida. A ação tem resultado e consequência no mundo onde o agente se comunica e se inter-relaciona, co-humanamente, isto é, intencional e intersubjetivamente. O sujeito intencional e consciente reconhece a sua responsabilidade por seus atos, na verdade, por suas ações ou omissões (Fraga, 2004).

A relação intencional sujeito-objeto se dá na consciência do agente formando a mesma realidade em um mundo que possui seu processo histórico-cultural, como diz DARTIGUES (1992, p. 53) “O ego se constitui para si mesmo, por assim dizer, na unidade de uma história.” O sujeito é o homem concreto e singular que partilha o mundo cultural, com experiência consciente e suscetível a perceber intencionalmente o objeto na sua essência, atribuindo-o significação. Vários sujeitos podem perceber intencionalmente o mesmo objeto na sua essência partindo da sua experiência e alcançando verdades singulares e universais, polissemia da verdade. A verdade polissêmica indica que na reflexão fenomenológica não existe uma verdade absoluta, fechada e sim verdades singulares e universais conforme a significação da vivência de mundo de cada agente da ação fenomenológica em um determinado tempo e espaço.

A cada síntese de transição: passado, presente e futuro o sujeito traz consigo o conhecimento do passado vivido, do presente vivendo e a expectativa para o futuro, mas sempre coincidindo tempo-sujeito em contemporaneidade com o espaço-sujeito. É esta síntese de transição que possibilita a formação do sujeito no mundo de impermanência se mostrando necessário no sentido da relevância humana.

2.4.1.4 Relevância da ação do cumprimento da cadeia de custódia

A ação do sujeito no mundo em comum é como assevera Fraga (2009, p. 5) “...agentes intencionais, conscientes e conseqüentes...”. A ação deve possuir um sentido específico da

humanidade não apenas para obtenção de resultados, mas reconhecendo como agente dos atos praticados e conscientemente orientado para a direção do agir ético.

O bem comum é o sentido que o sujeito da ação fenomenológico direciona sua intenção consciente. O homem é concreto agindo subjetivamente e intersubjetivamente no sentido de alcançar significado relevante para o ser humano. A ação surge da vivência do mundo com sua história e cultura na direção de desvelar valores escondidos por cortinas nebulosas para proporcionar resultados que tragam conseqüências humanas. Segundo Srour (2008, p.23) “O que os agentes pensam e fazem espelha a estrutura das relações sociais prevalecentes em cada formação histórica.”

O homem concreto e intencional é aquele que para fenomenologia entende o mundo em sua vivência e é considerado na conformidade do seu sentido de agir, compreendendo a si mesmo e sua co-humanidade. Seu agir subjetivo não o torna perceptível dos fenômenos, necessitando da intersubjetividade para desvelamento do que é mostrado velado. Como assevera Dartigues (1992, p.145) “...é um modo de experiência que nos coloca autenticamente na presença de objetos objetivos...”. O co-humano é modo de agir conscientemente do ser humano, o agir no sentido de desvelamento, da mostraçõ dos objetos e objetivos para relevância no mundo de “eu” e Outro.

O desvelamento da cadeia de custódia da prova pericial resultou da ação do homem concreto, intencional, na sua singularidade e interagindo intersubjetivamente no mundo vivido, no mundo em comum. Na percepção, o fenômeno cadeia de custódia da prova pericial é reduzido na sua essência sem perder o sentido da ação para um resultado que provoque relevância no mundo em comum e distante da abstração. Neste diapasão, a atuação do homem concreto no mundo das organizações de perícia oficial ocorre por necessidade, portanto intencional e direcionado a propiciar conseqüências relevantes para o ser humano no mundo em comum.

A compreensão do mundo em que ocorre a ação do agente é fundamental para mostrar a significação da correlação sujeito-objeto. A vivência do mundo em comum é diferente na percepção de cada sujeito, mas não devendo perder a noção de totalidade e de possibilidades de mudança. O homem concreto intencional vive em mundo comum, dinâmico, de impermanência, vivido e convivido na busca de condições humanas e sendo o valor dignidade, um dos importantes para materialização das condições humanas, Dartigues (1992, P. 145) diz: “...ele é, como o das essências, um a priori e um a priori material, susceptível de uma apreensão intuitiva”.

O mundo dos valores é o que dá sentido aos objetivos no mundo da vida. O valor qualidade é o que dá sentido ao objetivo almejado com a cadeia de custódia da prova pericial e que pode

ser desvelado pelos os profissionais envolvidos com a produção da prova pericial. A prova pericial por sua vez, tem a sua importância no sentido do desvelamento do valor verdade nas infrações que deixam vestígios. Para a fenomenologia, o mundo dos valores é *a priori*, material e apreendido intuitivamente no mundo vivido, adquirindo sua estrutura material e colocando de forma autêntica não apenas o objeto, mas o objetivo da ação intencional do agente direcionado conscientemente para o agir ético e para proporcionar relevância para a humanidade.

Os valores necessários para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial são percebidos a priori na correlação sujeito – objeto – objetivo, cuja ação intencional ganha sentido não apenas em direção ao resultado, mas principalmente da consequência para o ser humano. Como consequências, outros valores serão desvelados, tais como: a dignidade, idoneidade, transparência, verdade, confiabilidade e segurança. Desta forma, desenhando o padrão moral nas organizações de perícia oficial.

Como no passado não existia a idéia de cadeia de custódia e a prova pericial era considerada “rainha da prova” em razão de não se perceber ou acreditar que poderia haver algo possível de abalar sua integridade e idoneidade, o fenômeno não era percebido, não era mostrado, mantinha-se velado no mundo das organizações, neste caso, nos limites da perícia oficial.

Com o surgimento da nova realidade, o mundo globalizado, as informações chegam com facilidade e a velocidade assustadora e o surgimento do novo paradigma fundado no novo, rápido e veloz obsolescência, provoca mudança no comportamento do homem concreto, afetando seu modo de perceber as coisas da vida, sua visão de mundo. A oportunidade para o desenvolvimento de uma cultura de cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial e a realidade globalizada estimulam as organizações a considerar como uma necessidade a busca pela qualidade. No mundo globalizado a busca pela excelência é constante, o homem concreto intencional em seu estado de impermanência procura andar neste sentido.

Como todo presente traz consigo o passado é necessário a implantação de um programa que possa consolidar o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. O programa é uma expectativa para o futuro e o presente de hoje será um passado que também fará parte deste futuro e que assumirá a posição de presente em uma relação de intimidade do sujeito e tempo, como assevera Fraga:

“O sentido que circula no tempo e no sujeito é o da permanente impermanência, que não é uma imperfeição, mas possibilidade de uma formação essencialmente humana, isto é no sentido da ética e segundo a condição humana.” (2009, p.20).

Nesta formação essencialmente humana o agente atua como homem concreto, intencional em um mundo vivido com seu processo histórico-cultural em constante transformação e buscando a legitimação com o reconhecimento da co-humanidade, do mundo compartilhado. O reconhecimento não surge da dinâmica natural deste mundo, mas com a conseqüente retomada do ser humano, como co-humano, ou seja, do ser com o outro. Desta forma, a organização de perícia com seus profissionais passam a articular seu conhecimento e voltar a posicionar no mundo de possibilidade no qual faz parte.

As conseqüências produzidas pelo resultado dos trabalhos realizados pelas organizações de perícia oficial trazem significados consideráveis para a sociedade, pois a justiça só pode ser clarificada com o desvelamento da verdade.

Com o desvelamento da verdade criam-se possibilidades de tutelar direitos individuais, direitos humanos e transindividuais conforme o fato típico ocorrido. E neste sentido, é que a justiça almejada pela sociedade pode ser desvelada e a organização produzir significado relevante para o ser humano.

A sociedade é constituída por uma associação de pessoas com padrões previamente estabelecidos, mas aberto e com possibilidades de transformações conforme a necessidade.

Os profissionais que formam as organizações de perícia oficial podem agir com uma postura ética compromissada com a qualidade de produzir um produto que ofereça relevância para o humano. O produto pode ser elaborado no sentido de sua confiabilidade, segurança e que atenda a necessidade do ser humano no sentido de produzir conseqüências relevantes para o co-humano

Valores como responsabilidade, compromisso e solidariedade precisam ser desvelados e absorvidos pelos profissionais das organizações de perícia oficial para o cumprimento fiel da cadeia de custódia da prova pericial, visando elaborar um produto com qualidade, como sugere Fraga:

“Da significância do que é dito no convívio cotidiano com as pessoas no trabalho e da relevância discernida de cada situação na gestão, dependerá, em boa parte, a possibilidade de uma formação humana que leve justa gratificação pessoal a todos os envolvidos enquanto buscam resultados produtivos condizentes com seus dignos compromissos laborais e sociais.” (2009, p. 25).

O cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial traz resultados e conseqüências relevantes para os profissionais e para a sociedade. Valores, tais como: dignidade, transparência, segurança, confiança, integridade, idoneidade e verdade são desveladas com o compromisso, responsabilidade e solidariedade de profissionais responsáveis pela preservação

da autenticidade e garantia da idoneidade da prova pericial com consequências relevantes para a sociedade. Entretanto, há necessidade de implantação e/ou implementação do programa para criar possibilidades para uma formação humana e compreensão da importância do cumprimento da cadeia de custódia como um todo, da prova pericial no mundo vivenciado e de possibilidades das organizações de perícia oficial.

2.4.2 Análise do discurso na perspectiva pragmática

2.4.2.1 Social, histórico e cultural

Com a visão pragmática da linguagem, a vida cotidiana é a fonte de formulações de argumentos para a consecução de objetivo almejado pelo ser humano na condição de co-humano, isto é, intencionalmente compartilhando com os outros a humanidade de todos. Com essa postura a linguagem sai do abstrato, do real, da homogeneidade e passa a funcionar mais como uma operação do que como categoria gramatical. No desenvolver da operação, a língua é demonstrada em diversos atos, tais como: predicação, afirmação e outros atos de linguagem. Como assevera Carraher (2008, p. 6) “A pragmática trata das funções e dos significados da linguagem no contexto social.” Na visão da presente linguagem com função instrumental, a comunicação aparece como interação social em que o outro desempenha o papel na constituição do significado.

Na análise do discurso na perspectiva pragmática, a língua apresenta-se por meio do discurso para mediar o homem e sua realidade e é a forma de situá-lo na própria realidade. A linguagem é demonstrada como o local de conflito e confronto ideológico e não de forma abstrata e neutra, em virtude dos processos da relação homem e realidade serem históricos, sociais e culturais, segundo Resende (2006, p. 26):

“Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constituído de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.”

O discurso não pode estar completamente desvinculado das condições de produção sendo a língua o lugar da materialização dos efeitos de sentido e da condição de possibilidade do discurso.

O sujeito, na perspectiva pragmática da análise do discurso, não é central e não é monológico situa-se de forma privilegiada usando a linguagem como o lugar de sua constituição e sentindo-se na condição de representar o mundo, como assevera Voese (2004, p.106):

“As noções de subjetividade e de dialógica, por sua vez, alinham-se com as de movimento e processo histórico do gênero humano e, por isso, a Análise do Discurso deverá incluir, também, em seu fazer, a observação de pista de conflito social e da ideologia.”

Destarte, uma base teórica necessária na análise do discurso para vincular o linguístico ao social, histórico e cultural acontece por meio do conhecimento das orientações da ideologia e do discurso.

Neste diapasão, foi realizado o tratamento dos dados coletados durante as entrevistas com os profissionais das organizações que tem a responsabilidade de resguardar a integridade e garantir a idoneidade da prova pericial e com os profissionais das organizações que utilizam o produto no desenvolvimento do seu trabalho de ofício. Com a observância da percepção da importância da cadeia de custódia da prova pericial dos profissionais para averiguar a necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia.

2.4.2.2 Ideologia

A ideologia passa de uma atividade científica para uma doutrina irrealista na época de Napoleão ao criticar os ideólogos franceses como abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos. Semelhantemente Marx e Engel apontavam a ideologia de forma negativa separando as condições de produção existente das produções das idéias.

Para Marx, a ideologia cria uma visão ilusória da realidade induzindo a crença da existência de uma realidade, organizando-se como um sistema lógico de representações, idéias, valores e regras que faz os indivíduos da sociedade acreditar no modo e na forma de pensar, sentir e fazer e apresentando-se com explicação teórica e prática. Como assevera Mészáros (apud Voese, 2004, p. 57):

“Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da mistificação, através da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores

e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais (Meszáros,1993:10).”

As “lacunas”, “silêncios” e “brancos” são características marcantes que impossibilita explicações profundas da realidade ilusória criada. Porém a sua natureza superficial deixa sensível a qualquer acontecimento e abre espaço para diferentes possibilidades de percepção que favorecem a ruptura e transformação, como o ocorrido com o avanço tecnológico no mundo contemporâneo. No mundo contemporâneo, as transformações legais e naturais não permitem a permanência da cultura ideológica implantada pelo poder público que velou por muito tempo a realidade da necessidade da implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial. A qualidade da prova pericial sempre foi uma necessidade enevoadada pelo mundo das idéias criado pelo o poder político reinante. As ideologias não pousam em verdades absolutas e universais, possibilitando para ação e mudança por meio da mostração dos implícitos e desvelamento de novos saberes numa perspectiva dialética.

A ideologia pode ser vivida de modo inconsciente por meio do pensar, do recortar uma “fatia do mundo” imaginado pela subjetividade do sujeito que crer que seja legítimo, mesmo sendo incompatível com a realidade. A ideologia pode ser manifestada de forma intencional ou operacionalizada sem trazer a nível da consciência, Como assevera Bakhtin (apud Voese, 2004, p. 55) “toda palavra carrega um índice de valor, produto das atividades avaliativas que os indivíduos dos grupos realizam, apoiados nas referências-chave, ou seja, na ideologia”.

É através da ideologia que o sujeito relaciona-se com as condições materiais de sua existência, do seu mundo, materializado pela linguagem por meio do discurso e sendo esse um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. As condições materiais existentes são influenciadas pelo contexto histórico-social do tempo-espaço que é produzido o discurso.

Neste pensamento, foram realizadas as entrevistas com os profissionais das organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial e os que utilizam a prova pericial no desenvolvimento de seu trabalho de ofício. Averiguando a percepção da necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial por meio dos discursos fundamentados nas condições de produção existentes no mundo das organizações de perícia oficial.

2.4.2.3 Discurso

O discurso, uma das formas de materialização da ideologia é definido por Foucault (apud Brandão,2004, p. 33) “como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma

formação discursiva”. E a formação discursiva segue a mesma formação ideológica, sendo a primeira que orienta o que se pode e deve ser falado a partir de um mundo concreto com seu contexto histórico-social em um processo de desenvolvimento e construção.

O enunciado relaciona-se com seu referencial, ou seja, com o seu objeto criando as condições de possibilidade de aparecimento, desaparecimento e diferenciação do mesmo por meio da frase e com o seu sujeito em uma concepção idealista que processa na sua visão da história com ruptura e descontinuidade. É quem faz aparecer o objeto com base na sua condição material.

O discurso é resultante do conflito entre o individual e o contextual com o sentido determinado pelas condições de produção e podendo ser empregado em uma concepção como jogo estratégico e polêmico de ação e reação, de indagações, de omissão, domínio, afirmação e de contradição. É neste espaço que o saber incorpora o poder por conhecer direitos institucionalizados revelando o seu sentido pragmático em um determinado contexto extraído da produção existente.

Cada profissional envolvido com a qualidade da prova pericial e cada profissional envolvido com a valoração do produto afirmam, contradiz, omite, reage e age a partir do seu caráter utilitário determinado pelo contexto da produção material existente na condição de subjetividade.

É no processo discursivo que ocorre a produção de sentido para representar o espaço que flui as significações. A formação discursiva é o espaço específico de processo de desenvolvimento e construção que a partir de enunciados dispersos forma um discurso fundamentado na instância verbal de produção do discurso, lugar onde ocorre a existência material das ideologias.

O discurso como sendo um dos aspectos materiais da existência material das ideologias, afirma Brandão (2004, p. 47):

“Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.

O avanço tecnológico do mundo contemporâneo impõe o aparecimento de novos termos e conceitos impulsionando a forma e a velocidade com que a língua deve incorporá-los. A língua constitui as condições de possibilidades do discurso e é o lugar material que se realiza os efeitos dos sentidos, segundo Neto (1986, p. 18):

“(...) é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega. Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que as falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam”.

Foi analisado nesta perspectiva semântica o discurso emitido com as entrevistas dos profissionais das organizações responsáveis pela preservação da integridade e garantia da idoneidade da prova pericial bem como dos profissionais que utilizam a prova pericial no desenvolvimento do seu trabalho de ofício. Procurando desanuvier o implícito, os silêncios, reconhecer certa pluralidade das compreensões e enfatizar a possibilidade de desmistificação dos discursos obtidos com as entrevistas para averiguar a percepção dos profissionais quanto à importância da cadeia de custódia da prova pericial para a qualidade do seu produto e da necessidade de implantar um programa de cadeia de custódia no Estado de Rondônia.

2.4.2.4 Sujeito é ideológico e algo mais

Na epistemologia clássica a língua era usada para representar o real na consideração do estudo das palavras para formar conceitos verdadeiros, e o enunciado sendo formado em uma relação com um estado das coisas existentes. A subjetividade não tinha espaço, a verdade estava fora do sujeito e a língua tinha função representativa alicerçada na categoria gramatical. Ao contrário da nova vertente surgida, a linguagem passa a ser concebida dentro de uma função demonstrativa operacional com o sujeito ocupando uma posição de destaque e passando a ser o lugar da constituição da subjetividade.

Nesta posição de subjetividade, o sujeito só se completa na interação com o Outro e podendo representar o mundo em um determinado tempo e espaço. Na concepção em apreço, o sujeito é essencialmente histórico-social articulando em um determinado espaço-tempo como um sujeito ideológico, como assevera Brandão (2004, p. 59):

“Segundo essa tendência, a noção de subjetividade não está mais centrada na transcendência do EGO, mas relativizada no par EU-TU, incorporando o outro como constitutivo do sujeito. Disso decorre uma concepção de linguagem também não mais assentada na noção de homogeneidade. A linguagem não mais evidência, transparência de sentido produzida por um sujeito uno, todo poderoso. É um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro.”

O sujeito, porém, além de ideológico é concebido pela interação verbal em que a língua articula com a história, com o sujeito e com a prática social concreta. O humano vive na

condição de co-humano, ou seja, na companhia do outro em uma relação de intersubjetividade. Um enunciado surge da relação com outros enunciados e constrói discursos que não foram ainda produzidos, segundo Voese (2004, p.47):

“não há enunciado que não exiba traços do produto histórico da atividade dos homens e que, objetivado, não possa servir de referência para que novos enunciados sejam construídos e nos quais se manifeste uma maior ou menor superação do que estava socialmente posto”.

O sujeito apenas constrói sua identidade na interação com o outro por meio do espaço discursivo entre ambos. O texto é o espaço dessa interação caracterizada pelo dialógico, a heterogeneidade, o conflitual, o relativo e o inacabado. Na rota desses conceitos encontram-se, em especial filósofos, que os trabalharam intensamente. Dentre eles. Edgar Morin (2001), Shutz (1979), Habermas (1989), Geertz (1989), Merleau-Ponty (1996), Heidegger (2006), para citar aqueles dos quais o autor, embora brevemente, tenha tomado ciência.

O sentido das palavras e dos enunciados caracteriza-se pela não transparência, não evidência e pela não presença em si mesmo. Os vestígios que o sujeito deixa em seu discurso estão contaminados pelo espaço social, tempo histórico e o ideológico da posição que o mesmo ocupa no mundo, como assevera Pêcheux (apud Brandão, 2004, p. 77):

“o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”.

É no pré-construído que o sujeito busca conhecer os objetos de seu discurso e cada sujeito só pode falar daquilo que conhece, ver e sabe em uma dada situação. E no processo de construção e desconstrução o sujeito impõe à realidade o seu sentido de forma universalizada, garantindo o que conhece e o que pode ver ou compreender.

Nos discursos coletados com as entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis pela preservação da autenticidade e garantia da idoneidade da prova pericial e com os profissionais que utilizam a prova pericial no desenvolvimento do seu trabalho de ofício, foi observado o que conhece, o que pode ver e compreender da importância da cadeia de custódia da prova pericial para a qualidade do produto elaborado pela organização de perícia oficial.

2.5 Limitações do método

A fenomenologia e análise do discurso pela perspectiva pragmática foram às metodologias usadas para viabilização do tratamento dos dados coletados na pesquisa realizada. Porém as

limitações dos métodos utilizados exigem do pesquisador o entendimento dos limites para adotar mecanismos de superação visando garantir a confiabilidade da pesquisa.

Existem problemas que podem ocorrer com a confiabilidade dos dados. A autenticidade do próprio relato, oral ou escrito e os efeitos da interação entre o pesquisador e o sujeito são fatores que devem ser considerados. As informações podem estar ocultas por questões de privacidade ou influência de desejos sociais. O sujeito da pesquisa pode desviar-se de perguntas diretas e responder de forma evasiva ou criação da sua imaginação. Daí a importância da experiência vivida referente ao fenômeno estudado para evitar os mencionados desvios e o auxílio de recursos técnicos são de grande valia.

Outros problemas podem ocorrer quando o entrevistado pretender aproveitar a entrevista para a autopromoção visando vários fins, imagem pública e ou fins político. Problemas semelhantes podem ocorrer quando o entrevistado tentar inventar verdades a respeito do fenômeno analisado, não querer mentir, mas por acreditar no que está falando, seja verdadeiro.

A escolha da amostra é fundamental para afastar estes problemas, portanto o universo da amostra deve ser escolhido intencionalmente através da experiência vivida do sujeito.

A amostra apesar de ser escolhida intencionalmente com fundamento na percepção da importância do fenômeno estudado pode não representar a totalidade do pensamento referente às questões formuladas. Desta forma, sendo uma importante limitação do estudo. Daí surgindo à necessidade de entrevista com especialistas no assunto a nível nacional para dar o valor real dos resultados obtidos quanto à necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia.

Este capítulo apresentou a metodologia que conduziu a pesquisa. Identificou os tipos de pesquisas que foram utilizados, o universo e a amostra que foram explorados, como os dados foram coletados e tratados, de forma a relacioná-los com os objetivos almejados. Também foram delineadas as limitações antevistas, como forma de melhorar a análise das informações.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico pesquisado e que fundamenta as idéias aqui mostradas. A linha de raciocínio é clarificada, iniciando pelo conceito e aspectos da cadeia de custódia, mudança no mundo contemporâneo, cultura das organizações de perícias. Também foi descrita a inovação nas organizações de perícias, motivação: uma força buscada nas organizações de perícias, uma a visão holística da cadeia de custódia, a cadeia de custódia na gestão pública e padrões morais necessários nas organizações de perícias.

3.1 Conceito e aspectos da cadeia de custódia

Segundo Machado (2009, p. 18), “cadeia de custódia é procedimento preponderante e de suma importância para a garantia e transparência na apuração criminal quanto à prova material, sendo relato fiel de todas as ocorrências da evidência, vinculando os fatos e criando um lastro de autenticidade jurídica entre o tipo criminal, autor e vítima”.

A cadeia de custódia é constituída por uma série de atos interligados, sem deixar lacuna, visando a segurança e confiabilidade do processo em que os vestígios estão submetidos, bem como a manutenção da integridade conforme sua natureza. Todos os atos devem ser registrados, inclusive os profissionais que preservaram o local e os que manusearam com os vestígios desde a coleta, transporte, recebimento pelos órgãos de perícia oficial e armazenamento.

Vários elementos são necessários a execução dos procedimentos do fenômeno denominado cadeia de custódia da prova pericial, tais como: recipientes adequados, lacres, tubos de vacutainer com tampa cinza, seringa, luvas, fitas antiviolação, etiquetas, caixas térmicas, geladeiras, freezers, embalagem plástica com rótulo de descrição e lacres, máquina seladora, anticoagulante, espátula, presença de histórico, máquina fotográfica além do tratamento técnico-científico rigoroso do profissional perito criminal e seu auxiliar no momento da execução.

A escolha do elemento integrante da cadeia de custódia pode ser conforme a natureza da amostra a ser preservada: sólida, líquida ou biológica. Atentando para o rigor científico, bem como afastar qualquer suspeita de má fé e negligência durante todo procedimento. Todos os atos visam à manutenção da autenticidade e idoneidade do processo que a prova está submetida. Os procedimentos de cadeia de custódia são executados de forma integrada e

documentados para mostrar sua significância para a organização com a manifestação na consequência da ação.

A legislação brasileira não é precisa quanto a regulamentação da cadeia de custódia, bem como apresenta fragmentada em poucos artigos no Código de Processo Penal. Os principais países da América do Sul mostram uma preocupação mais aprofundada com a manutenção da preservação da integridade dos vestígios e a garantia da idoneidade do processo em que a prova pericial esteja submetida.

A Colômbia, Equador, Peru e Chile possuem seus manuais de cadeia de custódia, onde podem ser observados todos os procedimentos, desde a coleta, registro, posse, acondicionamento, individualização, transporte e guarda da prova pericial. O Brasil precisa urgentemente adotar medidas para produzir uma prova pericial com transparência, íntegra e idônea. Há necessidade que a prova pericial seja produzida de forma segura, confiável e que atenda com satisfação à sociedade.

O Brasil necessita ser mais preciso e estabelecer procedimentos de cadeia de custódia por meio de uma regulamentação que venha aglomerar todos os procedimentos de forma específica. A prova pericial que chega ao tribunal tem que ser transparente e sem qualquer desconfiança quanto sua autenticidade e idoneidade. Estamos defasados com relação aos principais países da América do Sul.

A nossa legislação tem poucos artigos a respeito da cadeia de custódia e de forma bastante fragmentados, tais como: o artigo sexto do Código de Processo Penal que informa que a autoridade policial deverá se dirigir ao local do fato para evitar que o estado e conservação das coisas seja alterado, o artigo 170 do CPP informa que os peritos do laboratório guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e o artigo 159, parágrafo sexto do CPP estende o contraditório da prova aos demais órgãos de perícia oficial, ou seja, o material que serviu de base para a perícia poderá ser objeto de exame pelo assistente técnico conforme dispõe o referido parágrafo.

O tempo em que o vestígio poderá permanecer sob a guarda dos órgãos de perícia oficial não é contemplado em nossa legislação. Alguns vestígios exigem condições especiais de preservação, mesmo armazenados nas condições ideais não suportam por longo período. Podendo estabelecer nos procedimentos de cadeia de custódia o tempo máximo que o elemento de prova poderá permanecer armazenado na condição de contraprova sem alterar sua integridade. A regulamentação dos procedimentos de cadeia de custódia é algo que pode acontecer com a maior urgência no Estado de Rondônia e em todo país.

A prova pericial foi mostrada por muito tempo como sendo a “rainha das provas” e essa supervalorização foi decorrente da imparcialidade, objetividade e seu caráter técnico e científico. Diferente da prova testemunhal que mostra um alto grau de subjetividade e pode ser facilmente manipulada com a finalidade de deixar não clarificado e podendo até inverter as verdades dos fatos.

Na contemporaneidade este paradigma está em queda por falta de clareza para os operadores do direito quanto ao tratamento dado na prática a prova material. É comum em nosso país a falta de preservação do local do fato pela polícia ostensiva e judiciária até a chegada do perito criminal. Desta forma, deixando desconfiar quanto aos vestígios coletados, e refletindo de forma negativa no significado do produto final dos órgãos de perícia oficial.

Outro motivo que contribui para a queda do referido paradigma é o uso de avançadas tecnologias nos órgãos pericia oficial sem conhecer os registros quanto à integridade dos elementos de prova recebidos. Porém não sabendo se foram originados de local do fato devidamente preservado e se o material recebido para exame sofreu contaminação. Os equipamentos fabricados com alta tecnologia possuem um elevado grau de sensibilidade, captando a mínima contaminação que houver na amostra e possibilitando a produção de resultados não concordantes com a verdade.

Este comportamento da falta de cuidado com a preservação do local do fato e a ausência do Estado para com o segmento público responsável pela elaboração da prova pericial vem a cada dia mudando o paradigma da supervalorização da prova pericial por falta de confiança do produto oferecido aos tribunais.

Para reconstruir este pensamento da supervalorização da prova pericial é necessário o desenvolvimento de uma cultura de cumprimento da cadeia de custódia em sua forma ampla. Uma cultura para o cumprimento do ato de preservação do local do fato e de todos os demais procedimentos: busca, fixação, coleta, individualização, acondicionamento, transportes, recebimento, presença de histórico, armazenamento, bem como a descrição de registros de todos os procedimentos localizando-os no tempo e espaço.

O perito oficial personagem principal quanto a elaboração da prova pericial são auxiliares da Justiça e oferecem o conhecimento técnico e científico que os operadores do direito são desprovidos, afirma Messias (2006 p. 247) “evidentemente, se fizerem a analogia errada, chegarão a resultados errados inverídicos que podem conduzir a sentenças injustas”. Caso o material encaminhado aos órgãos de perícia de natureza laboratorial por perito oficial ou por autoridade policial não tenha passado pelo crivo de uma cadeia de custódia bem definida produzirá uma prova pericial sem confiança, sem segurança e sem transparência.

A cadeia de custódia é constituída por vários atos que englobam um conjunto de procedimentos visando à manutenção da autenticidade dos vestígios e a garantia da idoneidade da prova pericial. Todos os atos poderão ser documentados para formar a história da prova pericial, e esta deve chegar aos tribunais para o real conhecimento dos operadores do direito quanto a qualidade do produto oferecido ao mundo jurídico.

Toda história da prova pericial, desde a preservação do local do fato, busca, fixação, coleta, individualização, acondicionamento, envio, transporte, recebimento, análise e armazenamento, bem como o histórico do caso em questão, registros de todos os profissionais que participaram diretamente ou indiretamente dos procedimentos de cadeia de custódia e a localização do elemento de prova no tempo e espaço podem ser descritos no laudo pericial. Quando houver qualquer desconfiança da qualidade do produto oferecido ao tribunal poderá ser esclarecido por meio do rastreamento da cadeia de custódia.

Por meio da rastreabilidade da cadeia de custódia é mostrada a transparência de todo processo de produção da prova pericial, como assevera Matias-Pereira (2009, p.17) “Transparência designa a propriedade de um corpo que deixa atravessar a luz e permite distinguir, através de sua espessura, os objetos que se encontram atrás.” A prova pericial tem que chegar aos tribunais de forma cristalina e clara e sem qualquer dúvida quanto a sua autenticidade e idoneidade, bem como com a possibilidade de responder a qualquer questionamento por meio do rastreamento de toda cadeia de custódia que a prova foi submetida.

3.1.1 Cadeia de custódia e a natureza das amostras

A natureza da substância modifica alguns procedimentos de cadeia de custódia, tais como: coleta, acondicionamento, tempo de envio para exame, transporte e armazenamento, como demonstrado a seguir:

3.1.1.1 Amostra sólida

As substâncias de natureza sólida de interesse da toxicologia forense mostram-se de várias formas, tais como: drogas, venenos, aditivos, substâncias usadas na preparação de drogas e contaminantes ambientais.

As substâncias sólidas podem ser coletadas e acondicionadas em sacos plásticos fechados mecanicamente e em seguida lacrados. Cada substância pode ser acondicionada de forma individualizada com data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

Atentando para o cuidado de não haver contaminação, principalmente quando houver mais de uma amostra.

O ofício de encaminhamento ao órgão de perícia laboratorial pode conter o número do inquérito policial (IPL) ou termo circunstanciado (TC), nome do conduzido, local de onde originou as amostras encaminhadas para análises, número do lacre da embalagem que acondiciona as amostras, nome de quem está transportando a(s) amostra(s) aos órgãos de perícia de natureza laboratorial, massa do material, auto de prisão ou termo de ocorrência policial e assinatura com carimbo da autoridade solicitante do exame.

Quando a substância sólida partir do local do fato pode o perito criminal, antes de coletar, fixar a amostra. A fixação poderá ser realizada através de fotografia. O envio pode seguir da mesma forma do citado anteriormente, mas enviando um histórico do fato com as condições de preservação do local encontrada e informando a cadeia de custódia externa que o vestígio foi submetido.

No recebimento do material pelo órgão de perícia oficial de natureza laboratorial serão anotadas no ato de recebimento as seguintes informações: o IPL, TC, nome do indiciado, nome de quem transportou a amostra sólida ao laboratório, código de rastreamento do laboratório, tipo de exame requisitado, condições de acondicionamento da amostra recebida, massa do material recebido, protocolo e assinatura com carimbo de quem recebeu a amostra no laboratório. Após recebimento, poderá ser enviado ao núcleo competente para guarda provisória e realização do exame requisitado.

Após os exames, as amostra destinada para contraprova e para a devolução poderá receber um código de rastreamento. O primeiro material permanecerá no laboratório até a liberação judicial para incineração ou para realização de um novo exame pelo Assistente Técnico no laboratório. O material destinado a devolução poderá ser devolvido no momento da entrega do laudo correspondente ao órgão da autoridade requisitante.

O armazenamento da contraprova de amostra sólida, do tipo droga e veneno, poderão ser guardados em sala forte climatizada destinada para tal fim. No caso de alimentos contaminados com drogas ou veneno, a contraprova e material de devolução poderão ser guardados em geladeira específica até seu descarte após autorização judicial ou no segundo caso, no momento da entrega do laudo correspondente a autoridade requisitante.

Todo material na forma de contraprova ou de material para devolução poderão ser armazenados individualmente, com data, hora, massa da amostra, número do laudo correspondente, nome do órgão solicitante, assinatura da equipe responsável pela análise e número do código de rastreamento.

A entrada na sala forte, onde poderá ser guardada toda contraprova sólida, poderá ser registrada em livro específico para justificar o motivo da necessidade do acesso na referida sala. No registro pode conter: dia, hora, assinatura do perito criminal e respectiva autorização do coordenador do núcleo.

Cada laudo pode abrir um item para descrever as condições da amostra recebida pelos órgãos de perícia oficial de natureza laboratorial. As informações das condições podem mostrar claramente quanto a autenticidade e idoneidade da amostra recebida pelo laboratório, bem como todo procedimento de cadeia de custódia pela qual a amostra foi submetida no interior do laboratório: recebimento, registro, armazenamento, tempo de permanência no laboratório, código de rastreamento, local de acondicionamento e massa destinada a contraprova e a devolução.

3.1.1.2 Amostra líquida

As substâncias líquidas podem ser coletadas e acondicionadas em recipientes plásticos com tampa lacrável e depois acondicionada em saco plástico fechado mecanicamente e com lacre. Cada substância pode ser acondicionada de forma individualizada com data, hora e nome de quem realizou a coleta e devendo ter o cuidado para não haver contaminação durante a coleta, principalmente quando houver mais de uma amostra.

O ofício de encaminhamento ao órgão de perícia laboratorial pode conter o número do inquérito policial (IPL) ou termo circunstanciado (TC), nome do conduzido, local de onde originou as amostras encaminhadas para análises, número do lacre da embalagem que acondiciona as amostras, nome de quem está transportando a(s) amostra(s) aos órgãos de perícia de natureza laboratorial, volume do material, auto de prisão ou termo de ocorrência policial e assinatura com carimbo da autoridade solicitante do exame.

Quando a substância líquida for originada do local do fato pode o perito criminal, antes de coletar, fixar a amostra. A fixação poderá ser realizada através de fotografia. O envio pode seguir da mesma forma do citado anteriormente, mas enviando um histórico do fato com as condições de preservação do local encontrada e informando a cadeia de custódia externa que o vestígio foi submetido.

No recebimento do material pelo órgão de perícia oficial de natureza laboratorial podem ser anotadas no ato de recebimento as seguintes informações: o IPL, TC, nome do indiciado, nome de quem transportou a amostra líquida ao laboratório, código de rastreamento do laboratório, tipo de exame requisitado, condições de acondicionamento da amostra recebida,

volume do material recebido, protocolo e assinatura com carimbo de quem recebeu a amostra no laboratório. Após recebimento, poderá ser enviado ao núcleo competente para guarda provisória e realização do exame requisitado.

Após os exames, as amostra destinada para contraprova e para a devolução poderão receber um código de rastreamento. O primeiro material permanecerá no laboratório até a liberação judicial para incineração ou para realização de um novo exame pelo Assistente Técnico no laboratório. O material destinado a devolução poderá ser devolvido no momento da entrega do laudo correspondente ao órgão da autoridade requisitante.

Todo material na forma de contraprova ou de material para devolução poderão ser armazenados individualmente, com data, hora, massa da amostra, número do laudo correspondente, nome do órgão solicitante, assinatura da equipe responsável pela análise e número do código de rastreamento.

A entrada na sala forte, onde ficará guardada toda contraprova líquida, poderá ser registrada em livro específico para justificar o motivo da necessidade do acesso na referida sala. No registro pode conter: dia, hora, assinatura do perito criminal e respectiva autorização do coordenador do núcleo.

Cada laudo pode abrir um item para descrever as condições da amostra recebida pelos órgãos de perícia oficial de natureza laboratorial. As informações das condições podem mostrar claramente quanto a autenticidade e idoneidade da amostra recebida pelo laboratório, bem como todo procedimento de cadeia de custódia pela qual a amostra foi submetida no interior do laboratório: recebimento, registro, armazenamento, tempo de permanência no laboratório, código de rastreamento, local de acondicionamento e massa destinada a contraprova e a devolução.

3.1.1.3 Matriz biológica

As amostras biológicas precisam ser submetidas a uma cadeia de custódia que exige maior rigor científico na execução dos seus procedimentos por causa da sua natureza orgânica ser de fácil deteriorização. A amostra biológica enviada ao órgão de perícia de natureza laboratorial para análise toxicológica forense é chamada de matriz biológica. E é o substrato para realização da perícia toxicológica visando o rastreio e a confirmação de drogas de uso proscrito no Brasil, venenos no vivo e pós morte e contaminantes ambientais.

A seleção da matriz biológica é determinada pela metodologia utilizada pelo laboratório durante as análises toxicológicas forenses e a via de administração. No Instituto Laboratorial

Criminal de Polícia Técnica do Estado de Rondônia (ILC), órgão de perícia oficial de natureza laboratorial, as matrizes biológicas de escolha, são: urina, vísceras, sangue e humor vítreo.

A coleta pode ser realizada pelo perito legista na pessoa viva e no cadáver e enviado ao laboratório para as análises toxicológicas forenses. O acondicionamento de vísceras pode ser realizado com o invólucro plástico de polietileno com tampa, individualizado em saco plástico fechado mecanicamente e lacrado, contendo o peso, nome, data e hora da coleta da matriz biológica a ser encaminhada para exame. Da mesma forma pode ser o procedimento para coleta de material em local de crime ambiental. Nesta situação, a coleta é de competência do perito criminal do local.

A amostra biológica pode ser acondicionada em caixa térmica com cilindro de gelo, cada saco plástico devidamente identificado, individualizado, lacrado e enviado ao laboratório forense para exame. Retirar do freezer para envio ao laboratório no momento do transporte.

O perito legista pode descrever no ofício de encaminhamento as seguintes informações: o IPL, TC, nome da vítima ou do periciando, nome de quem está transportando a matriz biológica. O ofício pode informar o histórico com a hora aproximada da morte ou no caso do indivíduo vivo, da ocorrência do fato, hora da coleta da matriz e se houve atendimento médico hospitalar. Caso tenha ocorrido atendimento médico hospitalar, informar no histórico qual a medicação administrada, bem como todo procedimento realizado no hospital.

Todos os procedimentos de cadeia de custódia, desde a coleta, acondicionamento e transporte da matriz biológica devem obedecer a critérios rigorosos de garantia da integridade e idoneidade da prova pericial. Durante a conservação da amostra podem ser observados todos os procedimentos técnicos e científicos realizados. Atentar para evitar qualquer fator de contaminação químico ou físico durante o acondicionamento que possa acelerar a decomposição da matriz biológica a ser periciada.

No recebimento pelo órgão de perícia oficial de natureza laboratorial podem ser observadas as condições de acondicionamento, nome de quem está transportando, presença do histórico, data e hora, protocolo e assinatura com carimbo de quem recebe no laboratório, identificar o material biológico no momento do recebimento com código de rastreamento do laboratório e distribuir para o núcleo competente para a análise.

O material destinado a contraprova no núcleo competente para a análise pode ser identificado com o número de laudo, IPL, nome da vítima, massa, nome da matriz, código de rastreamento e armazenado em freezer no interior do laboratório. Podendo ser descartado após autorização judicial ou utilizado para reexame pelo Assistente Técnico conforme determina a lei.

O sangue pode ser enviado por meio de tubo de vacutainer com anticoagulante para constatação de álcool no vivo e no cadáver. Caso o cadáver esteja em estado de putrefação a matriz será o humor vítreo por existir a possibilidade da formação endógena de álcool por processo de fermentação bacteriana. A urina é a matriz biológica de escolha para pesquisa de cocaína, maconha, outras drogas e medicamento sujeito a controle especial no indivíduo vivo. Visceras, tais como: estômago, rins, fígado, cérebro, pulmão e urina para exames toxicológicos no cadáver e são escolhidas conforme a via de administração, a natureza da substância suspeita e a metodologia empregada pelo laboratório.

Cada laudo pode constar um item para descrever as condições da amostra recebida pelos órgãos de perícia oficial de natureza laboratorial. Podendo mostrar de forma clara quanto a autenticidade e idoneidade da amostra recebida pelo laboratório, bem como todo procedimento de cadeia de custódia pela qual a amostra foi submetida no interior do laboratório: recebimento, registro, forma de armazenamento, tempo de permanência no laboratório, código de rastreamento, local de acondicionamento e massa destinada a contraprova.

3.2 Mudança no mundo contemporâneo

O mundo globalizado vem criando profundas mudanças na sociedade em diversas áreas, tais como: econômica, sociais, ambientais, culturais e tecnológicas. Este novo mundo está provocando mudança de paradigma e impondo a busca de mecanismos inovadores de relacionamento com a sociedade.

No mundo contemporâneo as organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial têm a missão de se adequar as mudanças provocadas com o escopo de produzir uma prova pericial com qualidade, ou seja, íntegra, idônea, cristalina e transparente.

A mudança de paradigma faz surgir nova realidade, faz nascer um mundo novo e competitivo com oportunidades de criar e inovar para construir o ambiente interno em respostas a mudanças externas e mostrar um novo significado no modo de funcionamento de uma determinada organização.

A implantação de um programa de cadeia de custódia é uma necessidade para construir nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial uma nova forma de funcionamento provocado pelo avanço tecnológico, amadurecimento profissional, facilidade e

velocidade em que trafegam as informações e a nova reforma do Código de Processo Penal elencada no parágrafo sexto art. 159 no que tange ao contraditório da prova pericial.

O programa pode possuir diretrizes voltadas não apenas para uma educação de especialização tecnológica, mas também para desenvolver a racionalidade substantiva proporcionando as condições para que o conhecimento seja observado como o todo nas organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial. Visão, missão e valores poderão ser cultivados para que todos profissionais saibam o porquê e para que estarão envolvidos com o programa de implantação da cadeia de custódia da prova pericial. Proporcionando por meio do conhecimento a implantação do programa em apreço e a motivação para a mostraçã da criatividade, inovação e lideres. Visando à estratégia na dinâmica da organização com o processo de ensino e aprendizagem.

A nova realidade dinâmica percebida exige mudança para sobrevivência da organização por meio de uma mudança planejada com o escopo de promover a adaptação e o alcance de novos objetivos. O programa apesar de propiciar condições de conhecimento do todo das organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial poderá ser focalizada na cadeia de custódia, ou seja, nos procedimentos necessários para a produção da prova pericial com qualidade. A mudança planejada poderá tentar de forma sistemática o cumprimento dos procedimentos *a priori* e *a posteriori* da fase da cadeia de custódia denominada análise propriamente dita, que compreende os exames realizados.

A mudança planejada para ser concordante com as transformações do ambiente externo provocada pela nova realidade dinâmica exige mudança de comportamento de todos os profissionais envolvidos no cumprimento da cadeia de custódia, sendo que muitos hábitos poderão ser modificados, outros revistos e criados no sentido de desenvolver a percepção da importância de um tratamento técnico e científico para os vestígios, matérias-primas essenciais para a produção da prova pericial. Sendo a razão de não esperar resultado imediatista e devendo ser entendido como um processo educativo lento e inacabado.

Em uma organização são vários os motivos que impulsionam a busca para a implantação de programas, por exemplo: as mudanças externas que traz ameaças a sobrevivência da organização, novas oportunidades que surgem com as mudanças externas e a redução da velocidade de adaptação frente às mudanças ambientais. As mudanças externas provocam também a necessidade de construção internas para enfrentamento da realidade mutável.

A implantação do programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma necessidade provocada pela desconstrução de antigos conceitos provocada pelo mundo contemporâneo globalizado. Caso não procure buscar uma atitude concordante com as mudanças do

ambiente externo, as organizações de perícia oficial poderão oferecer um produto sem qualidade, isto é, não seguro, não confiável, não aceitável e que não mostre significância para o cidadão. Por outro lado, é uma oportunidade de aprimorar a qualidade do produto elaborado pelas organizações de perícia oficial ao buscar idéias criativas que possam ser inovadoras.

A mudança provocada pelo avanço tecnológico, amadurecimento profissional, facilidade e velocidade com que trafegam as informações e a nova reforma do Código de Processo Penal elencada no parágrafo sexto, art. 159 no que tange ao contraditório da prova pericial envolvem mudanças legais, culturais e tecnológicas. Portanto, sendo necessário considerar para a implantação do programa, as forças impulsionadoras da mudança e as forças restritivas, ou seja, aquelas que rejeitam mudanças e lutam pela manutenção do *status quo* e que não permitem a desconstrução de antigas vivências para construir uma nova atitude no sentido da significância de um novo fundamento.

Segundo Lewin em sua teoria (apud Stoner, 1999, p. 300) “cada comportamento é resultado de um equilíbrio entre forças impulsionadoras e restritivas”. As forças atuando opostamente tende a manter a organização em equilíbrio favorecendo o *status quo*. A presente teoria informa que a forma mais eficaz para provocar a mudança almejada é por meio do enfraquecimento da força restritiva para promover o aumento da força impulsionadora. São as forças restritivas o maior obstáculo a realização da mudança planejada, portanto é necessário um tratamento especial. É neste diapasão que pode ser desenvolvido o programa de cadeia de custódia da prova pericial, mas somado ao processo educativo envolvendo conhecimento, aprendizado, treinamento, habilidades e atitudes no sentido da postura diante dos diferentes no mundo partilhado que pode desvelar cada agente com ele é realmente.

A implantação do programa de cadeia de custódia da prova pericial é impulsionada pela busca de melhores vestígios para elaboração do produto das organizações de perícias, e sendo o melhor vestígio aquele que se mostra como a coisa mesma, mostrado de forma autêntico e por si mesmo, concretamente. A prova pericial tem relevância para a sociedade por ser um dos meios para desvelar a verdade de um fato pretérito e o único meio produzido cientificamente. Deve atentar durante a elaboração do programa de cadeia de custódia para as três categorias que representa as forças de resistência nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial. Estas forças são representadas pela cultura organizacional, os interesses pessoais e as percepções individuais dos objetivos e estratégia da organização.

A cultura organizacional é a força restritiva de fundamental importância e segundo Edgar Schein (apud Sobral, 2008, p. 73) :

“é o padrão de crenças e pressupostos básicos partilhados por um grupo definido de pessoas e construídos a partir de suas respostas continuadas a problemas de adaptação externa e integração interna, cuja eficácia as torna, na percepção do grupo, a forma correta de perceber, pensar e sentir esses problemas”.

A cultura do cumprimento da cadeia de custódia no Brasil é pouco conhecida em razão da ausência de hábito para execução dos procedimentos necessários ao seu desenvolvimento, e no Estado de Rondônia não é diferente. Ao desenvolver a cultura pode-se buscar a mudança de comportamento dos profissionais responsáveis pela preservação da prova pericial visando o fiel cumprimento da cadeia de custódia em concordância com o tratamento técnico e científico e o registro de todas as etapas.

Segundo Edgar H. Schein (apud Stoner 1999) a mudança para ter eficácia deve primeiro contribuir para a adequação do ambiente interno da organização e desenvolver novas percepções de mundo no sentido do agir ético. Na execução da mudança planejada, o padrão atual de comportamento pode ser descongelado para que o indivíduo, grupo ou organização percebam a necessidade de aceitar que a mudança se proceda. Após o descongelamento, criar novo padrão de comportamento que pode ser direcionado por um agente de mudança. Depois de criar o novo padrão de comportamento pode congelar por mecanismo de apoio e de reforço que poderá passar a ser uma norma de comportamento.

O tipo de mudança planejada que deve orientar o programa de cadeia de custódia da prova pericial é o referente às abordagens para mudar pessoas, com o escopo da busca de mudança de comportamento dos profissionais envolvidos com a preservação da prova pericial. Visando as suas habilidades, atitudes, expectativas e percepção para a importância do cumprimento de todos os procedimentos de cadeia de custódia.

O programa de cadeia de custódia pode promover o desenvolvimento organizacional para melhorar os processos de solução de problema e de renovação nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial por meio eficaz do desenvolvimento de uma cultura para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. Criando possibilidade para adaptação a novos problemas e a novas oportunidades surgidas no mundo contemporâneo mutável.

3.3 Cultura das organizações de perícia oficial

A cultura organizacional é a força restritiva de fundamental importância por ser a responsável pela manutenção da identidade de uma organização e que pode receber um tratamento especial no desenvolvimento do programa de cadeia de custódia da prova pericial.

No Brasil a cultura de cumprimento da cadeia de custódia é pouco conhecida em razão da ausência de hábito para uma nova atitude para construção de uma postura concordante no sentido de clarificar a importância do fenômeno estudado para a qualidade da prova pericial, e no Estado de Rondônia não é diferente.

Atualmente, está sendo despertado pelos operadores do direito da necessidade de saber a história da prova que chega aos tribunais por compreenderem que todos os procedimentos que antecederam a sua elaboração podem ser executados com conhecimento científico. Neste pensamento, a cadeia de custódia da prova pericial vem ocupando posição de destaque no cenário contemporâneo e passando a exigir uma atuação mais comprometida e partilhada dos órgãos de perícia oficial, da polícia militar e judiciária para a produção de uma prova pericial com transparência, confiável, acessível, segura e que possibilite orientar para relevância do humano com a consequência da ação mostrada com o sentido do seu objetivo: produção de uma prova pericial com qualidade.

Outrora, não era hábito dos operadores do direito perceberem a necessidade dos órgãos de perícia oficial, de polícia judiciária e de polícia militar cumprir com conhecimento científico os procedimentos de cadeia de custódia, mas a globalização, o avanço tecnológico, a facilidade com que trafegam as informações, o amadurecimento profissional e as mudanças legais vêm despertando para a busca da qualidade da prova pericial na direção da execução de todos os atos da cadeia de custódia com cientificidade e sem deixar lacunas. Mas ainda é tímida a percepção dos operadores do direito para a busca de conhecimento da qualidade da prova pericial oferecida ao mundo jurídico.

O desenvolvimento de uma cultura organizacional é de fundamental importância por ser um meio de atuar no comportamento dos indivíduos da organização. Cultura não é inata, é aprendida pode ser desenvolvida para aprimorar a qualidade do produto oferecido por uma determinada organização. O desenvolvimento de uma cultura envolve valores, crenças, estrutura a forma de visão do mundo e organiza o modo de nosso raciocínio perceber o mundo a sua volta.

Com o desenvolvimento de uma cultura cognitiva é possível aumentar a relação dos indivíduos de uma organização e desta com o cidadão, Morin *at* (2003 p.34), afirma: “É evidente que, nessa democracia cognitiva, é preciso aumentar as relações entre ciências e cidadãos.”

É possível por meio de práticas sociais que estruturam as ações humanas, a realização de mudança de comportamento para a consecução dos procedimentos de cadeia de custódia nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial no Estado de Rondônia e o

desenvolvimento simultâneo de uma cultura gerencial que reflita em mudança para construção de uma gestão pública de qualidade

O desenvolvimento de uma cultura que responsabilize os profissionais responsáveis pela preservação da integridade e garantia da idoneidade do processo que a prova pericial esteja submetida trará resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade com o oferecimento de um produto com qualidade que mostre consequência orientada para relevância no mundo partilhado.

Uma organização para sobreviver e desenvolver-se pode por meios de seus atores buscar a adaptação as mudanças do meio ambiente. As exigências que vem ocorrendo com o avanço tecnológico, a globalização e amadurecimento dos profissionais responsáveis pelo cumprimento da cadeia de custódia e dos que usam a prova pericial pronta e acabada para formar um juízo de valor estimulam a necessidade de mudança do processo de produção da atualidade. Nessa missão de alcançar a coerência interna dos trabalhos desenvolvidos no interior das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial pode ser considerada a visão de mundo que cada indivíduo possui, por existirem indivíduos que tem trabalhos semelhantes e são direcionados espontaneamente a desenvolver valores e visão de mundo parecida. Como subgrupos de indivíduos pertencentes a outro subgrupo que se comporta de forma diferente quando surge a necessidade de tratamento de determinados problema a enfrentar. É nesse sentido que ocorre com a nossa organização, temos peritos oficiais fazendo partes de outros subgrupos, tais como peritos oficiais que desenvolve seu trabalho no laboratório criminal, outros desenvolvendo no Instituto de Criminalística e outros no Instituto de Medicina Legal, cada subgrupo com sua visão singular de mundo. Além, daqueles que apresentam na sua essência um trabalho bem diferenciado do trabalho do perito oficial, como os desenvolvidos pela Polícia Militar e pela Polícia Judiciária, policiamento ostensivo e polícia investigativa respectivamente. As duas últimas organizações são responsáveis pela a primeira etapa da cadeia de custódia que é fundamental para a qualidade do produto elaborado pelas organizações de perícia oficial, a prova pericial. E para uma atitude fenomenológica, a cultura assume uma significância em razão da singularidade vivenciada por diversos sujeitos no mundo da vida e que nas organizações se mostram em várias subculturas favorecendo o conhecimento partilhado para manutenção da cultura organizacional como um todo.

É significativo considerar na elaboração de um programa para implantação da cadeia de custódia da prova pericial o desenvolvimento cultural olhando para o ambiente de cada organização que tem participação no processo de produção da prova pericial. Cada

organização tem seus padrões de valores e sua visão de mundo, bem como os subgrupos com especialidades diferentes na mesma organização, como assevera Vieira e Zouain (2006, p. 40): “Desse modo, os processos sociais e culturais que dão forma à estrutura e ao comportamento organizacional, na maioria dos casos, têm deixados de lado ou considerados variáveis exógenas, coisificadas como “realidade”, “sociedade” ou “ambiente.”

A cultura é inacabada e sempre se transformando continuamente em direção a um novo conhecimento e que nas organizações surge como uma nova necessidade para gerenciamento das questões internas e interação com o ambiente. Nas organizações de perícia oficial, a cadeia de custódia da prova pericial surge da necessidade provocada pelo mundo contemporâneo, globalizado, rapidez nas informações, avanço tecnológico, mudanças legais e amadurecimento profissional. Na atualidade, a busca pela qualidade nas organizações é uma necessidade e tem uma significância na gestão, pois envolve a credibilidade, a confiabilidade e a sua sobrevivência.

Na necessidade de auto-afirmação as organizações e os indivíduos que a constituem estão sempre submetidos em um processo de aprendizado com mudança inovadora, alterando atitudes, comportamentos e buscando vencer a resistência que naturalmente surge com a pretensão de mudar padrões estabelecidos por meio de experiência no mundo passado.

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é algo que pode oferecer novas expectativas para uma abordagem educacional à gestão da organização com o desenvolvimento da percepção para compreensão da organização como um todo, não apenas para o seu bem-estar social, mas para sobrevivência e sustentabilidade da humanidade em uma visão holística. Por possibilitar estabelecer uma filosofia plena de valores e clarificar a definição do seu propósito. E em uma visão holística, nada existe de forma isolada sem haver uma relação com o todo, desta forma, retomando a realidade no sentido de formar novos conceitos pode possibilitar construir um mundo com significância e conseqüências relevantes para a humanidade.

A cadeia de custódia é algo mal compreendido nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial em razão da falta de cultura para o seu cumprimento. Sendo necessário o desenvolvimento cultural para a percepção da sua importância para a qualidade do produto.

A cultura oficial desenvolvida nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial no Brasil, e em Rondônia não é diferente, é resultante da falta de condições mínimas para um tratamento adequado dos vestígios para elaboração da prova pericial. Por muito tempo a ausência do Estado neste seguimento público foi aceita pelos membros das

organizações, e persiste até a atualidade. O poder público sem interesse em investir nas organizações de perícia oficial desenvolveu uma cultura ideológica para justificar que as coisas devem ser assim e assim devem funcionar sem possibilitar para compreensão de que poderia ser de outro modo. Esta cultura com função ideológica está até hoje velando o fenômeno pesquisado e não concebendo a percepção dos profissionais nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial para uma interpretação a algo a espera de um significado, ou seja, pré-estabelecer no mundo vivenciado das organizações de perícia oficial uma cadeia de custódia da prova pericial para elaboração de um produto que ofereça relevância para o humano.

A sociedade é constituída por diversas organizações, regras, normas e as instituições surgem prontas e acabadas, mas está sujeita a transformação da realidade. A realidade atual das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial foi construída em outra época da história e envolvida em um processo sociocultural relacionado a determinado espaço e tempo. Toda estrutura da sociedade é constituída por objeto cultural com o sujeito sempre transformando e sendo transformado, em permanência e impermanência em um processo dialético inacabado.

Um programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma idéia criativa e que pode ser inovadora. Visa a transformação da organização de perícia oficial com o aprimoramento da qualidade da prova pericial por meio da implementação de uma cultura para desenvolver a percepção da importância do cumprimento da cadeia de custódia para a preservação da autenticidade, garantia da idoneidade dos vestígios e da prova pericial.

Partindo dessa concepção, para transformação da idéia em algo útil para a sociedade será necessário que o programa para implantação da cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia se relacione com o desenvolvimento de uma cultura para percepção da importância o fenômeno estudado para a qualidade da prova pericial. Os elementos tais como valores, atitudes e crença poderão ser mudados com a implantação deste programa, como diz Sobral (2008, p. 74) “...é indiscutível que a cultura condiciona a forma como os membros percebem a organização e como respondem a seus desafios e problemas”.

As organizações buscam mudar suas culturas para se adequar as mudanças do ambiente e incentivar e incorporar o aprimoramento da qualidade, dentre outras necessidades que faz parte de um conjunto mais amplo da estratégia da organização.

3.4 Inovação nas organizações de perícia oficial

As mudanças no ambiente externo fazem com que as organizações busquem mudanças internas para adequação da nova realidade. No mundo contemporâneo o ambiente é mutável em razão da velocidade que trafegam a informação e o avanço tecnológico que impulsiona a necessidade de transformação nas organizações.

As organizações de perícia oficial também são afetadas pelas mudanças do ambiente externo. Tais como: o avanço tecnológico, amadurecimento profissional, facilidade e velocidade que trafegam as informações e mudanças legais. As organizações de perícia oficial têm o escopo de produzir a prova pericial, que é um dos meios de desvelar a verdade de um fato pretérito. Desta forma, as organizações de perícia oficial têm que estar perceptível às mudanças externas para não comprometer sua sobrevivência.

Uma prova pericial para ser aceita pela justiça não depende apenas do uso da alta tecnologia, mas também do tratamento partilhado no mundo da vida das organizações envolvidas na produção da prova pericial para garantir à autenticidade e idoneidade da matéria-prima, ou seja, do tratamento técnico e científico oferecido aos vestígios desde da preservação do local do fato, da coleta, análise e armazenamento. O avanço da tecnologia no mundo contemporâneo impulsiona a necessidade de um maior cuidado durante a manipulação dos vestígios, além da sua importância na transformação dos vestígios em prova pericial.

Outra necessidade para inovação nas organizações de perícias é a nova exigência do contraditório da prova pericial ocorrida com a reforma do Código de Processo Penal. Além do laboratório criminal deve atentar para a guarda da contraprova as demais organizações de perícia oficial. A referida mudança legal encoraja as organizações a compreender a necessidade de construir os centros de custódia dos vestígios, ou seja, um espaço físico que possa armazenar os vestígios sem oferecer risco a sua integridade e a garantia da idoneidade.

A reforma do Código de Processo Penal reforça o aparecimento da figura do assistente técnico que pode ser contratado pelas partes integrantes do processo. A ocorrência de aposentadoria de peritos oficiais nas organizações de perícia favorece o aparecimento de assistente técnico com experiência e com conhecimento profundo da realidade das condições existentes de produção da prova pericial nas organizações de perícia oficial. Esses assistentes técnicos poderão ser peritos oficiais aposentados das organizações de perícias.

O programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma necessidade e uma oportunidade para reconhecer a responsabilidade das organizações de perícia oficial do Estado de Rondônia diante do mundo contemporâneo mutável no sentido da busca da qualidade do seu produto. A

implantação do referido programa será uma inovação frente as transformações profundas e em alta velocidade que está passando a sociedade.

A inovação deve ocorrer de forma sistemática e com observância do desenvolvimento de uma cultura voltada para a produção de uma prova pericial com qualidade, isto é, confiável, segura, aceitável e que possa atender a necessidade do cidadão. Como assevera Drucker (2008, p. 20) “...à inovação sistemática: à busca e ao aproveitamento de novas oportunidades para satisfazer a carências humanas e necessidades humanas”.

A inovação cria recurso, e o programa de cadeia de custódia será um recurso que as organizações de perícia oficial passarão a elaborar uma prova pericial integra e idônea, bem como uma oportunidade de mudança para estabelecer padrões morais, tais como: verdade, transparência, dignidade, integridade, idoneidade, segurança, confiança, credibilidade, compromisso, solidariedade e responsabilidade.

A implantação do programa de cadeia de custódia é uma idéia que se transformada em recurso para organizações de perícia oficial irá combinar recursos existentes a uma nova e mais produtivas configuração para elaboração de uma prova pericial clara e cristalina. As mudanças que acompanham o mundo contemporâneo podem ser vista como uma oportunidade para inovação nas organizações de perícia oficial. A oportunidade, a necessidade, a mudança de percepção e o conhecimento novo são fontes para inovação e o mundo globalizado um impulsionador deste instrumento empreendedor que se correlacionado com o homem como um eterno insatisfeito e que não deixa de buscar poderá partilhar no mundo concreto das organizações envolvidas na elaboração da prova pericial posturas no sentido ético com possibilidades a novos horizontes.

A elaboração da prova pericial obedecendo aos procedimentos de cadeia de custódia é o dever ser nas organizações de perícia oficial com a finalidade de obter um produto para satisfazer o usuário, a sociedade. Mas, que na prática não pode ficar no resultado, pois a significância da mostração para organização encontra-se na manifestação da consequência da ação, que possibilita desvelar a ação e o aparecimento da legitimação do mundo da vida.

A implantação do programa de cadeia de custódia da prova pericial poderá ser uma inovação necessária para estabelecer padrões de qualidade nas organizações de perícia oficial com o desenvolvimento de uma cultura que modifique atitudes, crenças e valores. A inovação pode ser sistemática, como assevera Drucker (2008, p.45) “...consiste na busca deliberada e organizada de mudanças, e análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer a inovação econômica ou social”.

O programa de cadeia de custódia da prova pericial pode dar significado a transformação do cenário de produção para estabelecer um novo processo de elaboração da prova pericial. Com o novo processo de produção do produto elaborado pela organização de perícia oficial, os vestígios podem receber rigoroso tratamento técnico e científico em todos os procedimentos de cadeia de custódia, bem como registros de toda a história da prova para permitir a rastreabilidade quando necessário.

Como não faz parte da cultura dos profissionais responsáveis pela preservação da prova pericial, o cumprimento da cadeia de custódia poderá ser uma ideia que quando inovada pode provocar mudanças internas no comportamento dos profissionais visando a preservação da integridade e garantia da idoneidade da prova pericial. A ideia, a necessidade da implantação de um programa de cadeia de custódia surgiu da percepção das mudanças ocorridas no ambiente externo: desenvolvimento de alta tecnologia, mudanças legais, amadurecimento profissional e facilidade e velocidade que trafegam as informações. Essas mudanças estimulam a busca para a elaboração de um produto de melhor qualidade nas organizações de perícia oficial.

O programa de cadeia de custódia da prova pericial pode ser desenvolvido na observância da cultura atual, da cultura almejada e de todos os processos internos e externos das organizações responsáveis pela preservação dos vestígios e da prova pericial, tais como: as características de cada organização, valores e as forças restritivas e impulsionadoras que possam inibir ou apoiar a prática de ideia criativa.

Pode ser implantado buscando solucionar etapas necessárias para o cumprimento da cadeia de custódia, tais como treinamento, conhecimento, educação, aquisição dos utensílios usados na execução dos procedimentos de cadeia de custódia, mudança de valores e crença e um alto grau de integração com partilhamento das co-responsabilidades entre as unidades organizacionais internas e as outras organizações que também tem a cota de responsabilidade de preservar a integridade e a garantia da idoneidade da prova pericial, a Polícia Militar e Polícia Judiciária.

3.5 Motivação: força buscada nas organizações de perícia oficial

Diante de um mundo mutável que exige cada vez a necessidade de adequação ao ambiente externo e interno, os profissionais nas organizações precisam ser estimulados para alcance de resultados satisfatório, ou seja, que ofereça na prática consequências relevantes para o humano. O estímulo tem a finalidade de comprometer o profissional com os objetivos, metas

e missão da organização para influenciar na percepção dos fatos e propiciar nova forma de agir aos desafios surgidos com as mudanças no mundo contemporâneo.

O estímulo pode ser direcionado ao comportamento humano para atingir algum objetivo, atender algum desejo ou impulso, uma necessidade e um motivo, como assevera Gil (2010, p. 202) “Motivação é a força que estimula as pessoas a agir.”

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma necessidade para que as organizações de perícia oficial consigam elaborar com qualidade a prova pericial e adaptem-se as mudanças do mundo contemporâneo globalizado, tais como avanço tecnológico, mudanças legais, velocidade e facilidade com que trafegam as informações e outras que possa afetar os objetivos, metas e missão das organizações.

A necessidade da busca pela a qualidade da prova pericial tem que ser o motivo de todos os indivíduos que constituem as organizações responsáveis pela preservação da prova pericial. Desta forma, os indivíduos estarão impulsionados ao objetivo e mantendo seus comportamentos no sentido da satisfação da necessidade, da preservação da integridade e da garantia da idoneidade da prova pericial conscientemente na direção do agir ético para promoção do bem comum.

O programa de cadeia de custódia da prova pericial pode orientar a formação de profissionais para a percepção dos estímulos necessários para que o objetivo seja alcançado e o comprometimento de todos os profissionais responsáveis pela preservação da prova pericial com a necessidade de elaboração de uma prova pericial com qualidade.

Várias são as teorias que tratam da motivação, como a de Maslow (apud Macêdo, 2007) que destaca cinco níveis de necessidades: sobrevivência, proteção ou segurança, necessidade de pertencer a um grupo, estima ou ego e auto-realização. Para Maslow, apenas as necessidades não satisfeitas são fontes de motivação e são hierarquizadas de acordo com a mais simples a mais complexas para representar as necessidades internas do individuo como fator motivacional.

Outra teoria considerada de conteúdo é de Herzberg (apud Macêdo, 2007) que considera os fatores higiênicos e motivadores. Sendo o primeiro necessários para adequar os profissionais a seu ambiente e não suficiente para desenvolver a motivação, mas apenas satisfatório para não ocorrer a desmotivação. Já os motivadores propriamente ditos têm como exemplo, a responsabilidade e reconhecimento e são considerados os que desenvolvem a motivação.

Segundo Gil (2010), os modelos de motivação de Maslow e de Herzberg estão baseados no pensamento e no sentimento, com seu íntimo e como seu estado mental de necessidades determina o comportamento. As necessidades internas é quem estimulam o comportamento.

Além das teorias de conteúdo estático, existem outras teorias de visão dinâmica que destaca a possibilidade de muitas necessidades existirem ao mesmo tempo e que as necessidades não satisfeitas influenciam na motivação. Porém focando no processo de motivação que orientam ou direcionam o comportamento. A teoria do estabelecimento de objetivos é umas das categorias de teoria de processo em que o coordenador e seus colaboradores trabalham em parceria para identificação de metas e objetivos com esforços coordenados para alcançá-los. A participação ocorre com todos profissionais e com envolvimento e negociação recíproca durante todo processo para consecução dos objetivos.

Moscovici (apud Tachizawa, 2004) defensor da linha holística, sustenta que há necessidade de resgatar a identificação do profissional e resultado do seu esforço empregado para consecução de uma determinada tarefa. A tecnologia tira a alegria do contato entre o trabalhador e seu produto final, ao contrário de como ocorria no passado com os artesãos que se orgulhava com o produto de seu trabalho.

Weil (apud Tachizawa, 2004) também da linha holística, defende a busca da dimensão humana das organizações a partir de um enfoque integrado dos fatores individuais, sociais e ecológicos e segundo Weil, hoje se tem deixado de lado e fazendo o homem uma mera peça de uma engrenagem.

Existem inúmeras teorias que visam a motivação de profissionais nas organizações, sendo que algumas até expressa como pudesse criar um manual para transformar o comportamento humano e a motivação surgissem de fatores externos e não de uma ordem interna. Cada indivíduo caminha na direção de seus objetivos que são determinados por necessidades interiores conforme a personalidade de cada um, apesar dos fatores externos influenciarem, a necessidade é determinada pela ordem interior.

O mundo contemporâneo globalizado e mutável apresenta desafio de como se comportar diante do novo cenário e de como responder as adversidades resultantes das mudanças. As organizações podem buscar estratégias para adequar seus profissionais e propiciarem uma nova condição para produção da prova pericial. Para uma nova realidade é preciso buscar uma nova forma de liberar a motivação que os profissionais da organização possuem dentro de si.

O desenvolvimento do novo comportamento pode seguir como assevera BERGAMINI (2002, p. 64) “O ser humano possuiria, portanto, necessidades interiores que representam a fonte de energia de seu comportamento.”

Na atualidade, a motivação é vista como um processo e não como um simples estudo do conteúdo e descrição dos objetivos motivacionais apresentados por Maslow. O programa de

cadeia de custódia da prova pericial poderá favorecer para o desencadeamento de forças interiores já existentes nos profissionais das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial.

Os profissionais das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial no Estado de Rondônia não tem o hábito do cumprimento da cadeia de custódia. Porém, com as mudanças provocadas pelo mundo contemporâneo passarão a produzir a prova pericial sob condições em que normalmente não estariam motivadas. Destarte, no referido programa podem ser observados os aspectos educacionais da motivação para possibilitar o desenvolvimento da capacidade para compreender a si, o trabalho que realizam e o mundo que a cercam. A educação propiciará com o tempo novos modelos de interpretação da realidade possibilitando outras formas de motivação.

Segundo Herzberg (apud Macêdo, 2007), os fatores motivacionais estão relacionados ao conteúdo do cargo, o tipo de trabalho realizado e os fatores ligados ao próprio indivíduo, tais como: o grau de autonomia e autorealização. A busca pela liberação da motivação pode ser considerada no programa de cadeia de custódia da prova pericial com o entendimento da importância que cada profissional exerce para a elaboração da prova pericial e o significado do produto para a relevância da sociedade. Entretanto, todos acharão recompensados pela satisfação motivacional.

Todo humano tem potencial interior, sendo que muitas vezes as necessidades encontram-se em estado de dormência e precisam ser estimuladas para brotarem. A implantação do programa de cadeia de custódia favorecerá o aparecimento de possibilidade de liberação das necessidades para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial visando à busca da qualidade da prova pericial.

A própria mudança nas organizações responsáveis pela preservação da prova pericial poderá conferir ânimo aos profissionais, segundo Mayo (apud Gil, 2010, p. 214) “participar de novas experiências provoca aumento do interesse, desenvolve a autoestima e o espírito de equipe”. O programa de implantação da cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia será uma nova experiência para os profissionais das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial.

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma necessidade humana que tem como escopo a satisfação da sociedade por meio do oferecimento de um produto com qualidade. Como há necessidade da elaboração da prova pericial com qualidade por meio do desenvolvimento de uma cultura para o cumprimento da cadeia de custódia,

pode-se dizer que a implantação desse programa é uma necessidade que pode ser a origem da motivação dos profissionais envolvidos no processo de produção da prova pericial.

O resultado esperado com a implantação do programa é a qualidade da prova com o desenvolvimento da cultura de cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia da prova pericial por meio da liberação da motivação dos profissionais envolvidos. Contudo, devendo o resultado esperado estar em sintonia com o objetivo da organização e presentificar a relevância do humano na legitimação no “mundo da vida” e aberta a novas possibilidades. No programa, a educação pode ser um instrumento para ampliação da consciência do profissional, comprometimento dos profissionais e para motivar a participação dos mesmos nos processos de interesses da organização com significância da mostração para a gestão com a manifestação da consequência da ação.

3.6 Uma visão holística da cadeia de custódia

Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo delito como dispõe o art. 158 do Código de Processo Penal: “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”. Como existe um grande número de infrações que podem deixar vestígios, tais como, crime contra a saúde pública, crime contra o meio ambiente, crime contra a vida e outros, é indispensável a busca da materialidade, ou seja, da comprovação realizada por perito oficial dos elementos objetivos, elementos materiais, deixados na cena do crime. Entende-se por corpo de delito um conjunto de vestígios materiais deixados pelo crime.

Todos os vestígios produzidos na cena do crime podem ser preservados, buscados, fixados, coletados, acondicionados, transportados, entregues em alguma organização de perícia oficial, analisados e armazenados com todo rigor técnico e científico de tal forma que venha garantir a sua integridade e idoneidade do processo a que a prova pericial esteja submetida. Todas as etapas podem ser documentadas para assegurar a transparência de todo procedimento de produção da prova pericial. Este conjunto de procedimento que visa manter, documentar, preservar a integridade e garantir a idoneidade da prova chama-se cadeia de custódia.

A cadeia de custódia possibilita a produção da prova pericial com qualidade e vem ocupando uma tamanha importância para a credibilidade dos órgãos de perícia oficial. A qualidade do produto reflete na credibilidade da instituição. Aquela organização que presta um serviço ou elabora um produto de qualidade, ou seja, confiável, seguro, acessível e que atenda a

necessidade do cliente é uma organização que transmite confiança, credibilidade e segurança para o cliente, cidadão e toda sociedade.

O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo destinado a coletar todos os elementos informativos que puder logo após a ocorrência do fato delituoso ou no momento que tenha conhecimento do fato. Sua finalidade é a apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria para fornecer ao Ministério Público o mínimo de elementos necessários à propositura da ação penal. Sendo a prova pericial fazendo parte destes como elemento objetivo.

Os vestígios destinados a elaboração da prova pericial relacionados com a cena do crime podem ser tratados com rigor técnico e científico com a finalidade de manter sua integridade e idoneidade. Todos os procedimentos podem ser documentados e registrados, inclusive com o nome de todas as pessoas envolvidas na custódia do material. Compreendendo o significado de que muitos vestígios desaparecem facilmente e sem a possibilidade de ser repetidos na fase processual. É neste sentido que dizemos que a cadeia de custódia tem início com a preservação do local que ocorreu a infração penal, fator importante para a confiabilidade do produto final.

A cadeia de custódia oferece qualidade ao produto elaborado pelos os órgãos responsáveis pela garantia da integridade e idoneidade da prova pericial, bem como para o inquérito policial elaborado pela autoridade policial dos órgãos de polícia judiciária, para a denúncia oferecida pelo Promotor de Justiça do órgão Ministério Público, ou seja, sua importância não se restringe apenas ao produto elaborado pelos órgãos de perícia oficial. Todos necessitam da materialidade do fato nas infrações que deixam vestígios para que possa desempenhar com qualidade as suas funções.

A prova sem merecer distinção de sua espécie é um instrumento que busca conduzir à verdade jurídica sobre um determinado fato. Sendo a prova pericial um meio de prova produzida com conhecimento científico com a finalidade de produzir o convencimento do juiz quanto à verdade dos fatos que consta no processo.

Destarte, a prova levada ao processo tem que ser cristalina e clara e o magistrado para poder formar um juízo de valor com fundamento na prova pericial deveria saber a história da prova, isto é, não apenas por qual tecnologia foi produzida, mas também a forma de como foi tratada desde a sua origem até sua produção final por meio de tecnologia adequada. A cadeia de custódia pode mostrar toda a história da prova pericial que chegar aos tribunais e pode mostrar a transparência de todo processo produção por meio do rastreamento de todo procedimento de produção.

Conhecer a prova pericial com base nos resultados produzidos apenas por uma tecnologia de ponta pode levar a um conhecimento errado da realidade analisada. A justiça brasileira sempre dependeu da prova por apresentar natureza probatória. Porém podendo os operadores do direito exigir que qualquer meio de prova possa ser analisada com novos horizontes de possibilidades.

Quando o cidadão entra em conflito com o Estado, observa-se de um lado a liberdade do cidadão ameaçada e do outro o direito de punir do Estado. Com o conflito estabelecem-se as garantias do cidadão: o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa para a busca do desvelamento de valores significativos para a sociedade: a verdade e a justiça.

O duelo travado nos tribunais é a respeito de um fato pretérito que precisa ser clarificado para mostrar os responsáveis pelo ato rejeitado pela sociedade. Sendo o cidadão sujeito da triangulação juiz-acusação-defesa representante da sociedade e que almeja o desvelamento da verdade e a da justiça. É o trabalho desenvolvido pelo perito oficial um dos meios de chegar à verdade por meio da materialidade do fato pretérito com a produção de uma prova elaborada com fundamento científico.

A prova pericial tem que ser produzida de forma transparente e sem qualquer desconfiança que possa levar a um erro e a uma injustiça. Todos os elementos de prova podem ser tratados com rigor técnico e científico por meio de uma cadeia de custódia fechada, sem deixar lacuna visando a garantia da integridade e idoneidade para o desvelamento da verdade almejada pela sociedade. Desta forma, a prova pericial é uma garantia dos direitos individuais do cidadão. Uma cadeia de custódia fechada, significa não deixar espaço na execução dos procedimentos para possibilitar questionamento da verdade desvelada com a prova pericial, mas não fechado com relação ao resultado. Porém a expectativa esperada não é com resultado e sim com a manifestação na consequência da ação no mundo aberto e concreto com horizonte de possibilidades.

Nesta concepção, pode-se dizer que a prova pericial é utilizada para resguardar o direito a vida, à liberdade e a segurança pessoal dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A prova material pode ser utilizada para a tutela de um direito individual, coletivo e um direito difuso nas infrações que deixa vestígios por meio do desvelamento do valor verdade. O direito ambiental é difuso, transindividual e pode ser preservado para as futuras gerações. Todo homem no planeta tem direito de respirar um ar puro, e a atual geração tem o dever de preservar o meio ambiente. Os vestígios deixados nas infrações de natureza ambiental podem

ser documentados e preservados com o escopo de manter sua integridade e a garantia da idoneidade por meio dos procedimentos de cadeia de custódia.

Em uma visão ecológica profunda, Capra assevera (2006, p. 25) é “de onde vêm as matérias-primas que entram nela, como foi fabricada, como foi seu uso afeta o meio ambiente natural e a comunidade pela qual é usada, e assim por diante”. A cadeia de custódia da prova pericial ao manter a integridade e idoneidade da prova do processo que a mesma está submetida afeta a qualidade do produto dos órgãos de Perícia Oficial (laudo pericial), do produto elaborado pelos órgãos de Polícia Judiciária (inquérito), do produto elaborado pelos órgãos do Ministério Público (propositura da ação), do produto elaborado pelos órgãos do Poder Judiciário (sentença) e do produto elaborado pelo Advogado (petição).

A prova pericial pode chegar aos tribunais com toda sua história, desde a preservação do local, coleta, manuseio, transporte, análise, armazenamento e registro das pessoas que manusearam com os vestígios em todo processo. Passando todos os operadores do direito a terem o conhecimento clarificado da qualidade do produto oferecido ao mundo jurídico.

3.7 Cadeia de custódia na gestão pública

Com a reforma administrativa federal foi criado a emenda constitucional nº19/98 que integra o princípio da eficiência ao rol dos princípios que rege a administração pública brasileira. Com a promulgação do “jovem” princípio a sociedade ganha um forte instrumento para exigir resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das suas necessidades. Antes da reforma, a administração pública era regida apenas pelo princípio da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade que tem na sua essência uma sólida burocracia ao contrário do referido princípio que tem como essência a cultura gerencial.

A mudança para uma cultura gerencial exige o desenvolvimento de uma cultura de qualidade que se concretiza com a mudança cultural e legal. Como o princípio que busca a qualidade dos serviços públicos é algo recente torna-se necessário percorrer um longo caminho para chegarmos a uma organização pública voltada para a qualidade dos serviços prestados a sociedade.

A cadeia de custódia da prova pericial, o investimento tecnológico e o desenvolvimento de uma cultura voltada para a ética fundamentada na moral “alimentada” pelo valor responsabilidade, compromisso e solidariedade nas organizações de perícia oficial irão oportunizar a produção de um produto de qualidade que possibilite o aparecimento de

legitimação no “mundo da vida” com a manifestação na consequência da ação. Desta forma, a cadeia de custódia caminha para o desenvolvimento do princípio da eficiência.

Segundo Campos (1992, p.2) “um produto ou serviço de qualidade é aquele que atende, de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades do cliente”. O Instituto Laboratorial Criminal de Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia apresenta o cidadão como seu cliente final e sendo, a cadeia de custódia fundamental para disponibilizar um produto com qualidade e que mostre relevância para o humano.

Como os profissionais no Estado de Rondônia envolvidos na preservação da integridade e garantia da idoneidade da prova pericial não têm a cultura de cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia é necessário o desenvolvimento de uma cultura que desenvolva a percepção da importância dos serviços prestados pelas organizações à sociedade por meio de uma prova pericial confiável, acessível, segura e que atenda no tempo certo às necessidades. Entretanto, a cultura é elemento transformador essencial para a qualidade do programa a ser implantado.

Como considera Motta (2006, p. 299) “... as organizações têm culturas que mudam com o tempo, dependendo dos problemas que elas têm que enfrentar...”. Deste modo, podemos através do desenvolvimento de uma cultura que possa controlar os comportamentos individuais e integrando-os aos objetivos da organização pericial, criar comportamento para valorização do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. Entretanto, o desenvolvimento cultural é necessário para elaboração do programa, mas devendo ser em sua forma ampla para envolver o elemento informal, formal, subsistema direcional, estrutural, estratégico e técnico nos quais são influenciados constantemente em uma organização.

Destarte, ao desenvolver programa que envolva o desenvolvimento cultural e mudanças legais para o cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia visando a qualidade da prova pericial, desenvolve simultaneamente o princípio da eficiência nos órgãos de perícia oficial. O princípio da eficiência apresenta-se de forma tímida na administração pública e toda conduta ética que provoque uma mudança para uma cultura de qualidade promove o desenvolvimento do princípio de essência gerencial.

3.8 Padrões morais necessários nas organizações de perícia oficial

A falta de cultura dos profissionais das organizações responsáveis pela autenticidade e garantia da idoneidade da prova pericial para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia é uma realidade.

A ética é uma ciência que tem por objeto as idéias morais filosoficamente justificadas. Porém o cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia é o “dever ser” para buscar a produção de uma prova material confiável e transparente.

A integridade e a idoneidade são valores almejados com o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. A prova pericial é um dos meios de desvelar a verdade de um fato pretérito e pode ser elaborada de forma imparcial, científica e com transparência.

Toda informação é um conhecimento que se separa e se associa. Da mesma forma, são os procedimentos de cadeia de custódia que são executados de forma individualizados cada um com sua importância, mas sem perder a visão da totalidade. São sequenciais e interligados de forma a não deixar lacuna que possa originar desconfiança, dúvida quanto à integridade e a idoneidade do produto final.

É necessário que os profissionais atuem com responsabilidade, solidariedade e compromisso para que a prova pericial seja produzida de forma confiável e com transparência preenchendo com qualidade a natureza probatória da Justiça brasileira.

A responsabilidade, compromisso e solidariedade são valores *a priori*, racionais e universais que os profissionais envolvidos no desenvolvimento dos procedimentos de cadeia de custódia podem alimentar-se para o cumprimento do fenômeno em questão.

O homem é um ser social, vive em conjunto com pessoas unidas por determinadas normas, costumes e regras, ocupando um determinado tempo e espaço por meio de sentimento de consciência de grupo. As normas, regras e costumes regulam as relações e originam a ordem humana.

A ordem humana é artificial, o homem vai apreendendo, desenvolvendo de forma sistemática (ensinada) ou assistemática (observada) e não recebe pronto. Cabe ao homem julgar o comportamento seu e do outro, de forma objetiva ou subjetiva respectivamente.

A consciência moral é a capacidade interna que o indivíduo tem de reagir ao certo ou errado, discernir o bem do mal e pode ser usada ao tratar da execução dos procedimentos de cadeia de custódia. A prova pericial pode chegar aos tribunais com transparência, íntegra e idônea para que a verdade de um fato pretérito seja desvelada. Como assevera (Thiry-Cherques, 2008, p.35), “o dever moral é um dos temas centrais da ética. É um comando interior, uma obrigação de agir que está acima de qualquer outra, que não é facultativa”.

A ética é uma ciência axiológica direcionada ao comportamento humano conforme a ordem vigente estabelecida e é o padrão de conduta aplicado a um grupo bem definido. Um padrão constituído de leis, regras, valores, princípios morais que nos orientam agir eticamente.

Promover a ética é promover o conhecimento e observância do padrão de conduta que nos orientam na escolha da decisão.

Valor é tudo aquilo digno de ser buscado que integra o útil e o lógico e direciona a conduta humana para consecução do universo ético e construção de uma sociedade ética, onde todos os indivíduos viverão com igualdade, liberdade, responsabilidade. Os valores apresentam algumas características importantes como a interdependência e a polaridade, por exemplo: a justiça só pode ser desvelada com o desvelamento da verdade.

Dever moral para o cumprimento da cadeia de custódia é o compromisso, responsabilidade e solidariedade para com a sociedade. A sociedade espera do serviço público o atendimento satisfatório de suas necessidades e o agente público tem o dever moral de desvelar os valores que são importantes para o seu convívio harmonioso (segurança, saúde, educação, justiça etc.). Como assevera (Thiry-Cherques, 2008, p.36), “A crise que vivemos decorre justamente da negligência para com o dever.”

A responsabilidade é uma obrigação de cumprir um dever que foi atribuído ou no sentido ético, uma resposta por nossa conduta. A obrigação de resposta por nossa conduta constitui a responsabilidade moral e quando este dever abrange pessoas, grupos e organizações referentes à sociedade de modo geral constitui a responsabilidade social.

No cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial existe a responsabilidade moral e a social. Os agentes públicos das organizações responsáveis pela autenticidade e garantia da idoneidade têm o dever de agir com a conduta ética no sentido da busca da qualidade da prova pericial. Porém as organizações por meio de seus agentes públicos operam com ambas as responsabilidades perante a sociedade, afirma Thiry-Cherques (2008, p.181): “Apenas as pessoas nas empresas, os dirigentes e empregados, têm a responsabilidade moral.”

Os agentes públicos das organizações responsáveis pelo cumprimento da cadeia de custódia respondem pelos atos praticados em seu nome ou representando a organização. O cumprimento da cadeia de custódia que visa manter a integridade e idoneidade da prova pericial tem importância relevante para a sociedade e os agentes públicos têm a responsabilidade moral e social para a qualidade da prova pericial elaborada. E o conjunto dos deveres morais dos dirigentes e empregados da organização pericial para com a sociedade forma a responsabilidade social.

Mesmo com a precária legislação existente no país quanto ao tema cadeia de custódia da prova pericial não se descarta a responsabilidade moral dos agentes públicos das organizações responsáveis pela preservação da prova pericial para com a qualidade da prova. A conduta dos agentes públicos deve ser no sentido para o cumprimento da cadeia de custódia. Nesta

concepção afirma thiry-Cherques (2008, p. 186) “O fato é que pode fugir á lei, mas não a consciência. Não podemos ignorar as responsabilidades morais que temos, sob pena da perda da própria dignidade.”

O desenvolvimento da cultura organizacional é de fundamental importância por ser o elemento que atua na percepção dos indivíduos e molda a organização. A cultura não é inata, é apreendida pode ser desenvolvida para a busca do comprometimento ético fundamentado na moral “alimentada” pela responsabilidade, compromisso e solidariedade.

A sociedade coloca padrões, normas e regras para serem seguidos e da observância da ordem humana surge à confiança da sociedade para com o agente público. Em uma relação de confiança, a sociedade necessita que o servidor desvele outros valores, tal como a eficiência do serviço público. E na relação de confiança deve o agente público produzir resultados positivos e satisfatório atendimento a comunidade.

Com a consecução do resultado, o desenvolvimento de uma cultura para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial, vem à manifestação na consequência da ação direcionando o sentido para o co-humano. A relevância para a humanidade ocorre com a consequência da ação na direção do agir ético com possibilidades a novos horizontes. O desenvolvimento de uma cultura direcionada para a percepção da importância do cumprimento da cadeia de custódia trará consequência relevante para o co-humano, portanto deve ocupar no programa uma posição privilegiada, como assevera Fraga (2009, p.128) “Logo é básica para o estudo e para as práticas de gestão, porque as organizações humanas não seriam humanas sem a cultura.”

É a consequência da ação que faz aparecer o sentido dos objetivos almejados para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial e possibilitando a postura própria de natureza humana e a legitimação do mundo vivido, bem com seu sentido para relevância humana.

A necessidade de postura ética para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial resulta em valores *a priori e a posteriori* com a ação objetivada. Desta forma, constituindo uma filosofia de valores e uma definição do propósito das organizações envolvidas com o processo de produção da prova pericial.

Destarte, podemos dizer que os valores necessários para o cumprimento da cadeia de custódia são: responsabilidade, compromisso e solidariedade e os consequentes da ação são: verdade, transparência, dignidade, integridade, idoneidade, segurança, confiança e credibilidade. Constituindo os padrões morais das organizações de perícia oficial.

Neste capítulo foram descritos os temas referentes ao conceito e aspectos da cadeia de custódia, mudança no mundo contemporâneo, cultura das organizações de perícia oficial. Também foram expostos os temas referentes a inovação nas organizações de perícia oficial, motivação uma força buscada nas organizações de perícia oficial, uma visão holística da cadeia de custódia, a cadeia de custódia na gestão pública e padrões morais necessários nas organizações de perícia oficial.

4 RESULTADO

Este capítulo mostra o resultado da pesquisa construído com as seguintes seções: Essência dos dados coletados durante as entrevistas e Abordagem do resultado.

4.1 Essência dos dados coletados durante as entrevistas

Foi realizada a transcrição buscando a essência fenomenológica de cada discurso por grupo conforme o entendimento de MOREIRA (apud Vergara, 2008, p.85) “Como método científico, se o estuda como ele é dado não ao pesquisador, mas ao sujeito da pesquisa.”

Para chegar à essência os dados coletados durante as entrevistas foram submetidos a redução fenomenológica e a redução eidética por meio da depuração de tudo que não fosse essencial, segundo MOREIRA (2002, p.5) “A essência se definirá pela análise mental como uma ”consciência da impossibilidade”, ou seja, como aquilo é impossível de pensar de outro modo...”

Utilizando a linguagem da pesquisa qualitativa tradicional, se poderia dizer que as entrevistas foram semi-abertas, porém pelo fato do pesquisador somar ao método de entrevista semi-aberta, a postura fenomenológica, realizando intercaladamente uma etapa aberta em que, conforme dito inicialmente, os sujeitos ficariam livres diante do tema exposto, para, em uma segunda etapa, também contribuírem com respostas às questões formuladas e oferecidas à análise singular. Os sujeitos foram divididos em grupos segundo os seguintes critérios:

1. os profissionais das organizações responsáveis pela preservação da autenticidade e da garantia da idoneidade da prova pericial;
2. os profissionais das organizações responsáveis pela utilização da prova no desenvolvimento do seu trabalho de ofício. O primeiro grupo é constituído por Perito Oficial, Oficial da Polícia Militar e Delegado de Polícia e o segundo grupo por Advogado, Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Delegado de Polícia.

4.1.1 Profissionais responsáveis pela preservação da autenticidade e da garantia da idoneidade da prova pericial

As entrevistas realizadas com os Peritos Oficiais foram constituídas das idéias centrais apresentadas a seguir. A sequência não foi rigorosa intencionalmente, visando a abertura prevista pela atitude fenomenológica. Por outro lado, as formulações ocorridas, não fugiram à

essência das questões abaixo. Os resultados obtidos favorecerão a uma melhor compreensão de reações ou iniciativas espontâneas dos sujeitos:

1. O que **compreende** por cadeia de custódia da prova pericial e **se conhece todas as etapas necessárias** a sua fiel execução?
2. Os profissionais percebem as **mudanças do mundo contemporâneo** e o que as mudanças representam **para organização de perícia oficial**?
3. É **comum** o cumprimento **dos procedimentos** de cadeia de custódia?
4. Os profissionais estão **motivados para** a aceitação de **mudança** nas organizações **de perícia oficial**?
5. A implantação da cadeia de custódia da prova pericial é considerada **uma inovação** para a organização de perícia oficial?
6. Os profissionais conseguem prever quais as **virtudes morais a se desenhar** nas organizações de perícia oficial **com o cumprimento** da cadeia de custódia da prova pericial?
7. Qual o benefício para a **gestão pública** do Estado de Rondônia com o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial?

A cadeia de custódia é entendida como vários procedimentos que tem a finalidade de manter a integridade e idoneidade da prova para afastar qualquer desconfiança quanto a sua produção. Percebe-se que no mundo contemporâneo ocorreu um avanço tecnológico que possibilitou o favorecimento para a realização de diversos tipos de exames periciais que antes não eram possíveis. E com a chegada da informatização na organização de perícia oficial contribuiu para a existência de recursos a serviço do perito oficial com a possibilidade de obter resultados mais confiáveis.

Não é comum o cumprimento da cadeia de custódia no Estado de Rondônia. Ainda não está claro como deve ser a cadeia de custódia na prática, não se percebe a importância e há falta de condições instrumentais para a sua execução é uma realidade. Não ocorre o cumprimento pelo perito oficial e delegado de polícia ao enviar materiais para exames no laboratório. O delegado não vai ao local de crime e raramente ocorre a preservação do local do fato pela polícia militar e quando ocorre, existem falhas na sua forma de preservação. Também existe a idéia de que nos demais Estados brasileiros não existe o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial.

Os peritos criminais estão abertos para mudanças apesar de existir resistências por parte dos profissionais mais antigos. A falta de estímulos ocorre devido ausência de instrumentos usados para efetuar os atos de cadeia de custódia e a ausência de cultura para o cumprimento da cadeia de custódia.

Sim, será uma inovação e de grande importância para a perícia do Estado. Porém a realidade tem demonstrado que existem outras prioridades e os dirigentes não apresentam a percepção da importância da cadeia de custódia para a credibilidade de nossa perícia.

É percebido como padrões morais a se desenhar com o cumprimento da cadeia de custódia: a credibilidade, a confiança, a transparência e o compromisso da instituição para com a sociedade.

O cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial oferece qualidade e eficiência aos serviços oferecidos pelo Estado quanto aos desenvolvidos pela organização de perícia oficial.

Da mesma, forma, evitou-se a rigidez nos contatos com o segundo subgrupo de sujeitos, a fim de oferecer aos mesmos a oportunidade de, também, poderem falar livremente sobre temas que os motivaram, bem como a complementarem essas iniciativas com as respostas a questões formuladas, em busca de depoimentos:

1. Os profissionais compreendem a **importância da preservação** do local de crime para a qualidade da prova pericial?
2. É comum a **preservação** do local de crime?
3. Os profissionais estão **motivados para** a aceitação de mudança inovadora quanto a **implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial**?
4. Qual a **importância** da prova pericial para o inquérito policial civil e para o inquérito policial militar?

A Organização de Polícia militar de modo geral não conhece na sua plenitude a importância da preservação do local do fato por não conhecer o prejuízo causado ao produto da organização de perícia oficial. O perito criminal não tem o hábito de exigir a preservação do local do fato. Desta forma, criando a cultura da não percepção da importância da preservação do local do fato para a qualidade da prova pericial.

O delegado de polícia entende da importância da preservação do local do fato, mas não tem o hábito para o seu cumprimento. Informaram: para que o estado da coisa não se altere e a perícia seja realizada com sucesso e sem comprometimento do trabalho.

Apesar das aulas de preservação de local do fato fazer parte da grade curricular do curso de formação de policial militar, na prática não tem sortido efeito. A influência dos profissionais antigos é o principal motivo da falta de hábito para preservação do local do fato.

O delegado de polícia vai ao local do fato com algumas exceções. Tem a idéia que ocorra da mesma forma nos outros Estados. Pensam que é função da polícia militar.

A partir do momento que existir uma conscientização (Polícia Militar) da importância da preservação do local do fato. Porém deve ser elaborada de forma pedagógica e cobrada a responsabilidade deste ato importante para a perícia executar o seu trabalho com qualidade.

O delegado de polícia está motivado para o cumprimento da cadeia para envio de elemento de prova para as unidades de perícia oficial e não está motivado para deslocar constantemente ao local do fato. Entende que este trabalho pode e deve ser realizado pela polícia militar e excepcionalmente pela Polícia Civil.

A prova pericial vai subsidiar a materialidade do delito na indicação de autoria conforme o tipo da prova pericial. É primordial a prova pericial para instruir o inquérito policial militar.

A prova pericial bem produzida é imprescindível para o inquérito elaborado pela polícia civil.

4.1.2 Profissionais que utilizam a prova pericial para formar um juízo de valor no desenvolvimento do seu trabalho de ofício

As entrevistas com os Advogados, Promotores de Justiça, Juízes de Direito e Delegados de Polícia que formam o segundo constaram dos seguintes temas e questões, ora livres ora em questões estruturadas conforme, previsto com a postura fenomenológica.

1. Se os profissionais percebem as **mudanças no mundo contemporâneo** que **afetam o uso da prova pericial pela justiça**?
2. É comum **buscar saber** como a prova pericial que **chega ao processo** foi produzida?
3. Considera **tímida a nossa legislação no que tange a cadeia de custódia**?
4. Considera a **prova pericial como sendo a “rainha” das provas**?
5. Qual a **importância da prova pericial para o produto** (defesa, denúncia, sentença e inquérito) **do seu trabalho**?

O mundo contemporâneo é marcado pelo avanço da tecnologia em todos os seguimentos e a tecnologia é um instrumento fundamental para agilizar o trabalho da perícia. Estimula a busca de aperfeiçoamento profissional. O advogado enxerga o avanço tecnológico como essencial para a Justiça como um todo, o exemplo é o exame de DNA. Pensa que o uso de tecnologia de ponta por si só, favorece a qualidade a ampla defesa e o contraditório por meio da prova pericial.

Na visão de Promotor de Justiça, a modernidade do mundo contemporâneo influencia decisivamente na prova pericial. Com o avanço tecnológico e científico, vê-se a necessidade cada vez mais da busca por meios de provas exatas que prestam certeza criminal, sem as precariedades e vícios que podem permear a prova subjetiva e ou produzida sem rigor técnico

e científico. O avanço tecnológico abre espaço para se chegar a uma prova com qualidade, e assim, dá mais segurança às decisões embasada na prova pericial produzida.

O mundo contemporâneo possibilita várias possibilidades para a conclusão do inquérito por meio da tecnologia a serviço da Polícia Civil. Uma prova pericial produzida com o emprego da tecnologia avançada é de difícil contestação. Em razão do avanço tecnológico tornou-se impossível o desenvolvimento do trabalho da Polícia Civil sem a integração com a Polícia Científica, pois é o avanço tecnológico que propicia a validade do inquérito policial presidido pela autoridade do Delegado de Polícia nas infrações que deixam vestígios.

Com as mudanças, vários avanços aconteceram por meio da tecnologia, como por exemplo, o exame de DNA que produz uma prova com margem de certeza próxima dos 100%. Criando possibilidades para conclusão das sentenças judiciais com maior segurança.

Não sabe como a prova pericial foi produzida, ou seja, sabemos as informações contidas no laudo: descrição do material apreendido ou coletado no local do crime, metodologia dos exames e conclusão. Considera um cerceamento de defesa, prejudicando a ampla defesa por não saber o que ocorreu durante todo processo de produção. O juiz pensa de imediato que queremos protelar o processo em questão quando buscamos usar o contraditório de forma diferente da rotina. Na atualidade, observo a prova pericial com muito cuidado por não conhecer detalhes da prova apresentada no processo. Em alguns casos, foi buscado como a prova é produzida e foi decepcionado por não possuir protocolos que demonstrem o caminho de produção da prova pericial. E os órgãos públicos envolvidos no processo não têm a cultura e no seu direito de punir “*jus puniendi*” não enxerga a importância e passa a confiar nas testemunhas e no policial que faz a apreensão, mas esse espaço precisa ser preenchido. Na condição de Advogado falo que direito é vida e liberdade ao mesmo tempo.

Opinando como Promotor de Justiça, observo o laudo com poucas informações, como se fosse elaborado com uma “visão de raio x”. Não é praxe o Ministério Público acompanhar a produção da prova pericial, vamos dizer em seu nascedouro. A qualidade e coerência das provas, o sistema funciona unilateral e por vezes artesanalmente, necessitando-se do estabelecimento de critérios e metodologias bem definidas nesse sentido, bem como ampliação fiscalizatória da cadeia de custódia.

Para a autoridade policial não é praxe saber qual o caminho percorrido pela prova pericial desde a sua produção até a sua utilização pela Justiça. Considera que seria importante saber como a prova produzida no inquérito policial é avaliada pela Justiça, até para dimensionar a sua importância final. Para a autoridade interessa o laudo, e se é feito pelo perito oficial deixa entender que foi elaborado com rigor técnico e científico. No passado, que não faz muito

tempo (8-12 anos atrás), a prova era tirada do suspeito e ao laudo não se dava muita importância. Foi essa conduta uma das causas que o governo não via necessidade de investir em perícia e a solução do problema era mais barata e menos complexa na visão dos gestores. Além do mais, não é regra o Delegado ir ao local do fato, partindo do princípio que Perito Criminal é um profissional sério.

Não é costume saber como a prova pericial foi produzida em seu nascedouro, exceto nos casos quando aconteça provocação das partes e convença o Magistrado da necessidade de saber a origem da prova elaborada e constante no processo em pauta.

Na opinião de Advogados todos consideram a nossa legislação bastante tímida precisando de uma atualização quanto aos procedimentos de produção da prova.

O Ministério Público na minha concepção, apesar das recentes reformas pontuais, o Código Penal Brasileiro e de Processo Penal são, respectivamente, dos anos de 1940 e 1941. Muitas das novas técnicas periciais sequer existiam naquela época, portanto, não encontram previsão ou tratamento adequado em nossa legislação. Desta forma, não obstante a existência de alguns dispositivos legais esparsos, a matéria exige atenção e produção legislativa adequada à realidade contemporânea e ao Estado de Direito, principalmente no que pertinente ao devido processo legal.

Na posição de Delegado de Polícia, é vista não apenas o problema da existência de pouca legislação, mas também a falta de cultura para cumprimento das leis.

A nossa legislação é antiga e precisa ser adequada a nova realidade. O direito não é estanque, tem sua dinamicidade que deve acompanhar também a dinâmica da realidade em uma determinada época da sociedade.

Não considera a prova pericial como sendo a rainha das provas. Observa como Advogado, que todas as provas apresentam suas falhas que podem levar a uma realidade diferente do fato. Desta forma, a análise do conjunto probatório é necessária devido às falhas inerente a natureza a cada prova gerar um tipo de desconfiança.

Como Promotor de Justiça, observamos que o direito processual penal brasileiro não adota o sistema das provas tarifadas, ou seja, aquele onde as novas provas possuem valor probatório maior ou menor preestabelecido na legislação. Todas as provas, desde que lícitas e legítimas não eivada de vícios e nulidades são analisadas e sopesadas de acordo com o livre convencimento motivado do julgador. Contudo, não há dúvida de que as provas periciais possuem valor probatório relevante, pela certeza técnica que prestam. Todavia, não são absolutas, eis que sujeitas aos mesmos vícios das demais, principalmente se não observados

os meios adequados para sua coleta e produção. Destarte, não consideramos a prova pericial como sendo a “rainha da prova”, mas apresentam um valor relevante.

Na opinião de Delegado de Polícia, a prova pericial não é vista como sendo “rainha das provas” devido a muitas situações a prova pericial não corresponder a realidade dos fatos e influenciando negativamente no resultado do inquérito. Passando a ser usada com a mesma desconfiança dos demais meios de prova. Com a falha no sistema não tem como se basear apenas na prova pericial, portanto, sempre olhando para o conjunto probatório. É uma prova de grande importância nas infrações que deixam vestígios, mas quando isenta de qualquer falha.

A prova pericial carrega uma importância demasiada em virtude de sua elaboração possuir caráter científico. A nossa Justiça não usa o sistema de hierarquia das provas e na falta de uma a outra poderá ser usada. Em alguns casos, como no tráfico de droga a materialidade é fundamental, sem ela não se pode instaurar o flagrante na fase inquisitória.

Para os advogados, a prova pericial é considerada a que mais se aproxima da realidade por ser produzida de forma científica. É fundamental para a constatação da materialidade. É um fator de decisão e quando o advogado está desenvolvendo a árdua missão de defender o cliente sempre espera uma prova robusta que realmente demonstre o esclarecimento do fato discutido no processo.

A prova pericial, bem produzida, possui valor relevante na formação da *opinio delicti pelo Ministério Público*. Repise-se que não se trata de prova absoluta, entretanto, os aprimoramentos e investimentos nesse tipo de prova certamente levarão à construção de um sistema mais moderno, seguro e principalmente eficiente.

Nos crimes que deixa vestígio, a sua substituição gera prejuízo e é fatal para o inquérito policial. O Delegado de Polícia considera um excelente ponto de partida para a produção de outros meios de prova, tais como: testemunhal, o reconhecimento, a busca, dentre outros. Na atualidade é perigoso usar a prova pericial isolada devido a sua produção não obedecer a critérios rigorosos e poder induzir o inquérito a resultado afastado da realidade.

A prova material é imprescindível nas infrações que deixam vestígios e fundamental para a sentença. A sociedade só tem a agradecer quando uma prova pericial bem elaborada auxilia a Justiça de forma exemplar.

4.1.3 Especialista na área da pesquisa: cadeia de custódia da prova pericial

A fenomenologia não se atém à amostra, mas a sujeitos escolhidos. Pelo fato de que houve a complementação de questões estruturadas, não há estranheza em falar-se, também, em amostra. Embora de se tenha analisado o do fenômeno estudado, ainda assim pode não representar a totalidade do pensamento referente às questões formuladas possibilitando limitações ao estudo. Daí surgiu a busca por entrevista com especialistas no assunto, a nível nacional, para dar o valor real dos resultados quanto à necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia, como assevera Vieira e Zouain (2006, p. 23):

“O terceiro elemento que contribui para a validade interna da pesquisa qualitativa é a utilização de avaliadores que corroborem as análises originais do pesquisador. Esses avaliadores podem ser os informantes originais ou ainda indivíduos de reconhecida competência na área da pesquisa.”

Neste diapasão, foram realizadas entrevistas com três especialistas e dois peritos oficiais atuantes. As entrevistas observando-se os mesmos cuidados:

1. Visão referente à cadeia de custódia no mundo em que está inserido?
2. Perspectiva quanto à elaboração de um programa nacional de cadeia de custódia da prova pericial?
3. Se as organizações de perícia oficial no Brasil estão motivadas para aceitação da mudança inovadora?

4.1.3.1 Primeiro especialista

1- Por cadeia de custódia entende-se o conjunto de procedimentos que visa garantir a autenticidade dos materiais que serão submetidos a exames, desde a coleta até o final da perícia realizada.

Com ela demonstra-se que foram tomadas todas as precauções para prevenir a falsificação, perda ou contaminação da amostra.

Esse termo refere-se à documentação fotográfica e escrita com o propósito de rastrear todas as operações realizadas com cada amostra desde sua coleta até o final das análises levadas a efeito.

Além de se relacionar com os princípios do contraditório e da ampla defesa, a cadeia de custódia é procedimento relacionado com a publicidade e com a transparência (art. 37 CF - Princípios da Administração Pública).

A completa descrição da custódia dá à amostra certificação de sua origem e destinação e, conseqüentemente, empresta ao laudo pericial, resultante da sua análise, credibilidade e robustez suficiente para propiciar sua admissão e permanência no elenco probatório.

Portanto, neste contexto, o Perito Criminal, mais do que qualquer outra pessoa, deveria estar envolvido, por questões que envolvem salvaguarda de responsabilidade, princípios da Administração Pública e credibilidade. Há, contudo, discrepâncias nesse nosso universo, pois verificamos diferentes formas de procedimentos no processamento de uma evidência e a metodologia científica ainda é pouco ou quase nada utilizada.

2- Minha visão sobre o tema é a de que deveria haver sim uma normalização nacional dos serviços policiais e periciais concernentes à coleta, ao encaminhamento e ao exame de materiais oriundos de locais de crimes, em consonância com os ditames da legislação vigente. Sou otimista e acho que caminhamos para isso num futuro próximo. Lembro a figura recente do Assistente Técnico, que acredito irá corroborar para que essa situação se configure, pois para contestar a ação pericial, estarão sempre em busca de falhas no trabalho da perícia. A meu ver, uma forma de estarmos protegidos dessa realidade, é normalizando procedimentos, tendo um organismo certificador e auditor respeitável, cuja forma deverá ser discutida e amadurecida entre todos os dirigentes gerais da perícia forense brasileira. (Pretendo, na qualidade de Presidente do Conselho dos Dirigentes Gerais, discutir o assunto na nossa próxima reunião, que ocorrerá no dia 11 de maio próximo, em Brasília).

3- Existe em andamento, como o colega deve saber, a ABNT/CEE-137 - Comissão de Estudo Especial de Ciências Forenses, criada em 2009, da qual fui eleito coordenador, cujo o escopo é a Normalização no campo das ciências forenses e áreas ligadas a perícia, no que concerne vocabulário básico, coleta e manuseio, preservação, métodos de ensaio, armazenagem, requisitos mínimos dos relatórios e laudos, requisitos mínimos profissionais, estrutura física mínima e gestão da qualidade.

Enfrenta resistência, pela preocupação dos Dirigentes Gerais, que eu até entendo, em razão da própria situação discrepante existente, tanto na forma de atuação como de infraestrutura da perícia nos vários estados da Federação, além da presença, nas Comissões e nos Grupos de Trabalho, como regra, da obrigatoriedade de pessoas estranhas à comunidade da Polícia Científica.

O amadurecimento dessa questão, entre todos os dirigentes gerais, para um consenso será de fundamental importância para o prosseguimento da CEE-137, ou até para a proposição de um novo modelo, pois não vejo como avançarmos na gestão de qualidade da perícia sem que os procedimentos atuais sejam normalizados.

4.1.3.2 Segundo especialista

1 – A cadeia de custódia é absolutamente necessária no mundo que estamos inseridos.

2 - Existiu uma iniciativa da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública no ano passado junto a ABNT e ao INMETRO, mas ao que parece se arrefeceu, tive notícias que o grupo talvez se reúna novamente no segundo semestre deste ano.

3 – Acredito que a motivação virá da necessidade, uma vez que o contraditório da prova pericial está cada vez mais acirrado e a adoção de medidas para fortalecimento da prova pericial é de fundamental importância.

Veja que eu tenho uma proposta para implantação de um centro de custódia de provas desde 1998 e a proposição de uma resolução sobre cadeia de custódia que já está pronta desde 2007, mas acredito que existam outras prioridades.

4.1.3.3 Terceiro especialista

1 – Ao chegar ao local não sei se foi preservado e início os trabalhos de busca de vestígios e ao encontrar fixo. Em seguida realizo a coleta e acondicionamento e no final anotamos o nome do policial militar responsável pela preservação do local. Temos muitos instrumentos usados nos procedimentos de cadeia de custódia, mas faltam outros, tais como: a pinça que é um instrumento usado para a coleta de determinados vestígios de natureza sólida. Estamos bem adiantado quanto aos procedimentos de cadeia de custódia, mas ainda caminhando para estabelecimento de uma cadeia de custódia da prova pericial como deve ser. Não temos centro de custódia de vestígios. Os Delegados de Polícia, em regra, não atentam para preservação da integridade e idoneidade do elemento de prova enviado para exames nas organizações de perícia oficial. Os policiais militares razoavelmente preservam o local. Sendo que às vezes adiantam-se para realizar seus trabalhos e acabam por prejudicar a preservação do local.

2 - Não tenho conhecimento da existência de um programa de cadeia de custódia no Brasil e sim de grupo de estudo visando a normalização através do INMETRO em parceria com a SENASP, mas no momento está parado e talvez retorne os trabalhos ainda este ano.

3 - Sim, os peritos do meu Estado estão motivados a aceitar a presente inovação por saberem da importância para garantir a autenticidade e idoneidade da prova. Observo que os Peritos Oficiais e os Policiais Militares antigos são mais resistentes e os Delegados de Polícia novos e antigos não percebem a necessidade desta mudança de comportamento para elaboração de uma prova confiável e segura.

Apesar do meu Estado ser considerado o maior centro de perícia do país não desenvolveu a cultura para o fiel cumprimento da cadeia de custódia, mas estamos no caminho para a materialização desta inovação.

4.1.3.4 Entrevista com o primeiro perito oficial de outro Estado

1 - No nosso entendimento a cadeia de custódia é elemento fundamental para a garantia do devido processo legal a que todo cidadão tem direito quando acusado e investigado pelo Estado. Não se pode indicar uma certeza sobre algo que não foi devidamente custodiado. Essa preocupação está prevista no CPP que reza "não se alterem o estado das coisas até a chegada dos Peritos Criminais" e ainda que "os objetos só serão apreendidos após a liberação pelos Peritos Criminais". Logo o vestígio deve permanecer custodiado pelos Peritos desde o momento da coleta até o término dos exames. Recentemente, com o advento da Lei 11.690/08, que criou a figura do Assistente Técnico no Processo Penal, novamente fica evidente tal preocupação: "os Assistentes Técnicos só atuarão após a liberação do Laudo Pericial" e "só terão acesso ao material examinado na presença do Perito Oficial", isto é, não interferirão em momento algum na custódia dos vestígios. Pelo menos essa foi a intenção da lei. Porém, o que normalmente acontece, é que algumas Instituições e boa parte dos Peritos não estão preparados ainda para tornar efetivo tal procedimento. Antes de tudo é necessário que cada órgão pericial estabeleça Procedimentos Operacionais para cada tipo de exame. Parece-me que a absolvição do jogador americano O. J. Simpson gira também em torno da falha na custódia da prova pericial.

2 - Isso seria o ideal, um programa único para todos os estados, DF e PF. A própria SENASP/MJ já demonstrou tal preocupação e tentou, em convênio com o INMETRO, organizar um grupo para tratar do tema. Não sei informar o resultado do trabalho.

3 - Fui Diretor da Criminalística aqui no Maranhão até JAN/2011. Durante a minha gestão

participei de diversas reuniões a nível nacional que também trataram do assunto, além de diversos outros também relevantes. A dificuldade para implantar qualquer novo procedimento é enorme, principalmente em função da acomodação dos profissionais, situação esta a que são levados pela constante desvalorização do trabalho pericial, o que resulta na formação de uma cultura do mínimo esforço e da realização de meras constatações, esquecendo-se da cientificidade do trabalho pericial. Conseguimos ainda iniciar um trabalho no Laboratório de Análises Forense e em algumas Seções de Perícias Internas (Balística, Documentoscopia, etc) que deverão servir de modelo para os outros setores. Infelizmente nestes setores a custódia pericial só inicia a partir da chegada do vestígio ao instituto, não podendo ser validada pela perícia o percurso e a guarda anterior a isso. A dificuldade maior é com o atendimento a Local de Crime, tanto a logística quanto a capacitação necessária, em função da grande quantidade e variedade dos vestígios a serem coletados e dos poucos recursos que dispomos. Até mesmo a falta de equipes especializadas para cada tipo de exame (crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes ambientais, etc.) é um fator que dificulta ou até mesmo impede a motivação, a aceitação e a implantação. E por trás de tudo isso não se pode esquecer a falta de autonomia dos órgãos periciais em diversos Estados. Acredito que naqueles em que a autonomia já está implantada o trabalho se torne mais fácil de ser desenvolvido.

4.1.3.5 Entrevista com segundo perito oficial de outro Estado

Foram mantidos até esta fase de finalização, os mesmos procedimentos empregados das demais entrevistas, mantendo vivo o empenho na postura fenomenológica de deixar espaço e tempo aberto, livre à reflexão e fala de cada entrevistado, diante de temas que os tenha estimulado a tomar iniciativas de expor suas idéias e sentimentos, os quais foram complementados com as respostas às questões já formuladas.

Não tenho conhecimento aprofundado sobre cadeia de custódia, como todos nós peritos sou interessada na melhoria das nossas condições de trabalho. A cadeia de custódia é a etapa fundamental para garantir a validade da prova pericial e falhas na coleta e no acondicionamento podem destruir a prova de um crime. Infelizmente, acho que os procedimentos que hoje realizamos são insuficientes frente a importância da cadeia de custódia.

4.2 Abordagem do resultado.

Considerando a natureza da pesquisa realizada, os meios buscados e as informações coletadas, a abordagem do resultado adotou uma posição qualitativa, em termos metodológicos. Diante dessa opção, à análise do discurso, na perspectiva pragmática, somou-se um esforço do autor em assumir uma postura fenomenológica de inserção no universo de cada depoente, além do cuidado anterior na construção do referencial teórico. Por essa razão o trabalho realizado no campo possibilitou uma descrição suficiente para clarificar o problema, apesar das limitações existentes em toda e qualquer iniciativa de pesquisa.

4.2.1 Das limitações

Neste caso, em especial, há a possibilidade de:

- a) não ter sido escolhido o melhor momento para encontro entre entrevistador e entrevistado, a fim de aprofundar as manifestações de temas críticos;
- b) de a ansiedade decorrente da pouca experiência do autor em assumir uma atitude de autêntica inserção no mundo do outro;
- c) o impacto das diferenças individuais e profissionais durante as entrevistas;
- d) a possibilidade de clima organizacional pouco favorável ao momento no campo;
- e) a possível nebulosidade, fragilidade, na escolha de questões e termos e sujeitos a serem abordados, dentre tantas outras situações e opções inerentes ao desenvolvimento de pesquisa em uma dissertação.
- f) a releitura das manifestações e do referencial teórico, da questão central e das específicas e periféricas procuraram minimizar essas dificuldades.

O mundo vivido pelas organizações responsáveis pela garantia da autenticidade e da idoneidade da prova pericial pode ser compreendido e ser desvelado não da forma que eu penso e sim da forma que eu vivo com apreensão do seu sentido.

A intencionalidade pode operar da relação sujeito-objeto no mundo concreto e se mostrar como a coisa mesma na sua essência. Esta intencionalidade é a significação, é quem fundamenta os atos, é o saber que a nossa intuição capta e compreende, bem antes daquela lógica do consciente

O fenômeno cadeia de custódia é o estímulo para busca de novo conhecimento e a base para todo conhecimento necessário para a elaboração de uma prova pericial com qualidade e que ofereça possibilidade para relevância humana no sentido ético.

As organizações de perícia oficial estão inseridas em um mundo cultural recheado de sentido e significado que precisa ser desvelado no sentido de sua relevância para o agir ético do co-humano.

Os profissionais envolvidos no processo de produção da prova pericial é um homem concreto dotado de cultura, portanto humanizado e espiritualizado para a legitimação do mundo da vida. Este mundo é o que é comum a todos os profissionais responsáveis pela preservação da autenticidade e da garantia da idoneidade e é onde todos estão inseridos com sua história e cultura buscando transformação do mundo natural pelo saber, afastado da abstração no seu ato de vivência. É aberto e possibilita novos horizontes e pode buscar não resultados fechados em “gaiola douradas”, mas consequências relevantes para o co-humano no sentido ético.

Como a prova pericial não está sendo um produto confiável por motivos culturais, morais e legais provocados pelo avanço tecnológico do mundo contemporâneo mutável todos os profissionais devem estar abertos a possibilidades para que novos horizontes surjam para propiciar a elaboração de um produto que ofereça consequências relevantes para o co-humano. Não podemos delimitar o mundo vivido em razão da perda da relevância para o mundo em comum, Segundo Capra (2006) “Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente.”

O profissional é o sujeito transcendental com horizontes de possibilidades que deve perceber o fenômeno em sua essência deixando em entre parênteses as crenças existenciais. A correlação sujeito-objeto pode ser percebida pela consciência através da vivência no mundo em que o fenômeno estava velado e da vivência do eu e outro com a compreensão da totalidade do mundo vivido no sentido de assumir responsabilidades para a vida.

A ação surge da vivência do mundo com sua história e cultura na direção de desvelar valores escondidos por cortinas nebulosas e proporcionar resultados que traga consequências humanas. O profissional é um homem concreto e intencional que pode entender o mundo em sua vivência e considerado na conformidade do seu sentido de agir, compreendendo a si mesmo e sua co-humanidade. O co-humano é o modo de agir conscientemente do ser humano, o agir no sentido de desvelamento, da mostraçã dos objetos e objetivos para relevância no mundo partilhado.

A atuação do profissional no mundo das organizações responsáveis pela garantia da integridade e idoneidade da prova pericial e das organizações que utilizam a prova pericial para formar um juízo de valor se dá por necessidade, portanto intencional e pode ser direcionada a propiciar consequências relevantes para o ser humano no mundo em comum. A

compreensão do mundo em que se dar a ação do profissional é fundamental para entender a significação da correlação sujeito-objeto e a vivência do mundo em comum não são iguais na percepção de cada profissional, mas não devendo perder a noção de totalidade e da possibilidade de mudanças. A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma mudança que pode ser concretizada com a visão direcionada à qualidade buscando um resultado universalizado que ofereça consequências relevantes para o eu e o mundo que está inserido a necessidade de uma prova pericial com qualidade.

O mundo dos valores é quem dá sentido aos objetivos no mundo da vida. O sentido do objetivo almejado com a cadeia de custódia da prova pericial é o valor qualidade buscado pelos os profissionais envolvidos com a produção da prova pericial. A prova pericial por sua vez, tem a sua importância no sentido do desvelamento do valor verdade nas infrações que deixam vestígios. Para a fenomenologia o mundo dos valores é *a priori*, material e apreendido intuitivamente no mundo vivido, adquirindo sua estrutura material e colocando de forma autêntica não apenas o objeto, mas o objetivo da ação intencional do agente direcionado para o agir ético e para proporcionar relevância para a humanidade.

Os valores necessários para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial são percebidos *a priori* na relação sujeito - objeto - objetivo cuja ação intencional ganha sentido não apenas na direção do resultado, mas principalmente da consequência para o ser humano.

Com o surgimento do mundo globalizado as informações chegam a velocidades assustadoras e o aparecimento de novo paradigma muda o comportamento do homem concreto, seu modo de perceber as coisas e sua visão de mundo. É nesta concepção, que os profissionais responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial podem seguir. No mundo contemporâneo mutável a busca pela eficiência é constante, o homem concreto e intencional em seu estado de impermanência procura mudar o sentido.

Com o desvelamento da verdade por meio de uma prova pericial com qualidade criam-se possibilidades de tutelar direito individual, direitos humanos e transindividual conforme o fato típico ocorrido. E nesta direção é que a justiça almejada pela sociedade pode ser desvelada e o produto das organizações de perícia oficial produzir impacto positivo para o ser humano.

Valores como responsabilidade, compromisso e solidariedade precisam ser desvelados e absorvidos pelos profissionais das organizações responsáveis pela garantia da integridade e idoneidade da prova pericial no Estado de Rondônia para que possamos elaborar a prova pericial com qualidade, como sugere Fraga (2009):

“Da significância do que é dito no convívio cotidiano com as pessoas no trabalho e da relevância discernida de cada situação na gestão, dependerá, em boa parte, a

possibilidade de uma formação humana que leve justa gratificação pessoal a todos os envolvidos enquanto buscam resultados produtivos condizentes com seus dignos compromissos laborais e sociais.”.

O cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial manifesta conseqüências relevantes para os profissionais e para a sociedade. Valores como dignidade, transparência, segurança, confiança, integridade, idoneidade, verdade e credibilidade são conseqüências relevantes que mostram o compromisso com a atividade profissional e para com a sociedade.

O programa pode criar possibilidades para uma formação humana e para a percepção da necessidade do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial no mundo vivenciado e de possibilidades das organizações envolvidas no processo de produção da prova pericial.

O discurso dos profissionais entrevistados são todos situados na sua própria realidade e mostrando que percebem a importância da prova pericial. Porém não tem a cultura para o cumprimento da cadeia de custódia e para saber a qualidade da prova pericial oferecida ao mundo jurídico. A cultura por ser um elemento transformador pode ser desenvolvida para resolver o problema da falta de hábito para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial.

O avanço tecnológico é perceptível por todos como um instrumento que propiciará agilidade, diversidade dos exames, certeza e qualidade. Não percebendo que por trás da ideologia propiciada pelo mundo contemporâneo existe a necessidade de mudança no modo de produção existente. Criou-se uma expectativa de que a tecnologia por si só, poderá elaborar um produto com qualidade. Previamente ao uso da tecnologia existem necessidades de condutas direcionadas para o agir ético nas organizações envolvidas com o processo de produção da prova pericial. O novo comportamento requer habilidades, conhecimentos, atitudes, crenças, princípios e valores para desenvolvimento da percepção da importância do cumprimento da cadeia de custódia para a qualidade da prova pericial.

As transformações legais e naturais ocorridas no mundo contemporâneo não permitem a permanência da cultura ideológica implantada pelo poder público que velou por muito tempo a necessidade da implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial. E a ideologia não pousa em verdades absolutas e universais possibilita para ação e mudança através da clarificação dos implícitos e da mostração de novos saberes numa perspectiva dialética.

A prova pericial não pode continuar sendo produzida nas condições materiais existentes do passado. Os profissionais que utilizam a prova pericial para formar um juízo de valor no desenvolvimento de seus trabalhos percebem a importância da prova pericial. Devendo todos

envolvidos na produção garantir a qualidade por meio do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. Segundo Srour (2008) “a forma de pensar e agir dos agentes espelha a estrutura das relações sociais prevalentes em cada formação histórica”.

O mundo globalizado vem criando profundas mudanças na sociedade em diversas áreas, tais como: econômica, sociais, ambientais, culturais e tecnológicas. O novo mundo está provocando mudança de paradigma e impondo a busca de mecanismos inovadores de relacionamento com a sociedade.

A mudança de paradigma faz surgir nova realidade, faz nascer um mundo novo e competitivo com oportunidades de criar e inovar para adequar-se as exigências externa e interna no modo de funcionamento de uma determinada organização.

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é uma necessidade para adequar as organizações responsáveis pela preservação da prova pericial a uma nova forma de funcionamento. A necessidade de mudança nas organizações envolvidas no processo de produção é provocada pelo avanço tecnológico, amadurecimento profissional, facilidade e velocidade com que trafegam as informações e a nova reforma do Código de Processo Penal elencada no parágrafo sexto, art. 159 no que tange ao contraditório da prova pericial.

Cada profissional envolvido com a qualidade da prova pericial e cada profissional envolvido com a valoração do produto afirmam, contradiz, omite, reage e age a partir do seu caráter utilitário determinado pelo contexto da produção material existente na condição de subjetividade.

Com a mudança do mundo contemporâneo e o surgimento de novo paradigma passa a existir uma nova condição de produção material no mundo em que a prova pericial é elaborada e é utilizada. Passando a ser uma necessidade das organizações envolvidas com o processo de produção o aprimoramento da elaboração da prova pericial.

Além disso, na construção da nova condição de produção material existente, o sujeito constrói sua identidade na interação com o outro através do espaço discursivo entre ambos, de forma caracterizada pelo dialógico, a heterogeneidade, o conflitual, o relativo e o inacabado.

Fazendo uma relação dos dados coletados com as entrevistas dos profissionais responsáveis pela garantia da autenticidade e da idoneidade da prova pericial e dos profissionais que utilizam a prova no desenvolvimento dos seus trabalhos de ofício com os dados coletados com as entrevistas dos informantes percebe-se que o problema clarificado na pesquisa em questão pode ser justificado. Porém atribuindo o valor real ao resultado da pesquisa.

Este capítulo, além de apresentar as manifestações dos entrevistados, simultaneamente abordou o resultado de cada um desses ricos momentos, à luz do referencial teórico

construído e utilizado ao longo da dissertação. Visando melhor clareza, o trabalho com os resultados foi dividido em duas seções: Essência dos dados coletados durante as entrevistas e Abordagem do resultado.

5 CONCLUSÃO

O estudo foi desenvolvido na presente pesquisa com o escopo de contextualizar, definir, descrever o sentido do fenômeno estudado e percebido no mundo da vida das organizações envolvidas no processo de produção da prova pericial em harmonia com o problema formulado neste capítulo: Por que implantar um programa de cadeia de custódia no Instituto Laboratorial Criminal da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia?

Neste trabalho, foi justificada a necessidade de implantar um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Instituto Laboratorial da Polícia Técnica e Científica do Estado de Rondônia, que na compreensão dos especialistas entrevistados, a cadeia de custódia da prova pericial é essencial para garantir a autenticidade e idoneidade, bem como a transparência de todo processo de produção da prova pericial. E a completa descrição da custódia dá a amostra certificação de sua origem e destinação e, conseqüentemente, empresta ao laudo pericial, resultante da sua análise, credibilidade e robustez para propiciar sua admissão e permanência no elenco probatório. Os especialistas não percebem como avançar na gestão de qualidade sem que os procedimentos de cadeia de custódia da prova pericial sejam normalizados.

Os especialistas informaram que na atualidade existe um grupo de estudo integrado a Comissão de Estudo Especial de Ciências Forenses com a finalidade de normalização da cadeia de custódia junto a ABNT e ao INMETRO e em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança pública – SENASP. Foi informado a dificuldade para implantar qualquer novo procedimento é enorme, principalmente em função da acomodação dos profissionais, situação esta levada a constante desvalorização do trabalho pericial. Apesar da acomodação, os especialistas percebem que a motivação virá da necessidade, uma vez que, o contraditório da prova pericial está cada vez mais acirrado, um fator considerável e provocado pelas mudanças legais no mundo contemporâneo competitivo, e que a adoção de medidas para o fortalecimento da prova pericial é de fundamental importância, pois os assistentes técnicos estarão sempre em busca de falhas no trabalho pericial para uma contestação com base em todo processo de produção do produto elaborado pelas organizações de perícia oficial.

Além disso, foi observado com a pesquisa de campo que os profissionais responsáveis pela garantia da autenticidade e da idoneidade da prova pericial e os profissionais que utilizam a prova para formar um juízo de valor não apresentam a percepção de que o uso da tecnologia por si só, não garante a qualidade da prova pericial. Previamente ao uso da tecnologia existem vários procedimentos que devem ser executados com todo tratamento técnico e científico e sem deixar lacuna, bem como registrados para garantir a história cronológica da prova

pericial. O uso da tecnologia sem a execução dos atos de cadeia de custódia cria desconfiância quanto à prova produzida por falta de conhecimento da sua história. Sem a história cronológica da prova a rastreabilidade de todo processo de produção não pode ser desenvolvida e a transparência não pode ser desvelada para atender um determinado questionamento.

O avanço tecnológico vem provocando profundas mudanças no mundo contemporâneo e que reflete na necessidade de mudança de comportamento nas organizações envolvidas no processo de produção da prova pericial. O avanço tecnológico vem provocando verdadeira revolução e exigindo dos profissionais percepções para a importância do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial na direção de garantir a autenticidade idoneidade do produto elaborado.

Uma organização de perícia oficial com a ausência de uma cadeia de custódia previamente estabelecida ou sem a exigência da sua execução durante todo o processo de produção é uma organização considerada como “um gigante com os pés de barro” por não possuir um alicerce que sustente a missão que tem a desenvolver. Um simples questionamento referente à prova pericial lançada no mundo jurídico ocasiona descrédito da organização por não falta de mecanismo que possa responder as dúvidas apresentadas quanto a sua qualidade, ou seja, “um simples sopro desmorona a imagem da organização”.

A nossa legislação é dispersa, pouco precisa e diferente dos principais países da América do Sul que apresentam seus manuais de cadeia de custódia. A falta de precisão da nossa legislação foi percebida pelos operadores do direito e pelos profissionais responsáveis pela produção da prova pericial durante a pesquisa de campo, mas foi observado que os sujeitos da pesquisa entrevistados não percebem que não pode ser tratada de forma isolada da solução para o cumprimento da cadeia de custódia durante o processo de produção da prova pericial.

Não foi possível encontrar ainda a cultura de cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia e não existe a cultura de conhecer a qualidade da prova pericial que chega aos tribunais. Foi percebido com as entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa que não existe a percepção para o cumprimento da cadeia de custódia e que a prova que chega ao tribunal é conhecida com uma visão de “raios-X”, ou seja, superficialmente com base nas informações contidas no laudo pericial. No Brasil, observamos a cultura iniciar naqueles casos de ampla repercussão ou quando envolvidas pessoas com alto poder aquisitivo. Quando se trata de pessoas comuns não é observado o comportamento da busca do conhecimento da qualidade do produto oferecido aos tribunais. Levando a entender que existem dois mundos: um que a prova deva ser questionada e outro que a prova não deva

ser questionada. A responsabilidade dos profissionais envolvidos no processo de produção da prova pericial e os que usam a prova pericial para formar um juízo de valor não têm apenas uma motivação legal, mas também moral, na medida em que os destinos da vítima e dos réus dependem da qualidade da prova pericial elaborada pelas organizações de perícia oficial. E estes representam o ambiente social: a coletividade, comunidade e a sociedade como um todo, que necessita de ação que manifeste consequências relevantes com o produto elaborado pelas organizações de perícia oficial

A falta de cultura para o cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial vem trazendo grande preocupação para o mundo das organizações de perícia oficial. As mudanças no mundo globalizado ocasionaram mudanças legais que estão preocupando os profissionais a nível nacional e Rondônia não é diferente, mostradas por meio das entrevistas locais e com os especialistas. A mudança legal ocorrida no parágrafo sexto do art. 159 do Código de Processo Penal permite o acesso ao material probatório que serviu de base à perícia para reexame pelos assistentes técnicos. É importante salientar que muitos desses assistentes técnicos serão peritos oficiais aposentados e que conhecem muito bem as condições de produção existente nas organizações de perícia oficial. Desta forma, não tem como mais permanecer com a antiga cultura de produção da prova pericial das condições materiais existentes no passado, ou seja, sem o desenvolvimento da percepção da importância do cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial exigida pelo mundo contemporâneo que apresenta outra realidade histórico-cultural. É necessário desenvolver uma nova configuração para elaboração da prova pericial com a finalidade do aprimoramento e aperfeiçoamento da qualidade para adequar as novas condições materiais existentes influenciadas pelo contexto histórico-cultural do mundo contemporâneo.

A postura dos agentes públicos responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial pode ser mudada para desenvolver a cultura para o cumprimento da cadeia de custódia e para a busca das condições necessárias para a execução dos procedimentos visando à qualidade da prova pericial.

Por muito tempo o Brasil renegou este segmento público que tem a missão de elaborar uma prova pericial de relevância para sociedade. O agente público pode desenvolver a percepção no sentido de entender os objetivos, missão, visão e valores da organização que faz parte, desenvolver projetos e chamar para si os problemas existentes para uma solução no sentido do bem comum. O profissional pode se comportar no mundo das organizações envolvidas no processo de produção da prova pericial de forma intencional, consciente e conseqüente. Intencional no sentido de compreender este mundo recheado de sentido e significado,

compreendendo como agentes dos seus atos e assumindo responsabilidade para a vida. Consciente para perceber os mais diversos fenômenos velados e que podem ganhar vida no sentido da relevância para a sociedade. E conseqüente direcionando os objetivos alcançados no mundo que apresenta seu cotidiano desenvolvendo-se em um processo histórico-cultural não apenas para o resultado, mas para a possibilidade da postura própria de natureza humana, retomada desse mundo e para relevância humana no sentido ético. Como a prova pericial não está sendo um produto confiável por motivos culturais, morais e legais provocados pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo mutável todos os profissionais podem estar abertos a possibilidades para que novos horizontes surjam para propiciar a elaboração de um produto que ofereça conseqüências relevantes para o co-humano. Nas entrevistas de campo foi observada reclamação de falta de condições para execução dos procedimentos de cadeia de custódia, mas não foi falado de elaboração de projetos ou qualquer estratégia que pudessem criar possibilidades para mudar a realidade. Mostrando a ausência de dinâmica intra-organizacional no sentido de estabelecer uma filosofia de valores para elaboração de um produto nas configurações exigidas no mundo contemporâneo.

A ausência do Estado por longo período somado à postura do agente público que tem a responsabilidade de oferecer uma prova pericial com relevância para a sociedade foi responsável pelo desenvolvimento da cultura que possibilitou o velamento do fenômeno cadeia de custódia da prova pericial. É com a ação do agente intencional, consciente e conseqüente que pode ocorrer às mudanças nas organizações, com a organização transformando e sendo transformada, com o tempo e sujeito em movimento no sentido da permanência e impermanência e na busca de possibilidades de existir como ser no preenchimento de espaços no mundo da vida, participação em processos educativos para construir a si e o mundo vivenciado em sua singularidade na condição de co-humano com a compreensão da totalidade. A cultura de percepção de ver o mundo a sua volta não deve ser continuada e sim desenvolvida para possibilitar novas percepções e construção do ambiente interno das organizações de perícia oficial frente aos desafios oriundos das mudanças externas.

O ambiente interno e externo pode ser percebido em consonância com as condições materiais existentes no passado e das novas condições materiais existentes no presente para a compreensão da organização em sentido amplo e expectativa de futuro. A qualidade da prova pericial é essencial para a credibilidade da organização e pode ser observada em conjunto com os objetivos, valores, crenças, princípios, missão e visão da organização. Nas entrevistas foi observada a falta de percepção dos profissionais envolvidos com a produção da prova pericial

para a missão em sua forma ampla e que pudesse desenvolver a percepção da capacidade intrínseca existentes entre as organizações envolvidas na elaboração da prova pericial. E que apesar de possuírem suas peculiaridades apresentam um padrão em comum: compartilhar o dever de prestar um serviço satisfatório à sociedade e conscientemente na direção da ética e relevância para a humanidade.

Na elaboração da prova pericial existe a participação de outras organizações que cultivam valores, princípios e crenças diferentes, tais como a Polícia Judiciária e Polícia Militar, bem como aquelas fazendo parte da mesma organização de perícia oficial que tem visão de mundo diferente. Nos discursos das entrevistas do trabalho de campo foi observado o pensamento desintegrado das organizações envolvidas com o processo de produção da prova pericial, a nível inter-organizacional e intra-organizacional. Desta forma, favorecendo o antigo paradigma de visão reducionista e fragmentada. É necessário o desenvolvimento da percepção do novo paradigma, uma visão holística do universo. O sujeito apesar de vivenciar o mundo da vida na sua singularidade pode compreender em sua totalidade. Sendo a singularidade diferente do isolamento e da distância do mundo concreto. O agente singular estar compartilhando o mundo recheado de sentido e significado buscando compreender em sua totalidade. Todo conhecimento que se separa também se associa formando um pensamento universalizado das idéias que partem deste mundo concreto. Os profissionais não podem deixar de perceber a capacidade intrínseca do enredamento que interrelacionam as diversas organizações a nível inter-organizacional e intra-organizacional, bem como o padrão em comum que motiva a busca de um atendimento satisfatório das necessidades da sociedade.

Todos entrevistados, os profissionais envolvidos na garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial e os profissionais que utilizam a prova pericial para formar um juízo de valor têm a percepção da importância da prova pericial para a materialidade das infrações que deixam vestígios. Foi observado que apesar de perceber a importância da prova pericial todos pensam de forma isolada. Os primeiros profissionais conhecem apenas o mundo da produção da prova pericial e agindo com a cultura do passado. Os outros profissionais conhecem apenas o mundo da valoração da prova pericial do qual faz parte sem ter a certeza da qualidade do produto oferecido aos tribunais. Ambos não acreditam no produto elaborado que chegam aos tribunais e é utilizado com desconfiança pelos operadores do direito. Porém sabem da relevância da prova pericial para os destinos das vítimas e dos réus, mas continuam com as críticas por meio dos discursos ideológicos fundamentados nas antigas condições de produção materiais existentes e omissos para a busca de uma solução partilhada. Uma prova com qualidade reflete na qualidade do inquérito, denúncia, sentença, na ampla defesa e

contraditória e afeta o destino das vítimas e dos réus que representam a sociedade em conflitos estabelecidos nos tribunais. Destarte, todos têm um dever legal e moral para com o destinatário final do serviço público: o cidadão.

A implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial no Estado de Rondônia será uma inovação ao criar condições para oferecer um recurso de utilidade para as organizações responsáveis pela elaboração da prova pericial, as organizações que formam um juízo de valor com o produto elaborado e consequentemente para a sociedade por meio do desvelamento da verdade nas infrações que deixam vestígios. Todos os entrevistados percebem que a implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial será uma inovação para o serviço público do Estado de Rondônia.

O valor verdade é o que orienta o sentido do objetivo de obter uma prova pericial de qualidade e sendo o princípio número um nas organizações de perícia oficial: o compromisso com a verdade. Partindo da comparação entre duas organizações de perícia oficial: a primeira com toda estrutura e com o uso de uma avançada tecnologia e a segunda com uma estrutura inferior e com o uso de tecnologia clássica. Sendo a segunda organização, elaborando a prova pericial com o desenvolvimento de uma cadeia de custódia da prova pericial executada com todo rigor técnico e científico e com o registro de toda história cronológica da prova pericial, além de uma cultura de percepção da importância da cadeia de custódia para a qualidade do produto elaborado e o comprometimento dos profissionais com a cultura, objetivos, visão e missão da organização. A primeira sem elaborar a prova pericial por meio de uma cadeia de custódia previamente estabelecida e sem o mesmo comprometimento dos profissionais da segunda organização por não possuir a percepção da importância da cadeia de custódia para a qualidade da prova pericial. A primeira organização não terá a mesma credibilidade que a segunda por não poder mostrar a qualidade da prova pericial produzida mesmo com o uso de elevada tecnologia.

A segunda organização terá como mostrar com transparência qualquer questionamento que surgir a respeito da qualidade da prova por meio do rastreamento de todo processo de produção, sendo apenas limitada quanto ao uso de uma tecnologia avançada.

As mudanças externas não devem ser vistas por uma organização como uma ameaça e nem deixar passar por despercebidas por ser uma oportunidade para inovar e melhorar a qualidade do seu produto, manter a credibilidade e a sua sobrevivência. Foi observado durante as entrevistas que os profissionais envolvidos com a produção da prova pericial com mais tempo de profissão cultivam modelos de comportamento do passado e falta a percepção holística das transformações ocorridas no mundo contemporâneo para caminharem no sentido da busca de

adequação do ambiente interno para enfrentar os novos desafios impulsionados pelas as mudanças externas ocorridas. A realidade estabelecida com as mudanças provocadas pelo mundo globalizado mutável tende a seguir na direção da existência constantes de necessidades. O novo mundo é aberto, nunca se esgotando e com as informações trafegando com facilidades, alta velocidade e com possibilidades a novos horizontes. Portanto pode ser percebida como oportunidade de melhoria para a organização como o todo.

O desenvolvimento de uma cultura com o escopo de elaborar um produto de qualidade nas organizações de perícia oficial é uma contribuição para o desenvolvimento do princípio da eficiência que tem natureza gerencial e que sua significância para a gestão pública encontra-se na manifestação da consequência da ação no sentido da busca da qualidade por meio de mudanças culturais e legais. A sociedade clama por qualidade nas ações do Estado e não pode admitir a sua ausência nos segmentos essenciais que devam prestar um serviço satisfatório. Foi observado que todos os sujeitos da pesquisa percebem que a implantação do programa de cadeia de custódia da prova pericial oferecerá qualidade e eficiência para a gestão pública.

O novo paradigma é discordante da visão fragmentada da realidade como a percebida por meio do discurso dos operadores do direito. Cada um pensando na justiça de forma estrita e como se a ciência jurídica isolada pudesse resolver todos os problemas da sociedade. Neste pensamento reducionista, o mundo jurídico é representante da justiça brasileira sem perceber a sua natureza probatória em razão de recorte da realidade e que favorece interesses corporativos. E nesta concepção, as organizações de perícias são colocadas em um segundo plano: um instrumento que só é lembrado no momento de sua utilização. O mundo jurídico é fundamentado nas ciências jurídicas e o mundo das organizações de perícia oficial é fundamentado nas ciências naturais podendo ser observados em sintonia com a visão do novo paradigma, uma visão holística do universo. O produto da perícia oficial está presente no desvelamento da verdade nas infrações que deixam vestígios desde a fase indiciária, passando pela denúncia, ampla defesa e adentrando pelas portas do poder judiciário de forma bastante apreciada. Apreciada pela Autoridade Policial, pelos membros do *Parquet* Ministerial, pelos Advogados e finalmente pelos Juízes de Direito. O produto elaborado com qualidade traz consequências relevantes para o inquérito, denúncia, defesa, sentenças judiciais e sociedade. E o novo paradigma não é concordante com a falta de percepção da justiça na sua forma ampla, sendo que para clarificar esta visão é necessário o conhecimento da ciência jurídica e das ciências naturais de forma associada com a compreensão da importância para o desvelamento

do valor justiça em sua totalidade. Na complexa teia que constrói a vida das organizações que buscam clarificar a justiça existe a prova pericial se relacionando de forma bastante profunda. Os valores são os que orientam o sentido dos objetivos almejados pelas as organizações envolvidas na preservação da prova pericial e pelas as que formam o juízo de valor com a utilização da prova pericial. Foi observado a não percepção do valor responsabilidade, compromisso e solidariedade dos profissionais responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial apesar de ter percebidos os valores conseqüentes da ação de cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial: credibilidade, confiança e qualidade. O Estado por um lado, ausente para criar as condições dignas de trabalho e por outro lado, a acomodação do agente público diante do cenário cultural ideológico esconde em cortinas nebulosas a necessidade de inovação. Este cenário propiciado pela ausência do poder público existe por muito tempo e até hoje apresentam adeptos que resiste a mudança do *status quo*. Destarte, diante da realidade o dever moral para a elaboração do produto nas organizações responsáveis pela preservação fica prejudicado não por intenção do agente, mas por falta de percepção de sua obrigação de agir como sujeito intencional, consciente e conseqüente, assim, afetando o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a substantiva. Com a primeira racionalidade predominando no interior das organizações. A responsabilidade é uma obrigação de cumprir um dever, uma resposta a nossa conduta, ou seja, o agente público tem o dever moral de cultivar os valores que são importantes para o convívio harmonioso e são eles que dão sentido na correlação sujeito-objeto-objetivo. A sociedade espera do serviço público o atendimento satisfatório das suas necessidades e o agente público pode sair da condição de mero recurso e caminhar no sentido da transformação da organização com a retomada do mundo das organizações responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial, reconhecendo como agente de seus atos e assumindo responsabilidades para a vida. A retomada do mundo das organizações é concordante no sentido da relevância humana orientada para o agir ético e possibilitando a postura própria de natureza humana.

Com a nova percepção da realidade e com o desenvolvimento de uma nova cultura para a compreensão das oportunidades do novo mundo mutável os valores serão desvelados e absorvidos, tais como responsabilidade, compromisso e solidariedade necessários para a ação de cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial. Com a consecução da produção de um produto de qualidade outros valores conseqüentemente serão desvelados e desenhando os padrões morais das organizações responsáveis pela autenticidade e idoneidade da prova pericial, tais como: integridade, idoneidade, dignidade, confiança, segurança, credibilidade, verdade e contribuindo com significância para clarificar a justiça. E é na manifestação da

consequência da ação de cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial que aparecerá a possibilidade de legitimação no mundo da vida. E nesta manifestação, encontra-se a significância da mostração para a organização envolvida com a produção da prova pericial.

Com a falta de percepção dos profissionais responsáveis pela garantia da autenticidade e idoneidade da prova pericial e com as mudanças provocadas pelo mundo contemporâneo, a necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial é algo preeminente e pode possuir diretrizes voltadas não apenas para uma educação de especialização tecnológica, mas também que desenvolva a racionalidade substantiva proporcionando as condições para que o conhecimento seja observado como o todo nas organizações responsáveis pela preservação da integridade e idoneidade da prova pericial. Visão, missão e valores poderão ser cultivados para que todos profissionais saibam o porquê e para que estarão envolvidos com o programa para implantação da cadeia de custódia da prova pericial. Proporcionando por meio do conhecimento vivenciado, não apenas a implantação do programa, mas a motivação para o aparecimento da criatividade, inovação e líderes visando a estratégia na dinâmica da organização nesse processo de ensino e aprendizagem.

Apesar de reconhecer as limitações deste estudo, e por isso mesmo sugerir sua retomada em pesquisas futuras, implicando maior abrangência em especial da população de sujeitos envolvidos e de ampliação da temática, já é possível sugerir, também um aspecto prático ao âmbito da gestão pública foco desta dissertação, no seguinte sentido: que o programa analisado poderia adotar uma abordagem fenomenológica em decorrência de, em sua essencialidade, tratar de questões relacionais em um âmbito especializado em gestão pública, o qual impacta forte e diretamente tanto os agentes responsáveis pelo processo e decorrentes procedimentos técnicos, quanto os cidadão que justa e legalmente esperam desse trabalho, resultados de qualidade inquestionável, especialmente no que se refere à ética envolvida.

Tendo-se em vista de que o homem é um ser dotado de cultura, portanto humanizado e espiritualizado direcionado a legitimação do mundo da vida, ou seja, do mundo cotidiano criado no desenvolver de um processo histórico - cultural, analisar o problema enfocado pode ser considerado relevante, embora ainda que nos limites desta dissertação. É o mundo vivido que pode ser compreendido na forma do que eu vivo. Não basta criar apenas normas, regras, seminários ou outros mecanismos de divulgação da cultura por não ter o poder de transformação. Aqueles padrões pré-estabelecidos são estáticos enquanto a cultura é dinâmica e brota naturalmente do interior de cada profissional, equipes e organizações orientando os comportamentos para além daqueles padrões estabelecidos formalmente.

A cultura manifestou sua presença na análise teórica e no campo desta pesquisa como o elemento de possível abertura à transformação para formar novas consciências para a percepção da importância da cadeia de custódia da prova pericial, bem como mostrar aos profissionais envolvidos na produção da prova pericial como podem agir diante desta inovação estimulada pelas mudanças do mundo contemporâneo.

6 SUGESTÕES

O mundo fenomenológico é o do cotidiano criado no desenvolver de um processo histórico-cultural em que o agente neste mundo em comum recheado de sentido e significado precisa compreender para dá sentido na correlação sujeito-objeto-objetivo. É neste mundo de vivência compartilhada que o agente busca transformar o estado natural pelo saber, é aberto a novos horizontes e devendo ser compreendido e desvelado na forma como eu vivo em sua singularidade sem perda da compreensão da totalidade.

Cada sujeito na sua singularidade, mas se relacionando e partilhando intersubjetivamente tem a percepção do fenômeno singular com relação ao outro e podendo desta forma, formar várias verdades com significados diferentes, polissemia da verdade, que se concentra em uma grande massa densa constituída de verdades que partem do mesmo fenômeno e de diferentes sujeitos que partilham o mundo da vida.

Sabendo das limitações deste estudo, e por isso mesmo sugerir sua retomada em pesquisas futuras, implicando maior abrangência em especial da população de sujeitos envolvidos e de ampliação da temática, os questionamentos abaixo indicam novas trilhas, bem como possibilita a novas percepções do fenômeno singular por diversos sujeitos que partilham mundo em suas vivências com possibilidade do alcance universal da singularidade:

a) Já que existe uma preocupação da SENASP\MJ demonstrada com a formação de grupo de estudo para tratar da normalização da Cadeia de Custódia da Prova Pericial. Há uma percepção da necessidade de implantação de um programa de cadeia de custódia a nível nacional?

b) o material examinado com emissão do resultado por meio de laudo, portanto já periciado por perito oficial, é guardado em quantidade suficiente para eventualidade realização de uma segunda avaliação pelo Assistente Técnico conforme as exigências legais: parágrafo sexto, art. 159 e art. 170, ambos do CPP. Isto é a contraprova. A contraprova é a matéria-prima para ser utilizada pelo Assistente Técnico em caso de questionamento do produto elaborado pelo perito oficial das organizações de perícia oficial. As organizações de perícia oficial ao ser questionado judicialmente é quem fornece o material denominado contraprova que é guardado sob a sua responsabilidade. Desta forma, não deixa a entender que está contribuindo para a elaboração de um produto com desconfiança? A contraprova deveria ser guardada pelo Poder Judiciário ou permanecer sob a guarda da organização questionada?

c) nas escolas de direito do País é ministrada apenas a disciplina medicina legal que demonstra o conhecimento referentes aos exames intrínsecos, ou seja, o diretamente realizados na pessoa viva ou pós morte. Os exames extrínsecos, aqueles relacionados aos vestígios externo a pessoa viva ou pós morte não são abordados nas faculdades por falta da disciplina criminalística. A implantação da disciplina de criminalística nas faculdades de direito não possibilitaria um conhecimento amplo da prova pericial? Poderia refletir na exigência de melhor qualidade da prova pericial por parte dos futuros operadores de direito?

d) a ciência que mais desenvolveu com o avanço tecnológico do mundo contemporâneo foi a biologia molecular – genética e trouxe para o campo das ciências forenses um poderoso instrumento de indicação de autoria, o exame de DNA. Há uma percepção da relação entre o maior avanço tecnológico e a exigência de maior rigor técnico científico no cumprimento da cadeia de custódia da prova pericial?

e) existe a percepção de que a implantação de um programa de cadeia de custódia da prova pericial poderá valorizar e prevenir a saúde do profissional Perito Oficial?

Um trabalho de pesquisa nunca se esgota em si mesmo. Além de procurar clarificar um questionamento e justificar uma necessidade, também abre espaço para outros estudos partindo das mais diversas percepções de fenômenos singulares e que podem ser desvelados para uma atitude relevante no mundo partilhado. Surgindo novos desafios a serem ultrapassados na busca da compreensão do mundo fenomenológico e que possibilita a novos horizontes em uma abordagem dialógica.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMINI, CECÍLIA. MOTIVAÇÃO: UMA VIAGEM AO CENTRO DO CONCEITO.** VOL. 1. nº2. ERA executivo. NOV. A JAN., 2003.
- Betto, Frei. A obra do artista: uma visão holística do universo.** 3. Ed., São Paulo: Ática, 2008.
- Brandão, Helena Hatthsue Nagamine. Introdução à análise do discurso.** 2ª ed. ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CALMON, Andrea.** Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.** São Paulo: on line editora, biblioteca Jurídica, vol. 1, 2009.
- CAMPOS, Vicente Falconi. Controle da Qualidade Total (no estilo japonês).** Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1992.
- CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- Carraher, David William. Senso crítico: Do dia-a-dia às ciências humanas.** 1º ed., São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- DARTIGUES, A. O que é a Fenomenologia?** 3. Ed., Trad. Maria José J. G. de Aalmeida. São Paulo: Moraes, 1992.
- Drucker, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Fraga, Valderez Ferreira. Gestão pela formação humana: uma abordagem fenomenológica.** Barueri, SP: Manole, 2009.
- Garcia Morente, Manuel. Fundamentos de Filosofia I: lições preliminares.** 8ª ed., São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- Gil, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** 1. Ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. Dialética Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HEIDEGGAR. Martin. Ser e tempo.** Tradução Márcia Sá Cavalcante Schubach. Petrópolis, Vozes, 2006.
- Jagdish Parikh. Intuição: a nova fronteira da administração.** 12 ed., São Paulo: Cultrix, 2008.
- Macêdo, Ivanildo Izaías. Aspectos comportamentais da gestão de pessoas.** 9ª Ed. Ver. Editora atual – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

- MACHADO**, Margarida Helena Serejo. A Regulamentação da Cadeia de Custódia na Ação Penal: Uma necessidade Premente. **Corpo Delito**, n.1, p. 18-23, Brasília, 2009.
- MATIAS-PEREIRA**, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MERLEAU-PONTY**. **Fenomenologia da percepção**. Tradução. Carlos A. Moura. São Paulo. Martins Fontes,1996.
- MESSIAS**, Irajá Pereira. **Da Prova Penal**. Campinas: Impactus, 2006.
- MINGARDI**, Guaracy. **A Investigação de Homocídios - Construção de Um Modelo. Relatório..**, SENASP/MJ. 2005. p.75.
- MOREIRA**, Daniel Augusto. **Pesquisa em Administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico**. **Anais..** ENANPAD, 2002.
- MORIN**, Edgar. **Ética, Cultura e Educação**. 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- MOTTA**, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria Geral da Administração**. 3ª Ed., São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- NETO**, Serafim da Silva. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986.
- Resende**, Viviane de Melo. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto,2006.
- Sobral**, Filipe. **administração teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2008.
- Srour**, Robert Henry. **Ética Empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios**. 3. Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- Stoner**, James Arthur Finch. **Administração**. 5ª Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- Tachizawa**, Takeshy. **Gestão com pessoas: Uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV,2004.
- Thiry-Cherques**, Hermano R. **Ética para Executivo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008
- VERGARA**, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 11ª Ed., São Paulo: Atlas, 2009.
- Vieira**, Marcelo Milano Falcão, **Zouain**, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Voese**, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. v. 13, São Paulo: Cortez, 2004.

8 BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. A. Lindgreen. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva.
- Benfica, Francisco Silveira. A importância da perícia na determinação da materialidade dos crimes sexuais. **Ministério Público**. n. 46, p. 173-185, Porto Alegre, 2002.
- BERGAMINI, CECÍLIA. **MOTIVAÇÃO: UMA VIAGEM AO CENTRO DO CONCEITO**. VOL. 1. n°2. ERA executivo. NOV. A JAN., 2003.
- Betto, Frei. **A obra do artista: uma visão holística do universo**. 3. Ed., São Paulo: Ática, 2008.
- Bowditch, James L. **Fundamentos de comportamento organizacional**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- Braid, A.C.M. PERÍCIA CRIMINAL: garantia do indivíduo, direito à verdade. **Prova Material**. Ano 04, n. 008, p. 26, dezembro\2007
- Brandão, Helena Hatthysue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BRUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. 1ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2002.
- Caldas, Miguel P. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CALMON, Andrea. Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**. São Paulo: on line editora, biblioteca Jurídica, vol. 1, 2009.
- Campos, Edmundo. **Sociologia da Burocracia**. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1992.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. **Pertencendo ao Universo: Explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- Carpinet, Luiz Cezar Ribeiro. **Gestão de qualidade: conceito e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.
- Carraher, David William. **Senso crítico: Do dia-a-dia às ciências humanas**. 1º ed., São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Carvalho, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- Corrêa, Manoel Luiz Gonçalves. Linguagem e comunicação social: visões da lingüística moderna.** V.2., São Paulo: Parábola, 2002.
- Daft, Richard L. Organizações: teorias e projetos.** 2ª Ed., São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- DARTIGUES, A. O que é a Fenomenologia?** 3. Ed., Trad. Maria José J. G. de Aalmeida. São Paulo: Moraes, 1992.
- Departamento de Políticas, Programas e Projeto.** Grupo de Trabalho de cadeias de custódia de evidências. Ministério da Justiça. **Carta de Brasília**, 2008
- Direção Geral da Polícia Civil.** Referente a necessidade de disciplinar e tratar dos procedimentos de cadeia de custódia. **Portaria DGPC**, n. 665, Rondônia, 2009.
- Drucker, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Eco, Umberto. Como se faz uma tese.** 21ª Ed., São Paulo: Perspectiva, 2008.
- Escola Superior do Ministério Público.** Curso: levantamento de locais de crime, objetivo, quebrar o paradigma de supervalorização dos exames periciais laboratoriais. Comunicado ESMP n.81, 2009. mhtml:file\\E:\cadeia de custódia Associação Paulista do Ministério Público.mht. Acessado por Girlei Veloso Marinho em 06\10\2009.
- Fadel, M. A.V; Filho, G.I.R.** Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde. **RAP.** V. 43, p. 7-21, Rio de Janeiro, 2009.
- Fátima Bayma de Oliveira...**[ET al.]. **Desafio da gestão pública de segurança.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Ferrer, Florencia. Gestão pública eficiente: impactos econômicos de governos inovadores.** 3ª Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- Figueiredo, André L. S.** Tipagens por DNA nos tribunais: uso e limites. <File:\\E:\Cadeia de Custódia DNA.htm>. Acessado em 06\10\2009 por Girlei Veloso Marinho.
- Fiori, José Luiz. Elementos de análise do discurso.** 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- Fraga, Valderéz Ferreira. Gestão pela formação humana: uma abordagem fenomenológica.** Barueri, SP: Manole, 2009.
- Galbraith, Jay R. Organizando para competir no futuro.** São Paulo: Makron books, 1995.
- Garcia Morente, Manuel. Fundamentos de Filosofia I: lições preliminares.** 8ª ed., São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- GEERTZ, Clifford: A interpretação das culturas,** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989
- Gigerenzer, Gerd. O poder da intuição: o inconsciente dita as melhores.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

- Gil, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** 1. Ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- Gomes, Arnaldo S.; Azevedo, Eliana A.** Cadeia de Custódia de Evidências: necessidades forenses. **Prova Pericial.** Ano 05, p 16-19, agosto\2008.
- HABERMAS, Jürgen. Dialética Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- Hammer, Michael. Reengenharia: Revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência.** 18ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- HEIDEGGAR, Martin. Ser e tempo.** Tradução Márcia Sá Cavalcante Schubach. Petrópolis, Vozes, 2006.
- Hino, Satoshi. Pensamento Toyota: Pincípio de gestão para um crescimento duradouro.** Porto Alegre: Bookman, 2009.
- Jacques Delors. Educação: um tesouro a descobrir.** 7ª Ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- Jagdish Parikh. Intuição: a nova fronteira da administração.** 12 ed., São Paulo: Cultrix, 2008.
- Leal, Rogério Gesta. Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas.** 1ª Ed., Porto Alegre: livraria do advogado, 2006.
- LOPES, M.; GABRIEL, M. M.; BARETA, G.M.S.** Cadeia de custódia: uma abordagem preliminar. ACCESS EXCELLENCE@THENATIONAL HEALTH MUSEUM. Background information forensis scienc ando f custody. Acesso por Girlei Veloso Marinho em julho de 2009.
- Macêdo, Ivanildo Izaías. Aspectos comportamentais da gestão de pessoas.** 9ª Ed. Ver. Editora atual – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MACHADO, Margarida Helena Serejo.** A Regulamentação da Cadeia de Custódia na Ação Penal: Uma necessidade Premente. **Corpo Delito**, n.1, p. 18-23, Brasília, 2009.
- Mario Germán Iguarán Arana. Manual Único de Criminalística da República de Colombia.** Compilado por Girlei Veloso Marinho em maio\2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MESSIAS, Irajá Pereira. Da Prova Penal.** Campinas: Impactus, 2006.
- Miguel Carmem.** Criando o hábito da excelência: compreendendo a força da cultura na formação da excelência em SNS. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- Mintzberg...[et. al.]. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados.** 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

- MINGARDI**, Guaracy. **A Investigação de Homocídios - Construção de Um Modelo. Relatório..**, SENASP/MJ. 2005. p.75.
- Montana, Patrick j. Administração.** 3ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- MOREIRA**, Daniel Augusto. **Pesquisa em Administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico.** Anais.. ENANPAD, 2002.
- Morgan**, Gareth. **Imagens da organização.** 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2002. **Morin, Edgar –** Morin Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro 3a. ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- MORIN**, Edgar. **Ética, Cultura e Educação.** 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- MOTTA**, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria Geral da Administração.** 3ª Ed., São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- Nascimento**, Luciara J.M. Cadeia de custódia: ponto de vista. **Prova Pericial.** Ano 02, n. 006, p. 17-19, dezembro\2005.
- NETO**, Serafim da Silva. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986.
- Nunes**, Walter. Uma ponte para a justiça do futuro. **Perícia Federal.** Ano XI, n. 27, p. 4-5, Brasília, 2010.
- Otávio J. Oliveira (org.).** **Gestão de qualidade: tópicos avançados.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- Paladini**, Edson Pacheco. **Gestão estratégica da qualidade: princípio, métodos e processos.** 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2009.
- Paula**, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- Perícia Oficial e Identificação Técnica. Politec: **Identifica-se facilmente duas grandes áreas de atuação: a de perícia criminal e a de identificação civil.** <File:\\E:\\ Perícia Oficial – IMPORTÂNCIA PARA JUSTIÇA.htm>. Acessado por Girlei Veloso Marinho em 25\10\2019.
- Perito Criminal. **Desrespeito ao local do crime dá soltura ao réu.** PERITO CRIMINAL.COM.BR. Acessado por Girlei Veloso Marinho em 25\10\2009.
- Preste Motta**, F. C. **Teoria Geral da administração: uma introdução.** 13ª Ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1986.
- Reglamento de La Policía Judicial – Ecuador.** Registro Oficial n. 368 em 19\07\2001. Compilado por Arnaldo Santos Gomes em 03\02\2009.
- SCHUTZ**, A. Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos. Helmuth.W. (Org). Trad. Ângela melin. Rio de Janeiro: Zaar, 1979.
- Resende**, Viviane de Melo. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

Siggia, G.S. Principais matrizes biológicas e métodos analíticos para identificar cocaína e seus produtos de biotransformação. **Pharmacia Brasileira**. Ano XII, n. 80, p. 34-39, Brasília, 2011.

Sobral, Filipe. administração teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Soglio, R. A.; Oliveira, L.A.S. A prova pericial no processo penal. **Phoenix**. Órgão Informativo do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, n. 11, 2009\abril.

Soglio, R. A.; Oliveira, L.A.S. O assistente técnico no processo penal e a cadeia de custódia de prova. **Phoenix**. Órgão Informativo do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, n. 23, 2009\julho.

Srour, Robert Henry. **Ética Empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios**. 3. Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Stoner, James Arthur Finch. **Administração**. 5ª Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Tachizawa, Takeshy. **Gestão com pessoas: Uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Organização flexível: qualidade na gestão por pessoa**. São Paulo: Atlas, 1997.

Teles, Gilberto Mendonça. LETRA DE HOJE, v. 26, n.84., Porto Alegre: Gráfica EPECÊ, 1991.

Tenório, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional**. 3ª Ed., Rio Grande do Sul: Unijuí, 2008.

Thiry-Cherques, Hermano R. **Ética para Executivo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 11ª Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Método de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

Zulato, A. B.; Fenadez, J. L. R. Orientações para Requisições de exames e Laudos Periciais. **Instituto de Criminalística**. Brasília, 2008.

Vieira, Marcelo Milano Falcão, Zouain, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Voese, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. v. 13, São Paulo: Cortez, 2004.

Whiteley, Richard C. A empresa totalmente voltada para o cliente. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.